

**A FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS DE
ESPORTE E LAZER: A EXPERIÊNCIA DO
PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE**

Organizadoras:

Pamela Siqueira Joras

Mayara Cristina Mendes Maia





**A formação de agentes sociais de esporte e lazer:
a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade**

Organizadoras:

Pamela Siqueira Joras
Mayara Cristina Mendes Maia

**Coleção GRECCO
2016**



Apresentação da Coleção

A coleção GRECCO é um projeto editorial do Grupo de Estudos sobre Esporte, Cultura e História, vinculado ao Centro de Memória do Esporte da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Visa a publicação de livros eletrônicos privilegiando obras clássicas e contemporâneas no campo da Educação Física em interface com as Ciências Sociais e Humanas. História, Memória, Gênero, Sexualidade e Mídia são temas de maior interesse.

Coordenadora da Coleção:

Silvana Vilodre Goellner

Conselho Editorial:

André Luiz dos Santos Silva (FEEVALE)

Angelita Alice Jaeger (UFSM)

Ivone Job (UFRGS)

Lívia Tenório Brasileiro (UPE)

Ludmila Mourão (UJF)

Meily Assbú Linhales (UFMG)

Victor Andrade de Melo (UFRJ)

Copyright © 2016 Centro de Memória do Esporte

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Reitor: Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Jane Fraga Tutikian

Pró-reitora de Extensão: Sandra de Deus

Vice-pró-reitora de Extensão: Claudia Porcellis Aristimunha

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança - ESEFID

Diretor: Alberto Reinaldo Reppold Filho

Vice-diretor: Flávio Antônio de Souza Castro

Centro de Memória do Esporte - CEME

Coordenadora: Silvana Vilodre Goellner

Revisão: Naila Touguinha Lomando

Projeto Gráfico (Capa): Nina Figueira Sodré

Projeto Gráfico e diagramação (Miolo): Pamela Siqueira Joras

Qualquer parte ou o todo desta publicação pode ser reproduzida,
desde que citada corretamente a fonte.

A formação de agentes sociais de esporte e lazer: A experiência
do Programa Esporte e Lazer da Cidade

Organização: Pamela Siqueira Joras e Mayara Cristina
Mendes Maia

Porto Alegre: Centro de Memória do Esporte da Escola de
Educação Física, Fisioterapia e Dança da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, 2016.

317 p.: il. (Coleção Grecco)

ISBN: 978-85-9489-027-6

1. Programa Esporte e Lazer da Cidade. 2. Esporte. 3. Lazer.
I. Joras, Pamela Siqueira; Maia, Mayara C. M.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da ESEFID/UFRGS

Sumário

Apresentação.....	06
André Chabaribery Capi.....	08
Carlos Fernando da Cunha.....	28
Carmen da Cunha Lilia Faro.....	51
Christiane Luce Gomes.....	66
Claudio Gualberto.....	81
Cléber Gonçalves Dias.....	104
Coriolano Pereira da Rocha Junior.....	115
Eneida Feix.....	129
Gilmar Tondin.....	151
Joanna Lessa Fontes Silva.....	189
Joelma Cristina Gomes.....	217

Apresentação

O Ministério do Esporte, por intermédio da Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNE LIS) desenvolve muitos programas sociais que contribui para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos. O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) se desenvolve, especificamente em sua essência, com função de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer envolvendo todas as faixas etárias e incluindo pessoas com deficiência, além de estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias e fomentar a pesquisa e a socialização do conhecimento.

Ligado por dois eixos centrais que são a Implantação e Desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, nas diversas regiões do Brasil e Formação Continuada – ação educativa continuada para o público profissional envolvido, e atendendo núcleos urbanos e também comunidades rurais, povos e tradicionais, o Programa tem por objetivos centrais nortear ações voltadas para públicos diferenciados nos núcleos lazer e esporte recreativo; estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos; orientar entidades convenientes para estruturar e conduzir políticas públicas de lazer e esporte recreativo; promover a formação continuada de agentes sociais de lazer e esporte recreativo; incentivar a organização coletiva de eventos de lazer e esporte recreativo para envolver a população local para além dos núcleos; e reconhecer as qualidades da cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo.

Através da manutenção de uma política de atendimento para a população brasileira, foram implementadas algumas ações ao longo do desenvolvimento do Programa, almejando aprimorar o processo. Assim, o Centro de Memória do Esporte (CEME) surge como uma

parceria com o Ministério do Esporte para a realização de registros que buscam a preservação da memória das práticas corporais e esportivas no Brasil e vem elaborando estratégias capazes de dar visibilidade aos Programas Sociais mais relevantes. O objetivo desse livro se concretiza ao passo que através de diálogos com agentes sociais do PELC, materializamos as narrativas com a finalidade de apresentar e resguardar o trabalho realizado nas formações e nas experiências de execução desses agentes sociais. Poder enxergar o caminho da memória repleto com suas experiências vividas em diversos tempos e contextos possibilita além do ato de reconhecimento dos povos, de suas histórias e da importância dessas intervenções, um encontro com as pegadas falhas, os avanços alcançados e os progressos ainda necessários.

Pamela Siqueira Joras
Mayara Cristina Mendes Maia

Depoimento de André Henrique Chabaribery Capi

Entrevistado: André Henrique Chabaribery Capi

Entrevistadora: Luiza Aguiar dos Anjos

Data da entrevista: 20 de novembro de 2015

L.A – Obrigada André, pelo tempo disponibilizado, queria que você começasse me falando um pouco sobre a sua formação.

A.C – Formado em Educação Física por uma fundação. Comecei a licenciatura plena em 1993 e concluí em 1996, fiz uma especialização na área de exercício físico, saúde e “personal training” em 1999. Em 2004 ingressei no mestrado em Educação Física na área de concentração de lazer e estou fazendo doutorado aqui na UFMG¹, meu ingresso foi em 2012 e tenho prazo para finalizar até setembro de 2016 no Programa de Pós-Graduação e Estudos do Lazer.

L.A – E você pode falar um pouco mais especificamente dessa temática do lazer ao longo da sua trajetória, tanto em pesquisa quanto em atuação?

A.C – Bom, a minha inserção no lazer foi pelo viés da atuação profissional como recreador, como animador de festa, monitor de festa em colônia de férias, em clubes ainda como estudante de educação física, isso em final de 1993, início de 1994. Eu comecei a trabalhar como monitor de festas e fiz isso durante uns oito ou nove anos. Paralelo a isso eu era professor, era inicialmente monitor de natação e hidroginástica e fazia paralelamente esse trabalho de animação de festa e fui levando isso durante um bom tempo. Em 1999 eu ingressei

¹ Universidade Federal de Minas Gerais.

em um grupo de pesquisa na UFSCar² para tentar entender melhor o que era essa recreação que me incomodava, tive um primeiro contato [silêncio] com o lazer mesmo, que até então eu trabalhava na perspectiva de executar ações e desenvolver atividades com crianças em clubes. Eu queria entender um pouco melhor isso. Em 2002, eu assumi a coordenação de um clube na cidade que eu moro, era professor do clube e me convidaram para ser coordenador de esporte e lazer. Foi o divisor de águas para eu falar agora para vocês entenderem um pouco melhor o que é isso. Eu comecei a procurar cursos de pós-graduação na área e foi quando eu achei a UNIMEP³ que tinha um mestrado em educação física e tinha essa linha de pesquisa em lazer, meu ingresso com a pesquisa se deu por aí. Fui fazer o mestrado, primeiro como aluno especial e depois consegui ingressar em 2004 como aluno regular. Comecei a me aprofundar mesmo nos estudos de lazer, e de lá para cá foram aparecendo várias oportunidades de atuar no campo em outra perspectiva, aí eu defini mesmo essa área como uma área que eu queria me aprofundar, estudar. Algumas coisas foram acontecendo concomitantemente, antes de terminar o mestrado ingressei como professor universitário, não com disciplina ligada ao lazer, mas com o tempo foram surgindo as disciplinas de lazer e recreação para eu trabalhar. Terminando o mestrado, tive possibilidade de participar do edital para entrar como formador do PELC⁴ em 2007. Terminando o mestrado, depois de cinco, seis anos, eu resolvi tentar continuar os estudos na área do lazer e prestei aqui o processo seletivo na primeira turma da UFMG da pós em estudos do lazer e estou aí nessa caminhada.

L.A – Você mencionou já seu ingresso em 2007, você desde 2007 está continuamente dentro do programa?

² Universidade Federal de São Carlos.

³ Universidade Metodista de Piracicaba.

⁴ Programa Esporte e Lazer da Cidade.

A.C – Desde 2007 continuamente, em 2010 teve uma mudança, foi destituído um grupo que tinha que foi constituído por esse edital de 2007, e eu optei por tentar novamente permanecer. Teve todo um processo seletivo que exigia o nosso envolvimento com a pós-graduação, especificamente com uma instituição federal, era um dos pré-requisitos e eu não tinha esse vínculo, mas acho que isso também acabou sendo um elemento que me provocou a continuar esse processo formativo. Eu elaborei o projeto, você tinha que mandar um projeto, além da inscrição, tinha que mandar um projeto, esse projeto ia ser avaliado junto com o currículo e depois, em uma segunda fase, seria a entrevista. Eu falei: “Ah vou mandar o projeto e depois se eu for classificado para continuar como formador vou procurar possibilidades de me vincular a uma instituição federal para poder ser formador” então isso me fez, em 2010, me matricular como aluno especial aqui no... Ainda não tinha o doutorado na UFMG, o caminho foi me matricular como aluno especial em algumas disciplinas no mestrado aqui, eu me envolver com disciplinas de mestrado na UFSCar que é outra federal mais próxima da cidade na área da educação, e isso também me ajudou a delinear um pouco e a me provocar a concorrer ao doutorado, por exemplo. Depois de ter o ingresso no doutorado, então esse vínculo já estava estabelecido, porque eu consegui ingressar em uma universidade federal.

L.A – E como você entende que aconteceu sua preparação para exercer essa função de formador?

A.C – Eu tinha uma compreensão de trabalhar com programas e projetos, especificamente com programas públicos, projetos públicos de esporte e lazer foi o primeiro. Eu atuava no setor corporativo, um clube social recreativo, e a proposta, a compreensão que se tem de

programas de esporte e lazer nesse setor, no setor corporativo, setor privado é diferente do setor público, o como atuar enquanto formador, a qualificação, ela foi se dando mesmo com a pós-graduação. Acho que conseguiu ampliar a possibilidade de intervenção, entender um pouco melhor como pode ser essa atuação, principalmente na perspectiva... de entender a área do lazer, quais são as possibilidades, o vínculo com os grupos de pesquisa e a própria proposta do programa, como a formação é um eixo norteador, ela acaba permitindo que a gente vá reconstruindo, ressignificando, qual é a nossa função? Qual que é o nosso papel? Como é esse trabalho? Quais são os elementos que devem nortear nossa ação? O próprio programa, as características do programa, nos ajudam na nossa qualificação, na atuação como formador.

L.A – Como que você planeja e organiza as formações que você vai executar?

A.C – O próprio programa ele nos propõe, propõe não, ele define algumas metodologias, alguns eixos norteadores, algumas diretrizes. A gente faz o planejamento das formações sempre dialogando com esses documentos que chamamos de diretrizes e uma delas, por exemplo, é você sempre considerar as características do convênio, então o PELC já teve alguns formatos de conveniamento. Antes existia conveniamento com ONGs⁵ e com o setor público, hoje é só com o setor público. Quando era com ONG, levávamos a característica da instituição e do local onde essa ONG ia desenvolver o programa. Qual era a parceria? Era com clube? Era com uma associação de moradores? Era com uma associação comunitária? Desde 2012, não vou me recordar assim exatamente quando ficou definido que só poderia ser com setor público. A gente leva em consideração a

⁵ Organizações não governamentais.

característica da cidade, da população, do bairro, tentava entender um pouquinho se essa cidade já tinha política pública de esporte e lazer ou não. Quais eram as características dos agentes sociais que eles estavam pensando em contratar. Analisávamos o projeto pedagógico, que a gente chama de PP, é o primeiro documento que consultamos, por exemplo, é nesse PP que a instituição, a entidade, inserem essas informações, o por quê de estar solicitando o projeto, qual o objetivo dela, justificativa, as características da cidade. E a partir daí a gente também procura buscar outras informações através do contato com o responsável por essa entidade, que chamamos de gestor, a gente usa um pouco dessas estratégias para poder pensar e planejar a programação dessas formações sempre considerando quais são os temas de conteúdos que estão previstos. São quatro módulos, hoje, o edital é de quatro módulos, e é interessante falar também que esse formato da formação foi sendo reconstruído, ressignificado ao longo do programa. Se pensarmos, em 2007, quando a gente ingressou enquanto formador, e acho que é um dado interessante, a própria forma que a gente se relacionava com as entidades para fazer a formação é diferente de hoje. Em 2007 quem entrava em contato com o formador era a própria entidade, eu fui fazer uma primeira formação em 2010, de 2007 a 2010 eu não fiz nenhuma formação, talvez por ainda não ter o contato com as instituições, com as prefeituras, com as ONGs, e éramos um grupo de setenta e sete formadores. Os formadores que já tinham mais articulação, que estavam desde 2004 nos projetos do PELC, tinham mais acesso a isso, inclusive, foi um dos elementos que na minha concepção provocaram essa mudança no grupo de formadores e fez com que a secretaria e o ministério pensassem em outra forma de contratar esses formadores de 2007 até 2011, 2012, quando mudou esse processo de contratação, que a gente virou bolsista, também foi provocado por isso. Quem está fazendo essas formações? Eles pensaram em várias estratégias, “ah, vai ter o

nome dos formadores no site do ministério, e a entidade entra lá e seleciona o que está mais próximo da sua...” “Ah, uma cidade do norte vai ver se tem algum formador no norte e vai entrar em contato com ele, par....Ah não deu certo, põe lá o nome de todos os formadores e o formador que tiver lá em primeiro é o que está na vez da formação. A própria gestão da formação do município entender que não tinha um grupo de técnicos, um grupo de profissionais dentro do ministério para fazer a gestão dessa formação também foi um motivo. Então vamos tentar uma parceria com uma instituição pública, uma universidade que tem um pouco dessa expertise na área da formação e talvez esse também tenha sido o critério para fazer a parceria com a UFMG que historicamente tem uma trajetória nos estudos do lazer desde lá atrás, tendo o mestrado, enfim, então esse diálogo constante com as diretrizes do programa, com as características da entidade é o que norteia o nosso planejamento pedagógico.

L.A – E tem alguma temática específica que você procura dar maior ênfase ao longo das formações?

A.C – Isso depende muito de qual módulo. O módulo introdutório, e é uma discussão que está tendo nos nossos... Sempre tem nos nossos encontros. A gente tenta qualificar, por exemplo, os conceitos básicos de cultura, esporte e lazer, tenta fechar essa formação, esse módulo introdutório um com a grade horária. Como pensar uma grade horária que vá permitir ao convênio disponibilizar para a comunidade atividades diversificadas, que a gente trabalha com uma concepção de lazer, em que o lazer não é só o esporte, mas muita entidade ainda busca o conveniamento achando que o PELC é um programa de esportes. Desconstruir essa concepção, primeiro, de que esporte é esse? Ainda eles colocam o esporte dentro de uma mesma sacola, o que é o esporte recreativo, o esporte participativo? É o mesmo esporte

de competição? Desconstruir um pouco isso e mostrar que o lazer tem outras atividades que podem ser desenvolvidas para a comunidade é um desafio, depois concretizar isso na grade horária. O nosso desafio do módulo introdutório, por exemplo, é pegar o PP deles, que já vem formatado, eles elaboraram uma grade horária para poder fazer o projeto, e mudar essa grade horária, até porque quando eles contratam os agentes sociais, e esses agentes sociais vão para formação, muitas vezes o gestor não teve essa compreensão ao ler o edital, de que o lazer é constituído de várias atividades, não só de esporte, ele contempla essa grade horária, fica mais fácil da gente ajuda-lo a reorganizar. Mas quando ele não entende, ele fica fechado ainda como o lazer só no viés esportivo, desconstruir isso e fazer os agentes sociais entenderem que eles podem trabalhar com outros conteúdos, mesmo que ele não tenha formação para isso. As vezes ele tem uma experiência em outro tipo de atividade e ele pode levar isso para o programa, é o desafio do módulo introdutório, por exemplo. Nos outros módulos, a gente tenta desenvolver outras temáticas que são importantes, como por exemplo, o planejamento participativo que é o que vai permear toda a proposta do programa que é chegar lá na frente e contribuir com a política pública daquela cidade, como essa política pública que está chegando lá com o PELC tem uma proposta de ação e pode contribuir com a qualificação da política pública que a cidade já tem. Muitas cidades não têm talvez o PELC vá ser um pontapé inicial para ela começar a pensar nessa política pública, provocar que as ações do convênio, as oficinas, os eventos, valorizem esse envolvimento da comunidade, para que a comunidade se aproprie do lazer como um direito social, para que as pessoas entendam que o lazer também é um direito social assim como a saúde, como é a educação, para, de repente, essa própria comunidade criar demanda nesse município. Enfim, são temáticas que eu entendo significativas para que não seja um programa passageiro. Vai lá, passou, atendeu a comunidade

durante aquele período que está previsto, hoje são vinte quatro meses, quatro de estruturação e vinte de atendimento, e acaba. Depois dos vinte quatro meses não ficou nada. O planejamento participativo, o envolvimento das pessoas nas ações, apropriação das pessoas, de alguns elementos que estão previstos no programa como, por exemplo, o conselho gestor, o que é esse conselho gestor? A atuação do controle social, então são todos os elementos que a gente bate muito na formação, trabalha bastante para conscientizar que o programa não é só oferecer um rol de atividades e que vai ser passageiro e vai terminar.

L.A – E quais são as suas principais estratégias metodológicas?

A.C – Eu trabalho muito com a estratégia da ação comunitária, ela se apropria dessa valorização da participação das pessoas, desse compartilhamento de tarefas, de estratégias, de desenvolvimento, de planejamento das ações, de execução das ações, de avaliação das ações. É uma estratégia que vai mapear toda essa comunidade, vai tentar identificar quem são as pessoas, quem são os grupos que já são referências na comunidade e podem ajudar nesse processo que a gente chama de sensibilização, depois da operacionalização e desenvolvimento das ações, do mapeamento. Eu entendo a ação comunitária como uma estratégia que ajuda o convênio entender, os agentes sociais entenderem que o programa não é para ser feito para as pessoas, mas é para ser feito com as pessoas. Durante as formações, eu uso muito de estratégias em que essas características da ação comunitária, ela fica bem estabelecida, eu vou trabalhar um tema sobre barreiras para vivência do lazer, a gente trabalha com o esquete, por exemplo. Então vamos lá, um grupo vai tentar fazer uma cena aí de um deficiente tentando ter acesso ao esporte e lazer com essas dificuldades que ele encontra o idoso, a criança, eu trabalho

muito com dinâmica. Uma das estratégias é usar a ação comunitária, mas na prática é desenvolver essa estratégia de ação comunitária através de dinâmicas em que eles possam compreender como se concretiza. Dividir o grupo em comissões, dividir o grupo que está lá na formação, o grupo dos agentes, tem vinte agentes sociais, nos três dias de formação cada grupo de agente vai desenvolver, vai desempenhar um papel ao longo dos três dias de formação, para eles já irem se apropriando disso, de como é importante você trabalhar coletivamente, não individualmente. São todas as estratégias que a gente vai tentando articular com as diretrizes do programa, com os conceitos centrais do programa, “ó, está vendo, aqui está acontecendo a participação, aqui está acontecendo o trabalho coletivo” para que através dessas estratégias, eles possam concretizar o que efetivamente o programa quer.

L.A – Queria que você me falasse um pouco da visita técnica, como é que você organiza? Qual você acha que é a importância dela?

A.C – Essa visita técnica você fala...

L.A – Um estudo de realidade

A.C – Visita técnica que a gente faz no módulo introdutório ou essa visita pedagógica que a gente faz depois que o projeto já está implantado?

L.A – Primeiramente eu queria que você falasse dessa primeira...

A.C – Essa é uma das estratégias que a gente usa para tentar entender, por exemplo, qual que é o espaço que vão acontecer as oficinas, é uma praça? É um salão comunitário? É uma escola? É uma

quadra? É um ginásio? Quem são essas pessoas que ficam no entorno? Eu tento ir pontuando para eles “olha, quem já usa esse espaço? Que atividades que já acontecem nesse espaço?” A visita técnica é importante para isso, para apontar para os agentes sociais como a gente pode considerar a realidade para a nossa intervenção. Se é um espaço que prioritariamente acontece só oficina de esportes para homens, o que o convênio tem que fazer? Qual a estratégia que os agentes sociais, coordenador de grupo, tem que pensar para que outras pessoas acessem aquele espaço para além de homens adultos que joguem futebol. Como eu posso pensar a estratégia para levar a mulher para aquele espaço? Para levar a criança? Para levar o idoso? Se aquele espaço é pouco acessível para pessoas com necessidades especiais, que tipo de ação eu posso fazer? Onde tem deficiente físico ou pessoas com necessidades especiais na comunidade? Tem algum posto de saúde onde eu posso buscar informações sobre esse público? A escola tem pessoas com essas características? E na escola eu posso ir divulgar o programa para essas pessoas? Enfim, o estudo da realidade, essa visita técnica, é importante para isso, para mapear o que já tem quem acessa quem não acessa? Porque não acessa? E aí pensar estratégias para permitir o acesso, a construir a grade horaria. Não adianta eu já pensar em um torneio de futebol para adultos, porque já tem o futebol para adultos lá, eu tenho que pensar em atividades artísticas, atividades de ginástica, atividades esportivas para as meninas, para as crianças, para os idosos, para a gente democratizar o acesso desse espaço. Então está lá, “democratização do esporte recreativo do lazer para as pessoas” é um dos objetivos do programa, estamos dialogando com isso, se a gente não faz o estudo da realidade, não tem como apontar concretamente o que eles podem fazer, porque muitas vezes o agente social que é contratado para trabalhar nesse núcleo, não é daquele bairro, e mesmo que ele seja, às vezes, ele tem uma compreensão restrita de esporte e lazer. Aquilo que

eu falei lá no início do nosso bate papo. Se ele entende o esporte só no viés da competição, do esporte de alto rendimento, da escolinha de esportes só para quem sabe, e a gente não faz essa análise da realidade, não discute isso, ele vai continuar fazendo, pensando a oficina para esses grupos, então aquele que quer participar de uma oficina esportiva, mas não tem habilidade, tem vergonha porque sempre erra, ele também não vai ter acesso. A visita é importante para isso, para apontar um pouquinho o que já tem e quais são os desafios que a gente tem para superar, para efetivamente, permitir o acesso de outras pessoas ao esporte recreativo ao lazer.

L.A – E com relação à visita pedagógica, aquela que você vai quando já está em funcionamento?

A.C – O papel da visita pedagógica ajuda a gente a entender o que foi... Se eles estão usando estratégias, por exemplo, para democratizar o acesso a esse espaço, a gente vai voltar a esses espaços, a esses núcleos, para ver quem está ocupando aquele espaço, se continua só o homem jogando futebol? Ah não, já tem lá aula de ginástica, aula de dança, aula de artesanato, já tem criança frequentando. A visita pedagógica ajuda a gente a monitorar e a entender se o núcleo, se os agentes sociais, se o coordenador de núcleo, estão desenvolvendo estratégias e ações para democratizar o acesso naquele espaço. E fora os outros aspectos que estão previstos no programa, a identidade visual, tem lá a placa do programa, tem a grade horária fixada, o coordenador faz o acompanhamento das inscrições, está conseguindo atingir as metas quantitativas que é ter o número mínimo de inscritos por oficina para atingir as quatrocentas pessoas que estão previstas, se é o PELC Urbano, as duzentas pessoas previstas se é o PELC Vida Saudável, enfim, na verdade agora é o Programa Vida Saudável, não é mais o...Que antes tinha o PELC núcleo Vida Saudável, agora o Vida

Saudável é um programa independente do PELC. A visita pedagógica é importante por isso, nos dá elementos para monitorar, acompanhar se o programa... Se o convênio está desenvolvendo ações que se articulam com o que está previsto no programa, que é o trabalho coletivo, envolvimento das pessoas, valorizar a participação da comunidade, valorizar a cultura local, se as atividades estão sendo diversificadas, se não é só atividade esportiva, se o público está sendo diversificado. A visita pedagógica contribui nesse sentido, tanto pra gente pensar no que vamos abordar no módulo de avaliação, a visita pedagógica acontece um dia antes do módulo de avaliação, lógico que a gente já enviou a programação, mas é o que está sendo debatido no encontro, por exemplo, programação foi elaborada, nós entramos em contato, fizemos uma série de perguntas para o coordenador. Eu, particularmente, eu envio um roteiro para o coordenador antes de elaborar a programação, então isso também é uma estratégia de mapear a realidade “ó, o que está acontecendo aí? Quais são as dificuldades que vocês têm? Tem algum tema específico que a gente trata na formação? Está tendo uma dificuldade? Daqueles encaminhamentos que a gente deixou do módulo introdutório alguns ainda estão pendentes?” então a gente elabora a programação nessa perspectiva, mas a gente chega na visita pedagógica e, as vezes, a gente identifica alguns elementos que ele não apontou para mim nesse dialogo antes de organizar a programação que eu vejo que é fundamental eu tratar. Então, às vezes, eu vou inserir, eu vou dar mais ênfase em algum tópico que já está previsto na programação, algum conteúdo, ou vou inserir algum conteúdo que não está previsto porque ele não... O que ele me respondeu para esse roteiro que eu enviei anterior a elaboração da programação não contemplou, mas eu percebi na visita pedagógica. Propositamente, a visita pedagógica, ela acontece um dia antes do Módulo de Avaliação um para poder ser uma referência para a nossa formação, ela é fundamental nesse sentido.

L.A – E você já atuou em formações tanto no Vida Saudável quanto no Urbano e nos povos tradicionais?

A.C – Não, no PCT⁶ não tive oportunidade ainda, até porque eu acho que eu não tenho uma qualificação [riso] para isso, mas se tiver demanda, lógico que a gente vai tentar dialogar e buscar informações com os outros colegas que já atuaram nesse programa, no PCT, mas eu tenho atuado bastante no PELC Todas as Idades que agora é PELC Urbano e no Vida Saudável.

L.A – Você tem alguns cuidados especiais para além dos já previstos nas diretrizes quando planeja algo para uma formação para o PELC Urbano e Vida Saudável?

A.C – Como assim?

L.A – Que tipo de preocupação você tem quando vai planejar para um ou para outro?

A.C – Considerar as especificidades de cada convênio, de cada programa. O PELC Urbano, o PELC Todas as Idades, ele também prevê atendendo o público idoso, o que diferencia do Vida Saudável? É que o Vida Saudável é especificamente é para pessoa, no último edital, acima de sessenta anos. Então, inclusive, está se qualificando isso nas diretrizes do Vida Saudável, que é trabalhar com o conceito de promoção da saúde, protagonismo da pessoa idosa, trabalhar com o estatuto da pessoa idosa, quais são os cuidados? É a gente buscar algumas estratégias, eu tento pegar alguns textos, alguns artigos que falam desse público, pegar algumas referências, alguns vídeos que

⁶ Povos e Comunidades Tradicionais.

trabalham a temática ligada à pessoa idosa. No PELC Urbano, trabalhar com coisas que possam remeter a esses grupos, no grupo de crianças, grupo de adultos, grupo de idoso, de deficiente físico. É uma estratégia que eu gosto muito, essa do esquete para as pessoas entenderem, assumirem um pouco o papel da pessoa que tem uma necessidade especial ou uma deficiência física, como é isso? Por que eles não vão num espaço participar de uma atividade de lazer? Será porque eles não têm necessidade disso ou porque eles têm vergonha? Então como concretizar isso? Porque às vezes eu fico lá falando quarenta minutos, uma hora sobre, mas se eu não uso essa estratégia, que é eles representarem essa dificuldade que a pessoa idosa tem ou que o deficiente tem, eles não conseguem compreender isso. É o que a gente tem percebido que essas estratégias práticas, essas dinâmicas, elas ajudam as pessoas a compreenderem. Isso não significa que eles vão se apropriar disso, muitas vezes você volta na visita pedagógica e eles tiveram dificuldades, depende muito do grupo, tem grupos de agentes sociais que você tem pessoas com alguma formação, tem grupos que você tem meio a meio, tem grupos que todos os agentes sociais não tem formação, então o PELC está sendo um ponto zero para alguns, para outros não, já está sendo outro estágio, já tiveram outras experiências. Isso vai depender muito do grupo.

L.A – E que resultados você tem observado das formações nos agentes nos grupos?

A.C – Da formação que nós formadores desenvolvemos com eles ou do programa em si?

L.A – Como você vê isso sendo apropriado por eles ao longo desse processo?

A.C – Isso também, a gente fala na própria formação que o programa, ele tem, no papel dos coordenadores, um divisor de águas, se você tem um coordenador de núcleo, um coordenador pedagógico, um coordenador geral que entende qual que é a proposta do programa e se apropria dessa proposta, a gente consegue perceber uma mudança significativa nos agentes sociais. Eu tive convênio, por exemplo, que a coordenadora, gestora do programa do convênio é da área da educação física, tem pós-graduação, estudou essa questão do lazer, o resultado que se teve foi muito positivo, por exemplo, conseguiu a continuidade do programa, de parte do programa. Depois que acabou o convênio com o PELC, a entidade que era parceira na cessão do espaço contratou uma das coordenadoras para dar continuidade, alguns agentes sociais que eram, na época, estudantes de educação física se sentiram motivados para fazer pós-graduação, eles organizaram trabalhos para apresentar em congressos a partir do PELC, então enquanto o PELC estava se desenrolando na formação em serviço, ela criou uma estratégia de provocar esses agentes sociais a produzir uma pesquisa sobre o PELC e outros convênios. A gente vê que o agente social está ali pela grana, ele desenvolve ali o que está proposto pra ele, mas em um viés bem simples, então isso vai depender muito da característica... A gente fala de quem é o gestor do convênio. Tem muitos convênios que os agentes sociais mudam muito, porque às vezes eles arrumam outro estágio dentro da educação física que paga uma bolsa melhor, ele abandona o convênio e aí você tem que trabalhar com outro agente social. Mas a gente tem percebido que o próprio PELC tem pensado estratégias para cada vez que ficar mais... Os agentes sociais, que são eles que vão dar o tom, a qualidade, para a ação lá na ponta, são eles que atendem a comunidade, então tem a EAD⁷ então tem muitos agentes sociais que estão aderindo a EAD para tentar ter uma qualificação melhor, a formação em serviço é outro

⁷ Educação à Distância.

gargalo, como eu falei, se você tem um coordenador que entende o papel da formação em serviço, ela vai acontecer, se a formação em serviço acontece, quando a gente volta no módulo de avaliação percebe que o debate, a forma como eles organizam o núcleo, as oficinas, o planejamento, o monitoramento e avaliação, tem outra característica, porque esta tendo ali um coordenador atuante, que entende que essa formação é fundamental para qualificar as ações.

L.A – E algo de acompanhamento dos núcleos, após o fim do convênio, mesmo que informal?

A.C – Olha, na minha experiência, eu estou tendo uma experiência atual com o convênio de uma cidade do estado de São Paulo que eles, por exemplo, especificamente nesse convênio, eles criaram seminários. Agora em dezembro, o convênio entrou em setembro, eu fiz o módulo introdutório dois, final de setembro agora, eles vão fazer um seminário de esporte e lazer agora em dezembro, inclusive, eles me convidaram para participar da mesa. Eles vão discutir o esporte, que esporte é esse que a cidade pensa enquanto política pública? É uma cidade que tem uma política pública já faz um bom tempo, mas sempre entendeu o esporte mais no viés só das escolinhas de esporte, não pensava o esporte e o lazer para todos, para pessoa idosa, para mulher, para o adulto, para a criança. Pensava mais na formação esportiva das escolinhas e nas equipes de competição. Eu vejo nesse convênio, por exemplo, um movimento dos gestores, da prefeitura que estavam na frente do... Que são funcionários de carreira e que estavam a frente do PELC, eles mudando essa compreensão do esporte e lazer. Especificamente nesse convênio, o último edital para contratar profissionais para atuarem na secretaria, para profissionais de carreira, eles pensaram em um edital para não contratar técnicos específicos de algumas modalidades, mas sim pensaram em um edital,

fizeram um processo seletivo para contratar profissionais que possam atuar nessa perspectiva do esporte e do lazer, não só da escolinha de esporte. Eu acho que é uma ação interessante. Um coordenador de núcleo que participou... Eles tiveram três convênios com o PELC, o que participou do primeiro convênio do PELC, ele foi convidado para ser gestor da secretaria e ele passar a trabalhar com a formação dos professores da secretaria, e trabalhar já dialogando com alguns elementos do PELC. A gente tem visto que em algumas cidades é aquilo que eu te falei lá atrás, o PELC passou e a gente até perde o contato, essa foi uma cidade que a gente manteve contato, algumas delas o PELC passou só.

L.A – Que pontos você identifica que podem ainda ser melhorados no trabalho do PELC?

A.C – Em relação a formação?

L.A – Em relação ao programa como um todo, pode ser com relação a formação ou outros elementos que você acha interessante.

A.C – Olha só, eu acho que esses encontros que a gente tem que é esse momento que a gente está aqui, desses encontros de formadores, eles sempre nos provocam a pensar exatamente o que pode avançar. Hoje, eu entendo assim, como gargalo, é a gente qualificar esse sistema de monitoramento, que é um programa que se tem que é o MIMBOE⁸ que vai facilitar esse contato entre nós, formadores, e entidade, entidade e o próprio ministério. Eu acho que a gente conseguir avançar com a finalização, na verdade, finalização não, porque o programa ele vai sempre estar tendo novas demandas, mas o programa efetivamente começar a ser mais utilizado. Quando a gente saiu da sala para a

⁸ Programa de Avaliação e Monitoramento do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

entrevista é o que estava sendo debatido nós vamos ter que ter um momento para falar “ai ó, parou, agora é só programa” para a gente efetivamente poder utiliza-lo mais e se apropriar mais disso. Um dos objetivos do programa, além de monitorar e acompanhar, é também criar indicadores, que até então com essa proposta física de mandar relatório via e-mail dificulta um pouco essa sistematização de dados, que é um pouco o que o ministério quer. Ter esses indicadores e para qualificar ainda mais para onde o programa pode ir, para onde o programa pode caminhar. A gente poder nas nossas formações ter... Acho que a parte do programa facilita isso, sensibilizar mais os gestores da importância da formação. Talvez até a gente pensar mais nessas nossas formações *in loco* quais são as estratégias que podem qualificar ainda mais os agentes sociais e os coordenadores de núcleo, da importância da formação em serviço, por exemplo, da importância da constituição do conselho de gestor, que são dois elementos importantes para sensibilizar a comunidade. Se você não tem um grupo gestor, o conselho gestor que é levar representantes da comunidade para debater o programa, como que eles vão se apropriar e entender o lazer como um direito social se constituir enquanto grupo para tornar um grupo de pressão que vá reivindicar o lazer e o esporte como um direito social? Pensar nessas estratégias que sensibilizem o gestor, o agente social, o coordenador de núcleo para essa sensibilização da própria comunidade.

L.A – André, do roteiro a gente já passou por vários pontos, mas eu queria saber se você quer colocar alguma outra coisa, se alguma coisa eu não te perguntei e você acha importante ou se quiser fazer uma consideração geral.

A.C – Acho que foi contemplado tudo no seu roteiro, mas acho que é frisar isso mesmo, o desafio do PELC sempre estar assim...

semestralmente e também presencialmente. A cada seis meses a gente se encontra presencialmente. Nós temos também encontros bimestrais ou trimestrais vias plataforma do *Hangout*⁹ que tem convidados, que vem debater alguns temas que a gente mesmo demanda. O planejamento participativo, educação popular, o último foi semana passada sobre o EAD, enfim, são estratégias que o convênio tem. O programa tem sempre como norte a formação, como qualificar a nossa formação, a formação dos formadores, para que isso também possa qualificar a formação dos agentes sociais para que chegar lá na ponta. Talvez algo que eu queria destacar é a necessidade que o programa tem de ser um pouco menos burocrático no processo de conveniamento e eu acho que perpassa um pouco pela necessidade que a própria área de esporte e lazer tem que é na formação do gestor. A gente vê que, às vezes, a coisa é tão simples, mas o gestor da prefeitura não tem preparo nenhum para isso, para entender o que é um projeto, onde ele vai buscar esse recurso, como ele vai usar esse recurso, ele entender que um recurso público depois exige um acerto de contas, uma prestação de contas, que é isso que às vezes inviabiliza. Alguns entraves, por exemplo, a gente faz a formação do módulo introdutório e demora um tempão até que esse convênio tenha a tal da ordem de início para ele começar a atender a comunidade. A desburocratização seria um aspecto importante para se pensar. Talvez, estar pensando isso para a próxima diretriz que vai sair agora em 2016, mas enfim... Ah, e queria também deixar registrado que isso que vocês estão fazendo é um pouco do que eu estou estudando no meu doutorado. Estou tentando entender como que é a trajetória desses formadores, as primeiras perguntas que você fez, por exemplo, tem um monte de dados de todos os formadores, qual que é a formação? Qual foi a trajetória? Enfim, e o que esse envolvimento com o PELC contribuiu com a construção dos saberes deles sobre lazer, sobre

⁹ Plataforma de mensagens instantâneas via áudio e ou vídeo pela internet.

políticas públicas, sobre esportes. Nós também estamos nessa caminhada de tentar entender o papel da formação desses profissionais que estão como formadores do PELC.

L.A – Bacana, em breve sua tese estará no nosso banco de dados [Riso], em breve nem tão breve, está no meio do processo.

A.C – Estou finalizando. Já coletei todos os dados, agora só estou analisando.

L.A – Está certo. André, muito obrigada.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior

Entrevistado: Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior

Entrevistadoras: Adriana Zimmermann e Mayara Cristina Mendes
Maia

Data da entrevista: 27 de abril de 2017

M.M. – Primeiramente Carlão, gostaria de agradecer o seu aceite para conceder a entrevista. E gostaríamos de perguntar qual a tua formação?

C.C. – Eu sou formado em Educação Física pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (a UERJ) em 1993; sou Mestre em Educação também pela UERJ¹⁰, fiz Doutorado também em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais na UFMG, e também tenho um Pós-Doutorado em Educação pela UERJ finalizado em 2010.

M.M. – Como que a temática do lazer apareceu na sua trajetória?

C.C. – Bom, para falar na verdade da minha trajetória sobre as temáticas que eu desenvolvo na minha carreira profissional, tanto no campo do lazer, quanto da história da Educação Física e do esporte, é preciso remeter a esse momento inicial da formação na UERJ, no início da década de 1990 quando eu entrei para fazer o curso de Educação Física. Na verdade, eu entrei na turma de 1989 no segundo semestre e, vocês bem sabem que esse final da década de 1980, início da década de 1990 foram anos muito efervescentes, não só no campo das Ciências Humanas em geral, mas também no campo da Educação

¹⁰ Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Física. Movimento renovador na sua plenitude podemos dizer assim. Um conjunto de propostas diferenciadas para a Educação Física. Quando eu falo de Educação Física eu estou falando do *campo* da Educação Física, onde se insere também o campo lazer, então, várias questões ali sendo confrontadas, redimensionadas, repensadas. Eu fiz parte do Movimento Estudantil da Educação Física nessa época, a partir do Centro Acadêmico da UERJ, e foi no Movimento Estudantil que a gente começou a participar dessa efervescência no campo da Educação Física e repensar todas essas questões. Nesse período a temática do lazer já entrava nas discussões que estavam sendo colocadas naquele momento, já com alguns eventos específicos sendo realizados e a gente acessando algumas literaturas que estavam sendo produzidas naquele momento, pessoalmente do grupo do professor Nelson Carvalho Marcellino e outras literaturas tentando enxergar o lazer de uma perspectiva mais crítica, já naquele momento. Então o lazer entra para mim quanto objeto de estudo, objeto de reflexão a partir desse período aí do início da década de 1990.

M.M. – E como foi esse desenvolvimento da sua trajetória dentro da área do esporte e do lazer, até chegar o PELC?

C.C. – Então, a partir da vivência do Movimento Estudantil da Educação Física, eu acabei fazendo... Todo mundo do grupo da UERJ naquele momento, nessas gestões que a gente teve lá no Centro Acadêmico, a gente acabou conhecendo muitas pessoas do Brasil inteiro e acabamos dialogando com outros sujeitos que vieram antes de nós. A gente pode dizer assim, de uma outra geração, uma geração anterior a nossa, que também militou no campo da Educação Física e no campo da Educação em geral. E a gente acabou se articulando e fazendo alguns grupos, algumas discussões, a partir desse contato

com pessoas como, por exemplo, o José Ribamar, o Luiz Otávio¹¹, que eram pessoas... O próprio Marco Santoro¹² que está aqui hoje, enquanto palestrante, e outras pessoas naquele momento não eram da UERJ, eram de universidades e faculdades do Rio de Janeiro que já militavam. Alguns formados em outros campus, em sindicatos ligados à Educação, na APEF – Associação de Professores de Educação Física, então, se constitui um grupo naquele momento de discussão sobre, especificamente, essa temática do esporte e do lazer e isso já pensando no campo das políticas públicas. Então, muitas dessas pessoas eram ligadas ao Partido dos Trabalhadores e a gente ali participando junto a esse grupo, começamos a desenvolver alguns eventos, lembro de um evento que nós... Que foi realizado a partir de um mandado de um vereador, o Adilson Pires do Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, depois eu posso levantar a data desse evento, porque agora eu não lembro... É nesse momento que o tal modo petista de governar já acontecendo em diversos municípios brasileiros chega ao Rio também, em uma perspectiva da gente pensar: “O que seria esse modo petista de governar?” Na perspectiva do esporte e do lazer, enfrentando ali essa dinâmica das políticas públicas. E, claro, o lazer vai ter um papel fundamental nesse processo a partir dessas experiências que a gente já tinha conhecimento, já recebia nas notícias de Porto Alegre e de algumas cidades do município do estado de São Paulo. E a gente começa nesse grupo a discutir o que seria essa perspectiva no Rio de Janeiro quando a gente tivesse alguém representando esse campo mais progressista tanto no município do Rio, quanto no estado. O que acabou não acontecendo nesse momento da década de 1990. Então foi a partir desse grupo que isso se desenvolveu, foi esse grupo junto a outros militantes petistas de outras cidades brasileiras que fundaram o Setorial de Esporte e Lazer, o Partido dos Trabalhadores, e esse setorial passou a ser esse instrumento, esse coletivo, esse grande

¹¹ Luiz Otávio Neves Mattos.

¹² Marco Antônio Santoro Salvador.

coletivo de discussão do que a gente pode chamar de uma política pública, de pensar o esporte e lazer nessa perspectiva petista de governar. Eu não fiz parte diretamente desse grupo, eu não era filiado ao Partido dos Trabalhadores, mas estava aí na medida do possível dialogando com essas pessoas, porque além de pessoas que passaram a fazer parte desse coletivo de pensar essas questões, passaram a ser amigos; as relações pessoais se firmaram e além de um grupo de amigos, era um grupo de pessoas com os quais a gente discutia diversos assuntos, e esse era o assunto, o tema, vamos dizer assim, principal das nossas discussões: pensando em uma Educação Física mais crítica, em um lazer mais crítico do ponto de vista da política pública, do que a gente poderia construir em termos de um projeto para o município do Rio de Janeiro, ao estado enfim. Com a eleição já no primeiro governo do presidente Lula, o PT, chegou ao poder depois de tantos anos de discussão e de eleições frustradas. Com essa eleição vai haver *toda* uma discussão, e aí mais do ponto de vista mesmo na divisão de cargos, a criação do Ministério do Esporte ou não, das secretarias, da composição do governo... Vai haver toda uma discussão desse setorial do esporte e lazer do PT e é referendada a criação do Ministério do Esporte. E na divisão de forças dentro do governo, e nas forças de coalisão dos diversos partidos, o PC do B¹³ acaba sendo o partido que foi o responsável pelo Ministério do Esporte e a gente pode dizer que esse grupo do setorial do esporte e lazer do PT, acabou sendo reservado a um pedaço do Ministério, que foi a criação de uma secretaria que desse conta dessas ações das políticas públicas do esporte e lazer mais voltados para essa discussão que a gente tinha, do que a gente chama de esporte recreativo e isso *culminou*, a partir da constituição dessa secretaria, culminou na elaboração do Programa Esporte e Lazer da Cidade. Então na verdade o PELC, ele é um acúmulo das experiências sucedidas nesses municípios iniciais que o

¹³ Partido Comunista do Brasil.

PT governou, desde o final da década de 1980, início da década de 1990, mais o desenvolvimento de intelectuais, acadêmicos, que puderam pensar essa política pública daquilo que a gente construiu esse tempo todo. E o Programa é uma síntese disso.

M.M. – E você estava envolvido nesse processo inicial?

C.C. – Então, eu estava envolvido de maneira indireta, vamos dizer assim, não de maneira direta atuando, a frente desse movimento, eu estava ali como alguém que vai...

M.M. – Contribuinte...

C.C. – Contribuindo. Alguém que meio que discutindo, mas não colocando a cara para bater, ainda que na primeira composição na discussão dessa composição dessa secretaria, o meu nome tenha sido levantado a fazer parte desse primeiro grupo que integrou a secretaria. Mas por uma série de questões, inclusive questões políticas, eu acabei não assumindo o cargo em Brasília e não fui constituir a secretaria. Logo, quando o PELC inicia suas atividades, primeiro houve o projeto piloto, com algumas cidades, alguns municípios brasileiros em 2003. Eu não fiz parte desse grupo, mas em 2004, logo quando esse projeto piloto se encerra e você começa a ter a elaboração efetiva do PELC, de uma maneira mais aberta, mais ampla pelo Brasil inteiro, eu começo a trabalhar enquanto formador. Então, naquele tempo nós éramos... Formadores que atuaram nesse período, a gente tinha o próprio Luiz Otávio, que acabou assumindo uma função na secretaria, mas acompanhava também nas formações, a Diná Ramos¹⁴ de Campinas - São Paulo, o Victor Melo¹⁵ e logo depois eu entrei e comecei a

¹⁴ Diná Teresa Ramos de Oliveira.

¹⁵ Victor Andrade de Melo.

participar do Programa a partir de 2004 e estou até hoje 2017, já são aí treze anos de PELC na vida.

A.Z. – Bastante tempo! Queria perguntar uma coisa, esse grupo quando começou, ele já se chamado Setorial de Esporte e Lazer do PT?

C.C. – Não. Havia esse grupo do Rio que a gente se articulava, discutia as questões... Como existiam outros grupos em outros municípios brasileiros, mais particularmente esses municípios que tinham essa experiência com a política pública do esporte e lazer no Brasil, nessa perspectiva do Partido dos Trabalhadores, e a primeira estratégia partidária de unificação desse grupo, foi a criação de um Setorial que discutisse especificamente o esporte e lazer. Então essa era uma prática dentro do Partido a questão dos Setoriais, e você criar um Setorial Nacional de Esporte e Lazer foi um ganho muito grande para esse grupo na época, porque levou esse tema a ser oficializado dentro do partido.

M.M. – E nessa fase teve algum processo de preparação para ser formador? Como seria essa atuação desse formador?

C.C. – Na verdade como eu participei muito do início desse processo, toda a construção do Programa em si, das suas diretrizes, dos seus eixos norteadores, do próprio processo de formação como ele aconteceria, isso foi fruto dessas discussões que a gente fazia desde a década de 1990. Então, foi um desdobramento daquilo que a gente pensava em termos de política pública, já considerando a importância de um processo formativo daqueles que atuariam na ponta que eram os agentes sociais. E para isso a gente precisaria desse agente mediador dessa... Desse mediador que acabou se transformando na figura do formador. Na época a gente discutia muito esse termo,

“formador”, mas formador quer dizer que a gente vai colocar alguém dentro de uma forma [risos], mas a gente não encontrou um nome melhor e ficou formador. Então a gente foi se formando enquanto formadores, no processo de ser formadores, acumulando a partir daquele acúmulo de questões que a gente vinha desenvolvendo já há algum tempo.

M.M. – E você pode falar um pouco como foi essa fase de formador?

C.C. – Bom, foi uma fase de muito trabalho...

M.M. – Você continua sendo formador?

C.C. – Olha, eu estou trabalhando como articulador, agora eu trabalho como articulador que é um outro cargo que existe dentro do Programa há três anos. Eu fiquei mais de dez anos enquanto formador. Então, visitei quase que o Brasil inteiro, quase todas as regiões, conheci muitas realidades diferente, e o processo de formação do formador... O meu processo de formação enquanto formador se deu muito por conta desse conhecimento, desse reconhecimento, dessa diversidade brasileira, então, para além de todo acúmulo teórico que a gente desenvolveu na parte mais acadêmica da nossa vida, enfim. Esse conhecimento das diferentes realidades, dos diferentes sujeitos foi fundamental para entender não só essa diversidade que é o país, mas também a importância do esporte e do lazer na vida das pessoas. Foi fundamental.

M.M. – Quais eram as funções que você tinha mais como formador?

C.C. – Assim, nosso processo era... A gente fazia as formações que naquele tempo tinha módulos de trinta e duas horas, então, a gente ia

para uma determinada cidade que tinha um determinado convênio, ficávamos lá quatro dias trabalhando com um grupo e depois voltávamos em um outro momento já mais para o final do convênio, com mais trinta e duas horas, do que a gente chamava de Módulo Introdutório, e eu não sei se já naquele momento era o Módulo de Avaliação que a gente chamava, mas provavelmente sim, porque hoje a estrutura é diferente. Hoje a gente tem Módulo Introdutório I, Módulo Introdutório II, Módulo de Avaliação I, Módulo de Avaliação II. Essa formação foi dividida em quatro módulos e naquele tempo eram dois Módulos. Então era basicamente isso. Nesse tempo o grupo de formadores era pequeno, então, isso foi *bacana* também porque eu pude junto com a Diná, com o Victor, com o Luiz Otávio e com outras pessoas que foram entrando posteriormente, desenvolver um trabalho muito próximo em termos de diálogos que a gente tinha, das visões que a gente tinha sobre o processo de formação. E aos poucos esse grupo foi se ampliando, e chegamos até um momento, onde nós tínhamos setenta e sete formadores, ficou até apelidado do “Coletivo 77”. Que é um número considerável, tinha muitos convênios também, mas era um grupo muito grande, e com esse grupo muito grande a gente acaba perdendo um pouco dessa linguagem... Não que a gente tenha que ter uma linguagem formatada, padronizada, mas nesse momento, com muitos formadores, a gente tinha... A gente teve uma *perda*, vamos dizer assim, de um discurso mais unificado do Programa em relação as suas diretrizes, aos seus eixos, que é o que a gente se esforça muito para que se tenha até hoje no Programa.

M.M. – Antes de eu entrar na parte do articulador do sistema do PELC. Então, como aconteceu esse processo de formador para articulador? Como foi essa fase?

C.C. – Como a perspectiva do Ministério e da equipe UFMG pensaram nessa função de articulador, eles fizeram... Acabaram fazendo outro processo seletivo, específico para esta função. Eu me candidatei e muito por conta desta experiência de tantos anos no Programa, acabei assumindo esta função de trabalhar mais naquilo que o próprio termo diz: “articulador”, de articular os formadores da região da qual hoje eu sou responsável que é a região Sudeste e a região que a gente tem o maior número de convênios do Programa. E o meu trabalho hoje enquanto articulador se dá nesse processo, de uma relação mais próxima aos formadores do que, propriamente, com os convênios. Isso mudou! Então com os formadores a gente tem discussões sobre os documentos que são produzidos, as programações das formações, os relatórios das formações. A gente trabalha muito na tentativa de verificar esse discurso mais padronizado em relação ao que é o Programa PELC e como que isso passa pela formação dos diferentes formadores da região Sudeste para a gente não estar... Não falar as diferentes línguas. O articulador também tem a função de produzir determinados materiais pedagógicos, pesquisas para o Programa, então, já nesse tempo de dois, três anos eu tenho trabalhado nessas funções específicas do articulador.

M.M. – De 2014 a 2015?

C.C. – Isso! De 2015.

M.M. – De 2015. E teve alguma preparação para ser articulador. Ou seja, nesse edital que você falou, vinham explícitas as funções que você iria cumprir?

C.C. – Sim, a gente já...

M.M. – De capacitação, algum processo assim.

C.C. – Sim, a gente já teve acesso a essas funções que deveriam fazer parte do trabalho do articulador, mas não houve um processo de formação dos articuladores. Até por que, creio que todos os articuladores já tinham uma experiência com o Programa, já conheciam o Programa, já sabiam como ele se desenvolvia, participaram da construção do Programa. Então não *houve* a necessidade de você ter um processo de formação dessas pessoas.

M.M. – Entendi! E como articulador você trabalha diretamente, só com o PELC Urbano ou atua no Vida Saudável e no PELC Povos Tradicionais?

C.C. – Sim, o articulador trabalha com o seu grupo de formadores e os formadores fazem formações nas diversas modalidades do Programa tanto no Vida Saudável, como no PELC Urbano, quanto no PELC Povos e Comunidades Tradicionais.

M.M. – E para esse articulador... Tem uma preparação diferente para cada setor que o formador vai atuar?

C.C. – O articulador, uma das suas... Pré-requisitos que ele tem que ter para atuar na função é ter um conhecimento sobre as especificidades de cada uma dessas questões que são colocadas aí. O PELC Urbano que tem uma especificidade, inclusive em termos de perspectiva ou Comunidades Tradicionais, Vida Saudável, é preciso que a gente tenha conhecimento das diferenças e dessas especificidades.

M.M. – Como acontece esse contato que você tem com os formadores sobre isso?

C.C. – O contato com os formadores se dá nos encontros presenciais que a gente realiza, encontros como esse que a gente está vivendo hoje¹⁶. Como a gente está muito próximo, no caso do Sudeste, há muitos formadores da região de Minas Gerais, a maior parte mora aqui em Minas Gerais, então, fica muito fácil da gente se encontrar e a gente tem um calendário de discussões, que é o calendário virtual. A gente se reúne através do *Skype* e de outros programas para debater, quase que quinzenalmente, assuntos relativos a formação. Então tem esse contato com o grupo, tem um contato individual com os formadores em si, telefone, *e-mail*, também *Skype*, enfim, nosso contato é muito *próximo* e muito recorrente.

M.M. – E tem também algum contato, mesmo que mínimo com o núcleo?

C.C. – Então, os articuladores também podem, quando for necessário, ir visitar os convênios. Então vamos supor que a gente tenha uma experiência em um convênio tal, e que esteja sendo muito exitosa e aquilo mereça uma reflexão para que gere um material, um produto específico sobre aquilo. Então, o articulador pode ir lá, observar, fazer uma reflexão mais apuradas daquela temática. Como eu posso também viajar pelo convênio para acompanhar uma formação, para ver como a formação está sendo executada por um formador que é recente no Programa, e que eu não conheço, não tenho uma relação mais próxima. Então a gente pode também acompanhar os núcleos!

¹⁶ Referência ao Encontro de Formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade - Vida Saudável - Povos e Comunidades Tradicionais foi realizado em Belo Horizonte nos dias 26 a 28 de abril de 2017.

M.M. – No seu envolvimento com os formadores, tem temas específicos já definidos que vocês abordam?

C.C. – A gente tem uma série de agendas e temas que a gente vem abordando. Por exemplo, essa questão do Programa é algo que a gente sempre discute; a gente trabalha a partir dos eixos do Programa e vê como eles se dão na programação das formações. Então, como a gente tem discutido esporte? Como é que você tem discutido esporte e como é que o nosso grupo tem discutido esporte? Vamos procurar tentar unificar essas discussões, a gente tentar aproximar cada vez mais em busca de um discurso mais padronizado, então, a gente tem feito discussões nesse sentido e, por vezes, aparecem demandas... Eu lembro de uma pesquisa que eu acabei fazendo com eles, sobre a temática cultural... Que diferenças a gente pode observar nas discussões sobre cultura, que autores que são citados, que diferenças perspectivas existem... Então, há uma agenda, mas mais pautada para esse processo de formação; como é que o processo de formação tem se dado lá na ponta junto aos agentes sociais.

M.M. – E como tem sido essa experiência com os formadores? Tem conseguido resultados positivos?

C.C. – Sim, sim, quer dizer, uma grande vantagem que já é um grupo que se conhece há bastante tempo... A gente tem formadores trabalhando a oito, dez anos, então, a gente já conhece essas pessoas há muito tempo e isso é importante porque é um investimento com o dinheiro público de muito tempo e que não está sendo desperdiçado. Vamos dizer assim, porque é um investimento de uma formação que tem um resultado significativo por conta dessa relação de um tempo maior no Programa. Então você consegue compreender melhor o Programa, desenvolver as suas ações e tem sido muito bom assim. O

contato e os resultados são muito interessantes, a gente conseguiu hoje já dar uma nova cara para a formação.

M.M. – E eu perguntei qual o envolvimento com o formador. Na sua opinião, como essas formações tem impactado os núcleos que você tem acesso?

C.C. – Aí eu posso falar um pouco da minha experiência enquanto formador e enquanto articulador. Porque enquanto formador eu estava muito mais próximo dos agentes propriamente do que hoje enquanto articulador. Apesar de saber o que está acontecendo por conta do contato com os formadores, o PELC tem problemas estruturais que não depende, exclusivamente dele. Que afetam diretamente esse processo das relações com os agentes. Então, por exemplo, o valor da bolsa do agente social que para alguns municípios ele é suficiente, para outros municípios maiores, cidades grandes e médio porte aquele valor não é suficiente, isso faz com que você tenha uma grande rotatividade de agentes sociais. Então, por vezes você dá uma formação de um Módulo Introdutório, quando você volta dois meses depois com o Módulo Introdutório II você já tem ali 70% do grupo que já são outras pessoas. Quer dizer, isso é um grande problema, porque você tem que praticamente voltar aqui que você já discutiu anteriormente, porque você está diante de um grupo novo. Então são questões que são colocadas: o valor da bolsa e o processo de contratação que é muito difícil em alguns municípios e nas prefeituras; são questões estruturais e que são enfrentamentos que a gente tem feito nesse processo todo de existência do Programa. Agora de um outro lado, é preciso também a gente ressaltar que esta formação pedagógica que o Programa oferece aos agentes sociais, ela tem alcançado resultados e impactos muitos significativos. A prova disso é diversos sujeitos que atuavam como agentes sociais no Programa e que

a partir dessa atuação e a partir desse contato com a formação, foram fazer suas pós-graduação e hoje são mestres, doutores. Hoje trabalham como formadores no Programa ou em outros programas sociais, ou acabaram assumindo para si as tarefas lá nos seus municípios nos seus Estados, lá no campo das políticas públicas como secretários, como agentes públicos na elaboração e na formulação dessas políticas. Então isso é um dado concreto que a gente tem. Fora esses exemplos, o contato mais diário com o processo de formação dos agentes é você quer efetivamente saber se eles conseguem provocar uma outra visão para além do senso comum que as pessoas têm sobre o campo do esporte e lazer. Então das maiores diferenças que o PELC tem, em relação a outros programas sociais, é o *forte* investimento e do reconhecimento da importância dessa formação pedagógica para os agentes. Isso diferencia o PELC de vários outros programas que eu já trabalhei e que eu conheço.

M.M. – Além desses pontos positivos que você colocou, na sua opinião, você acredita que o PELC consegue cumprir o papel de inclusão social no sentido do envolvidos, tanto dos agentes quanto dos formadores?

C.C. – O PELC colabora para isso. A gente sabe que esse processo de inclusão social em um país do tamanho do Brasil ele é muito difícil, né! Mas o PELC hoje está em todas as regiões brasileiras, *claro*, a gente enfrenta problemas estruturais, como por exemplo, cortes de recursos do Ministério, o que faz com que a gente tenha uma retração dos convênios atualmente em desenvolvimento. A gente fez um último edital no ano passado e esses convênios não foram estabelecidos e muitas das prefeituras que tem o convênio aprovado não conseguem fazer a formalização porque não tem uma expertise na realização do SICONV¹⁷. Por exemplo, agora apesar disso tudo, para aqueles

¹⁷ Seção de Contratos e Convênios.

convênios que conseguem receber o Programa, os exemplos positivos são muito maiores do que os exemplos negativos. Eu já tive experiências do Programa que foram fundamentais para a gente perceber a incorporação nas pessoas da comunidade atendida, na incorporação dessa visão do lazer e do esporte enquanto direito. E isso é a grande questão do Programa. O Programa nasceu com essa perspectiva, de trabalhar na perspectiva da pessoa compreender o lazer e o esporte enquanto direito social e lutar por isso. E eu acho que o Programa dá respostas significativas nesses anos existência nesse sentido.

A.Z. – Deixa perguntar uma coisa. Tu falou dos cortes. E a gente vê um Programa tão consolidado como o Programa Segundo Tempo, por exemplo, que agora tem a perspectiva de não continuar. A partir desses cortes que estão acontecendo tu tem alguma perspectiva em relação ao PELC da possibilidade de não continuar em algum momento ou se os cortes estão vindo muito fortes.

C.C. – Bom, a informação que a gente tem, inclusive a gente teve a informação nesse encontro, no primeiro dia com o diretor que aqui participou representando o Ministério. É de que o novo convênio vai ser restabelecido com a UFMG para mais de dois anos, desse processo de formação do Programa, apesar dos cortes, apesar de tudo. Então a gente entende, a partir dessa sinalização que o Programa vai continuar. Inclusive ele anunciou que o PST¹⁸ também vai continuar, eles vão publicar um novo edital do PST agora, já está para sair. Então apesar de tudo, apesar de todos os cortes, apesar das notícias - nem das notícias - mas dos boatos de que o próprio Ministério do Esporte vai acabar, que ele vai virar uma secretaria dentro do Ministério da Educação, como já foi anteriormente, junto com Turismo, mas o que

¹⁸ Programa Segundo Tempo.

se anuncia pelo menos do ponto de vista da palavra oficial, é que haverá continuidade. Agora política é política, fiquemos sempre com um pé atrás.

M.M. – Você falou sobre as experiências que você teve e que tanto demonstraram essa importância do Programa. Eu fiquei curiosa, gostaria que você citasse para a gente, se você aceita claro, algumas experiências como formador, que foram muito impactantes para você. Nesse sentido, podem ser tanto positivas como negativas, se puder ser as duas, melhor ainda, porque a gente consegue visualizar, tanto quanto formador até como articulador.

C.C. – Então vamos começar por uma... Não são muitas né [risos]. Tem que ver, falar das primeiras que vierem à cabeça. Eu lembro de uma negativa, negativa e até engraçada. A gente estava fazendo uma formação em um município mineiro chamado Dom Cavati, uma formação não lembro o ano se foi 2009 ou 2008, já tem bastante tempo. A gente estava discutindo toda aquela questão do esporte recreativo e do esporte espetáculo, a questão do direito, a questão das atividades em geral do Programa, trabalhando nessa perspectiva do direito social, da inclusão social, da não discriminação, da vivência e da valorização do lúdico e tal. Aquele discurso todo que vai passando na cabeça: “Pô que bacana!” concordando e tal. E, em um determinado momento da formação, a gente fez o quê? A gente chamava de furdunço, que era uma festa, como se fosse uma feira para os agentes mostrarem o trabalho deles. E aí foi se apresentar um grupo de capoeira, fizeram uma roda de capoeira e existiam dois grupos de capoeira entre os agentes: um grupo de angola e um grupo de regional... A gente estava na roda de capoeira fazendo todo um discurso de capoeira: “Olha, a capoeira é uma das práticas mais democráticas que a gente conhece, porque a gente pode participar

gingando, dançando, batendo palma, cantando, tocando um instrumento, coisa da roda, uma manifestação que traz toda a questão da resistência e tal”. De repente, na apresentação da capoeira, os dois mestres, um da regional e o outro da angola saem na porrada. Na hora a gente olhou e disse: “Cara, o que adiantou a gente falar isso tudo, quando vai para...”. Isso que mostra para gente como é difícil você trabalhar com uma visão que foge do senso comum, daquilo que as pessoas estão acostumadas e que já incorporaram no seu cotidiano nas suas práticas.

M.M. – Eu fiquei na dúvida, nessas formações quantos formadores iam? E quanto era a demanda?

C.C. – Normalmente... Depende do tamanho do grupo, a gente trabalhava ou com um formador quando o convênio era pequeno, poucos agentes sociais. A maior parte das formações a gente trabalhava com dois formadores. Mas às vezes havia a necessidade de três, quatro, dependendo do número de agentes sociais.

M.M. – Era mais ou menos quanto da demanda que aparecia?

C.C. – A mais ou menos um grupo de quarenta, cinquenta agentes. Aí nós íamos com dois ou três, mas a maior parte do grupo tinha vinte, vinte agentes sociais por aí. E uma das positivas, uma das muitas também [riso], foi uma formação que eu fui fazer do Vida Saudável em Ouro Branco também um município mineiro, aqui pertinho de Ouro Preto, Ouro Branco. E era um grupo de pessoas ligadas a um sindicato de aposentados de uma empresa de siderurgia que existe lá em Ouro Branco. E esse idosos levaram o PELC para lá, fui fazer a formação, e tinha ocorrido um problema com... Era uma formação dessa entidade junto com a prefeitura, e tinha ocorrido um problema em relação ao

prefeito que, de uma hora para outra, não queria mais o Programa acontecendo lá, não queria liberar os espaços que eram ofertados para as oficinas, tinha o salão da igreja, tinha outro... Um salão da prefeitura que ele não queria mais liberar, enfim, não sei por que ele tomou essa atitude, e aí duas coisas chamaram a atenção nesse convênio: primeiro, que além do grupo dos agentes sociais participação da formação, os idosos que eram os participantes, os beneficiados, também participaram da formação, então, eu fiz uma formação com quatro, cinco agentes sociais e *oitenta* idosos. Então quando eu cheguei eu falei: “Caramba! O que é que é isso?” Falei: “Que bacana!” E foi um barato a formação porque eles interviam toda hora, eles discutiam e tal. E aí chegou essa questão do prefeito: “Ele está dizendo que o Programa vai acabar”. E eu falei: “Tudo bem, vamos tentar fazer uma atividade”. E aí a gente bolou o nosso furdunço, que aconteceria no meio do evento, ele foi um protesto, a gente organizou uma passeata com os idosos.

A.Z. – Que demais!

C.C. – Tinha um grupo que trabalhava com artesanato, e eles elaboraram faixas, cartazes e fizemos uma passeata em frente à prefeitura; um protesto do PELC, pelo retorno da abertura do salão da prefeitura para as atividades do Programa. Então ali aconteceu isso: reconhecer o direito social e lutar por ele, autonomia, participação política, todas as bandeiras que a gente defendia desde a década de 1990, estavam ali concretizadas.

M.M. – E como articulador quais suas experiências tanto positivas quanto negativas?

C.C. – Experiência negativa quanto articulador nenhuma, não tenho nada a falar, assim, do ponto de vista negativo quanto a esta função...

M.M. – E dificuldades, e qualquer coisa que for pensar, porque negativa é uma palavra muito pesada, mas no sentido de ressaltar alguns desafios.

C.C. – Não, mas por enquanto não, também não. Como é uma função recente, vamos dizer, dois anos, ainda não deu muito para perceber não porque, na medida que os desafios tem aparecido a gente tem conseguido resolver. Mas positivamente, com certeza esse contato mais próximo, ou um grupo de formadores que dá a gente a possibilidade de estar discutindo o Programa quase que semanalmente. Então essa é uma experiência muito boa.

A.Z. – Nesse tempo todo que tu trabalha com lazer, ou até mesmo no PELC, tem alguma coisa que te emocionou muito e que para ti é muito especial?

C.C. – Esse exemplo com os idosos lá em Ouro Branco que foi muito especial, foi muito emocionante. Tem outras, mas vou ter que me lembrar, tem tanta coisa, tantas emoções.

M.M. – E na sua opinião, o que é possível fazer para qualificar mais o Programa?

C.C. – Eu acredito que essas questões mais estruturais como eu estava falando, elas são fundamentais. O Programa não pode ter um corte de recursos como ele vem sofrendo porque isso impacta diretamente na sua execução. Todo o investimento na educação dos formadores, todo investimento na educação à distância, todo o investimento em várias

ações que o Programa tem desenvolvido não se justificam se a gente não tiver alguns convênios sendo executados. Porque todo esse esforço, todo esse trabalho, ele feito para que as pessoas lá da ponta recebam essa ação, esse direito do esporte e do lazer. Então essas questões estruturais é que acabam impactando muito o Programa, do ponto de vista do corte. Do ponto de vista dessa relação que eu falei das bolsas, que o valor necessitaria de um reajuste do ponto de vista dos bolsistas. A gente ainda precisa investir muito nessa questão da formação de serviço do agente social, que é um grande gargalo que o PELC tem, quer dizer, você tem os formadores que estão lá durante quatro momento, dos módulos ao longo do processo formativo. Mas quando eles não estão lá, como é que se dá a discussão de novas atividades? A elaboração de novas atividades? Essa é uma ação em serviço, então, isso depende muito do comprometimento dos agentes, do comprometimento dos coordenadores, então, esse é um gargalo que a gente tem tentado enfrentar. E acho também, que é uma coisa que eu venho falando há algum tempo, que é de uma maior ligação do PELC com a Rede CEDES¹⁹. Acho que a Rede CEDES é fundamental para fomentar a pesquisa nesse campo do lazer, e da política pública do esporte no Brasil mas vejo que ainda ela é um pouco desarticulada das ações do Programa. Acho que a Rede CEDES poderia contribuir mais com alguns desses enfrentamentos que o PELC precisa fazer, talvez através de pesquisas de demandas induzidas. Acho que a gente pode ter um afinamento melhor entre PELC e Rede CEDES.

M.M. – Com a implementação da EAD como você tem visto o impacto isso que tem causado nos núcleos? Como era antes com os formadores e agora a partir desse envolvimento com a EAD?

¹⁹ Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer.

C.C. – Acho que a Educação à Distância já é uma realidade no Programa, inclusive ela tem impactado a nossa formação presencial porque a partir da EAD o Programa acabou gerando novos documentos, novos cursos, novas reflexões teóricas que são fundamentais para a nossa própria formação presencial. Então, essa produção do conhecimento da EAD tem ajudado a gente a reformular as nossas formações; agora esse processo da EAD ainda precisa ser consolidado, então, a gente tem hoje... Inclusive essa semana foi discutido no evento mais uma vez, como é que a gente consegue cativar, efetivamente, esse agente social que está no Programa a se matricular nos cursos de EAD. A gente tem alguns fazendo, mas talvez a maior parte das pessoas que participa dos cursos hoje de EAD são pessoas que nem tem vínculo com o PELC. A gente tem, cada vez mais, investido nessa divulgação... A gente não pode obrigar as pessoas a fazerem, os agentes a fazerem, mas a gente tem tentado; os formadores e nós temos tentado mostrar a importância desse curso, para os agentes sociais e a EAD pode ser a grande solução entre aspas, para esse processo da formação em serviço como eu havia falado. Porque é um material que está disponível, está no ar vinte e quatro horas, de fácil acesso. Hoje em dia a inclusão digital alcança quase que todos os municípios brasileiros, então, ela *chegou* com um potencial *muito forte* que se continuar nessa pegada vai trazer resultados interessantes para nós.

M.M. – Professor, a gente queria saber se você tem alguma consideração que a fazer sobre o PELC, sobre seu envolvimento com o Programa desde sua atuação como formador a articulador... Algo que a gente não tenha contemplado.

C.C. – Não, acho que vocês passaram [riso] pelos diversos pontos dessa minha relação com o PELC. Acho que é importante dizer o

quanto o Programa também impactou a minha vida enquanto pesquisador, a minha vida enquanto professor, o quando ele foi importante, como eu já falei no início, para conhecer essas diferentes realidades brasileiras. Conhecer diversos sujeitos, colocar um pouco as nossas verdades em questionamento, compreender e exercitar essa questão que é tão difícil do diálogo, do processo de convencimento, de ser convencido. Então PELC foi fundamental para minha... Não só para a minha vida acadêmica, mas na formação do Carlos Fernando sujeito também.

A.Z. – Fora o PELC tu chegou a trabalhar em algum outro programa social desse tipo ou não?

C.C. – Não, só o PELC.

M.M. – Mas dentro da área do esporte e lazer, na universidade, enfim, outros setores você trabalhou?

C.C. – Bom, em 2007, agora que você falou e eu lembrei... Em 2007 o Ministério do Esporte foi chamado pelo Ministério da Educação pela SECAD²⁰, era uma secretaria do Ministério da Educação a participar de um projeto desenvolvido pela UNESCO²¹, que foi o Programa Escola Aberta. Eu atuei nesse grupo da Escola Aberta em 2007, junto com outros formadores; fizemos esse braço do Ministério do Esporte no Escola Aberta que era um programa muito interessante, que era aquele programa de abertura das escolas nos finais de semana, que teve também resultados muito bacanas de diminuição da violência nas comunidades, depredação do prédio público da escola, e depois o programa acabou não acontecendo mais Então foi um programa que eu também atuei, o Escola Aberta.

²⁰ Sistema de Educação Continuada.

²¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

M.M. – Então Carlão, gostaria muito de agradecer pela sua paciência, e toda a dedicação em nos atender.

C.C. – Eu que agradeço, contem sempre comigo, o trabalho que vocês fazem é fundamental, a importância que a gente reconhece da memória, do registro que ajuda a marcar cada vez mais a identidade do programa. Obrigado!

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Carmen da Cunha Lilia Faro

Entrevistada: Carmem da Cunha Lilia Faro

Entrevistadora: Luiza Aguiar dos Anjos

Data da entrevista: 19 de novembro de 2015

L.A. – Primeiramente muito obrigado por ceder o seu tempo nesse dia corrido para conversar com a gente, queria que você começasse nos contando sobre a sua formação.

C.L. – Desde o início, né. É assim, acho que a minha vida ela foi toda voltada para a Educação Física, para o esporte, para a recreação, até porque na minha época não se falava em lazer. Eu comecei como atleta, quando criança eu participava das demonstrações de ginástica dos grupos escolares já no primário, e aí no ginásio eu participava das demonstrações de ginástica, dos jogos. É, eu não sei se é dessa formação, tem problema? É assim, era também nesse período que eu fazia o ginásio, o científico, eu era bandeirante, e nos movimentos bandeirantes a gente vai para acampamento, monta acampamento e tem muita recreação e eu era sempre envolvida nesse sentido. Depois no científico, no ginásio, e aí para onde eu fui? Para o curso de Educação Física e com toda essa... Tinha uma como é que se diz, uma imbricação muito forte, com a relação com o esporte, com a recreação e, mas antes de ir para a Educação Física eu já era professora pro laborista porque não tinha cursos de Educação Física em Belém em 1969. Começou em 1970 só... Eu fazia o científico e já era professora do estado, por quê? Porque eu era atleta, porque eu tinha sido atleta. Eu fui fazendo os cursos no SESC²² de recreação. Eu trabalhava com as crianças a recreação, e num certo momento, claro, eu fui fazer

²² Serviço Social do Comércio.

Educação Física. Em 1973 eu já estava, em 1974, eu já trabalhava isso, fui para o curso de Educação Física e continuando, trabalhando com a recreação, técnica de ginástica rítmica. Começou a surgir também minha atuação como técnica de ginástica olímpica. Entrando na faculdade continuei com o esporte, continuei com as aulas de Educação Física e sempre de primeira à quarta série e sempre recreação. Já no primeiro grau essa relação do desportivo generalizada que a gente sempre trabalhou essa relação com iniciação esportiva, o método esportivo foi surgindo ao longo do tempo. Eu fui me identificando com isso, quando foi em 1997 em Belém do Pará, eu trabalhava tudo isso em escola pública, surgiu o governo do Edmilson Rodrigues²³, governo de esquerda e eu tinha amizade com as meninas, não era uma militante ferrenha mas eu já comungava com aqueles pensamentos, com aquelas ideias e eu era muito virada. Aí me convidaram para ser coordenadora de esporte e lazer da cidade, em Belém com o Edmilson. Inclusive eu conheço a Regiane²⁴ de lá, que fazia muita palestra. Era o início desse... A gente nunca vai poder negar isso, nunca, do que o governo de esquerda trouxe para gente estar avançando nessa relação do esporte e lazer para as cidades, este debate mesmo mais compromissado. Eu fui trabalhar lá e quando eu tinha as ações na cidade para a Prefeitura de Belém, e se começou a ouvir falar do PELC²⁵. Como uma das cidades exitosas era a nossa, sempre tinha uma relação indireta: Belém, Porto Alegre foram as cidades que, antes de surgir isso no Ministério do Esporte, eles foram buscar dessas experiências. Então pessoas de Belém, algumas foram para lá, outras não foram, então tinha todo este vínculo. E as minhas colegas, eu digo as colegas, mas eram todas muito jovens, muito garotas e eu já era mais madura, mas eu fiquei sendo chefe delas e elas me ensinando cada vez mais nesse debate, nessa relação política.

²³ Referência a gestão petista de 1997 a 2000 na Prefeitura Municipal de Belém.

²⁴ Nome sujeito a confirmação.

²⁵ Programa Esporte e Lazer da Cidade.

Eu não era muito politizada eu sabia que tinha que ser, pensar diferente. Em certo momento tiveram os Programas de Esporte e Lazer da Cidade, eu acho que fui pegando o acúmulo e, em um certo momento, começou a ter as formações. Eu me lembro que teve o projeto piloto em 2004 e foi a Zaira Fonseca²⁶ foi de Belém, e aí para saber como era em poucas cidades, onde é que tava acontecendo o PELC para fazer os lançamentos. E assim, nesse período escolhido, era aleatório, ou porque tu identificavas, ou porque alguém te convidava. É era nesse sentido essa relação do esporte e lazer, as meninas me levaram para as experiências do esporte e lazer, já começando a fazer esse debate nacional devido a experiência que eu tinha na prática mesmo. Eu não tive uma leitura, assim dos referenciais teóricos, mas tinha muita formação, porque nunca deixou de ter também essa formação e eu também aprendi muito no governo. Nesse momento eu entro para a universidade e quando eu entro para a universidade no concurso, claro nesse período eu não precisava de mestrado, eu não precisava de doutorado, e eu entro com a especialização, eu fui ser professora de Fundamentos da Ginástica, como professora da universidade. Eu tive oportunidade de ouvir as professoras falando de recreação com os projetos político pedagógicos, que mudaram a nomenclatura, acho que também mudou a concepção, foi para lazer, e em um dado momento uma professora falou: “Tu não queres pegar a disciplina?” E eu: “Não, deixa eu primeiro vivenciar”. Eu tive o convite das meninas, elas já estavam viajando por alguns lugares e eu fui para Santarém no Pará, região do Pará e naquele momento eu ficava com receio de ir para outro lugar porque era debate. Eu tinha entrado na universidade e tinham muitos, muitos formadores que eram já da universidade, e eu ficava assim um pouco temida com o debate. Como eu posso dizer, um debate epistemológico, paradigmático, eu ficava preocupada, isso me levou para Santarém. E eu quero te dizer que foi

²⁶ Nome sujeito a confirmação.

muito bacana, claro que eu fui aos poucos, então, nunca deixei de... Que também o Marcelino²⁷ fez muita formação em Belém, principalmente nos primeiros quatro anos do governo. Várias pessoas, como eu te falei, tinham a formação, uma hora pedagógica, as sextas-feiras a gente estudava com os professores da Educação Física e que a gente não sabe o porquê tinha que estudar naquele momento, parava para a estudar. Até às vezes mesmo eu, quando eu entrei, fiquei um pouco assim, mas eu entendi tudo aquilo que era formação mesmo, para melhorar o conhecimento. Eu acho que a gente se desenvolveu a partir da... Aliás, eu acredito que a partir da formação, que é o que eu posso te dizer, que depois de tantos anos como foi que eu evolui a partir das formações mesmo. Eu comecei a ser convidada e nesse momento eu fui para Santarém... Aí as meninas: “Olha tem outro convite agora, tem uma formação em Brasília”. Nesse momento os convênios ficavam assim, era como se fosse assim, a gente ia, conversava, fazia. Era assim: pegava as pessoas se identificavam, chegava do lado, e assim, indicação. A gente se oferecia para os convênios. Eu ficava receosa, eu comecei a ir para o Acre e um já falava para o outro nessas formações, eu comecei a ser convidada. Ia dando muito certo, eu fiquei nesse eixo, Acre, Amazonas, Pará, não saia dali até porque mantinha uma aproximação com essas pessoas. Eu também ficava um pouco mais receosa por causa dos conhecimentos dos elementos teóricos metodológicos. Eu comecei a ir para o Acre, eu ia para o Amazonas era assim tudo quanto era formação. Tinha aquela relação de quem escolhia eram os convênios, então, como eu ia para lá e era o PELC/PRONASCI²⁸, era todas as idades, então, era nestes que eu trabalhava, que eu vivenciava as formações. Eu comecei a estudar, eu melhorei muito mesmo com os seminários, com as formações que foram proporcionadas, muitas formações, congressos. Esse momento mesmo de formação do

²⁷ Nelson Carvalho Marcellino.

²⁸ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Programa Esporte e Lazer na Cidade ele é muito rico, eu acho que um dos nortes do desenvolvimento humano é isto mesmo: como a gente melhora o nosso conhecimento, a gente leva também a melhora do conhecimento para as pessoas. Então foi assim, eu entrei no governo que eu tive a oportunidade. As meninas disseram: “Olha vai ter uma formação”. Aí eu: “Mas como é para ir?”. Aí: “Escreve, liga, pede a passagem, diz que tu tens interesse”. Foi aí que me aproximei e fiquei nesses lugares, em vários municípios. No Amazonas a sede era sempre Manaus, mas era também em vários municípios e em todos esses eu tive formações inesquecíveis, que me marcaram. Uma que marcou mesmo foi a do Xavante²⁹, é claro que um grupo tinha ido para o Waiwai³⁰, mas quando eu vi o relatório não apontava a metodologia, porque tinha que trabalhar. Eu fiquei muito preocupada, mas foi um tempo... Eu fui convidada, eu até perguntava assim: “Por que será que eu fui convidada? Será que é porque eu sou do norte, eu aguento o tranco?” Sabe essas coisas assim, eu estou acostumada é uma vida muito mais dura e eu estou acostumada com essas pessoas. Mas eu fiquei feliz ao mesmo tempo, então, foi assim um mês e meio de preparação, porque até para que eu ligasse para CONAMI, porque era o CONAMI - o Conselho Nacional das Mulheres Indígenas - por quem eu fui convidada e assim eu disse: “Mas eu nunca trabalhei com índio, eu não sou indígena”. Apesar que meu marido trabalha há quarenta anos né, com indígenas; meu filho fez mestrado em indígenas, mas assim eu não tinha essa aproximação. Essa formação fez eu procurar muito, estudar, eu fui para o museu, inclusive até trouxe um livro agora sobre a vida dos xavantes porque eu tenho que escrever um artigo para entregar para professor Hélder³¹, um relato. Eu fui buscar livros na biblioteca, falava com as pessoas, eu tive um mês e meio, eu me dizia: “O que é programado? O que eu vou trabalhar com eles?” Aí

²⁹ Tribo indígena brasileira.

³⁰ Tribo indígena brasileira.

³¹ Hélder Ysaiama Ferreira.

eu: “O que é palpável? O que eu posso mesmo, né? O que será que vai ser, é real assim para eu trabalhar?” Então essa formação dos Xavantes, inclusive eles não falavam português, só poucos, tinha que ter tradutor; eles não falavam o português, era língua xavante mesmo. E assim como eu me envolvo com essa relação do povo, da dança, dos jogos, das brincadeiras, a vivência, é incorporado, me deu vontade de desistir, mas aí Rejane³², a Ana Elenara³³... Eu fiquei pensando: “Por que será que vão me mandar para lá?” E assim, foi toda uma conversa, eu procurei também na internet, procurei em livros, então foi uma pesquisa mesmo, foram quase dois meses para poder acontecer essa formação. Se tivesse sido muito perto eu não teria tido essa coragem. E eu disse, dentro do método do Paulo Freire, foi um presente trabalhar. E aí o primeiro impacto que eu olhei para eles assim, é: vai não sei quantas horas de avião, depois tu pega não sei quantas horas de ônibus, depois não sei quantas horas de... Aí chega em Nova Xavantina³⁴, em Campinópolis³⁵ e até tu chegar num determinado local para tu ires pra aldeia. No primeiro momento nós ficamos perto de Campinópolis. De manhã a gente saía, ia na caçamba do caminhão... E assim você vai e iam alguns índios com a gente no carro, alguns indígenas, e assim, o carro, o pneu fincava na areia. Aí puxa o pneu e até a gente chegar lá eram duas horas para a gente chegar lá. E o primeiro impacto de quando eu cheguei lá e eu olhei o lugar para a gente ficar, embaixo da árvore, nós ficávamos embaixo da árvore, inclusive nós levamos nossos lanches. E tinham as irmãs salesianas mas a escola ficava longe, foi num pátio da escola e o primeiro impasse que eu te digo, que era só homens, só índio. Eu dizia: “Cadê as mulheres?”. Ficava olhando para um lado e para o outro. Homem rindo, sorrindo, brincando, jogando as pernas para cima e as mulheres todas tristes, fazendo a comida, sem as mulheres

³² Rejane Penna Rodrigues.

³³ Ana Elenara da Silva Pintos.

³⁴ Município brasileiro.

³⁵ Município brasileiro.

participar. A formação para os homens e assim eu procurei canto, procurei as danças, li os passos, muitas coisas tem a ver com a nossa, com a vida do norte, com os caboclos. Essas brincadeiras que a gente faz no dia-a-dia, de ir para o igarapé, coloca uma pessoa, coloca outra e tem um nome que foram eles... Dessa brincadeira de jogar água para cima tem os nomes, eles brincam com isso e, inclusive, teve a oportunidade... Ficava bem o igarapé passando nos fundos lá. Agora o que foi impactando o que eu digo... Eu levei umas pinturas, fiz um jogo de memória, eu fiz jogos com o que eu tinha conseguido ver sobre o meio ambiente, os números, as cores e, a partir disso, eu fiz as dinâmicas que a gente pode chamar jogos e brincadeiras para ver o que é que iria surgindo, o que é que a gente poderia avançar nesse sentido. Em uma reunião, antes da gente iniciar, eu falei com o cacique e quando ele viu que eu levei as pinturas, ele se emocionou. Eu falei das pinturas, eles nem sabia quase das pinturas, são várias pinturas. Eles têm aquelas, que é do urucu e aí usam quando eles estão usando uma bermuda vermelha ou então uma preta, tem essa relação das bermudas que aí eles pintam de urucu, agora me esqueci ou foi o jenipapo. Quando eles viram que aquelas é... Tem variados e eu acho que essa relação da gente conhecer, da gente procurar, que o Paulo Freire conheceu essa realidade. Eu acho que foi bacana porque ele disse: “Olha, ela sabe né?” Mas é claro que eu expliquei que eu fui buscar em livros, inclusive eu achei livros de escritores de 1948. Eu estou com estes livros, que me deram dicas, não teria como na atualidade saber o que foi que estas pessoas escreveram e deixaram. Eu sei te dizer que funcionou, que foi muito gratificante. Por que eu te digo isso, claro, não tem uma avaliação escrita, porque eles não escreviam e não falavam, mas pelos gestos, pelo carinho... Eu ganhei um cesto, porque lá eles querem vender tudo, eu ganhei um cesto, até ganhei aquela gravata que eles usam. Uma das coisas que me chamou

muita atenção porque eu tinha lido sobre o warã³⁶, é que mulher nenhuma participa e a primeira mulher que eu vi participando foi a Rejane, participou com os caciques e a gente lá fora, tudo no escuro, aquela fogueira e os homens todos caciques falando ali do PELC na língua deles. O Cacique Jeremias, também o vereador, ele explicando e conversando, levou ela entrou no warã e nós ficamos todos fora para entender o que era aquilo, se os caciques iam aceitar o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Porque às vezes a gente fica pensando tem tantas outras políticas não é, que a gente estava ali falando de esporte e lazer. E eu tinha também muitas interrogações na cabeça. Cinco horas da tarde tu vai ver eles estão dançando e vão para o futebol, já estão fazendo isso como é que a gente queria que eles fossem ser agentes? Já vimos a própria cultura como é que eles iriam situar ali nessa relação. Eu estava assim porque essa me marcou, porque tu tens um conhecimento prático que tu vais buscando, tu vai conseguindo deslanchar, vai conseguindo ver as demandas que tu vais construindo mas quando é uma coisa que tu tem as pessoas esperando, tem que acontecer, tem que dar certo, não é? Não quero dizer que deu certo, porque não foi, mas isso que eu levei para eles? Todos os jogos, jogo de memória, jogo de tarjas, a dança como é que... Claro que eles também já tinham essa prática da dança, eles se empolgaram, porque eu também dançava lá com eles. Os passos, quando era para fechar, e aí também a corrida de tora antes da gente iniciar e eles com as crianças mostrando. Eles mais vivenciaram a cultura deles do que eu fui lá para ensinar, não ensinei nada, eu só fiz buscar uma lembrança, de lembrá-los. Eu não sei te dizer se é a palavra “lembrá-los”, mas eu acho que as políticas públicas são para isso, para dar oportunidades de acessar... Claro eles têm uma cultura, mas a gente mesmo... O próprio contexto fala muito dessa relação que o indígena está globalizado, porque toma Coca-Cola, porque toma isso

³⁶ Espaço central da aldeia indígena.

e aquilo outro. E aí? Eles não têm direito a ter outras coisas também? conhecer. Tem uma grande questão, para não perder a sua cultura... Inclusive no dia que nós chegamos, sabes que depois eu fui perceber isso, tinha uma iniciação dos adolescentes. Eles estavam saindo de uma determinada - não é oca, é outro nome - porque agora eu não estou lembrada. Mas aí eu não entrei em detalhes porque eu era só uma... Eu estava fazendo outra coisa, não estava lá. Eles iam para a iniciação e depois que eu fui entender a relação com furar a orelha, uma brincadeira que as crianças têm de pegar, uma coisa e bater no outro, e tudo isso eu fui vivenciando com eles, fui vendo e foi um momento cultural muito importante. Depois nós voltamos na avaliação porque a gente quer fazer as coisas tudo igual, mas às vezes totalmente diferente. Quando nós chegamos, eles tinham parado três meses porque o cacique Jeremias tinha ficado doente e ele estava em Brasília no hospital, então, aquela comunidade toda ou foi para lá acompanhar, ou ficou e quando nós chegamos nós reiniciamos, revitalizamos. Eu já levei outras possibilidades de ouvir, tinha o tradutor também... Uma relação muito forte que eu acredito que é relação com álcool, a baixa estima, então, tudo isso eu também levei no diagnóstico, no conhecimento da realidade. Eles se empolgaram quando eu levei um mapa do Brasil, um mapa de toda aquela região: “Olha, vocês estão bem aqui”. Sabe, eles foram ficando muito mais colaborativos comigo. Até ia me esquecer disso: eu levei essa relação de todo este material e levei tudo o que eu pude levar. Teve uma brincadeira que eu falei sobre meio ambiente também dessa relação do próprio espaço mesmo, fiz tipo uma brincadeira, falei: “Mas eu não sou médica, mas eu não sou desenhista, como é que eu vou falar algo sobre... Eu sou da Educação Física, como é que eu vou falar do tema que eles queriam...” Porque quando eu falava com a Samira³⁷ do CONAMI, ela dizia: “Fale sobre alcoolismo”. Aí eu dizia: “Como que eu

³⁷ Nome sujeito a confirmação.

vou falar?” Então eu também fiz jogos, fiz brincadeiras que cultuavam essa relação que é muito forte. Inclusive um dos agentes na segunda vez que eu fui deixou mesmo por causa dessa relação com o alcoolismo. Eu acho que essa contribuição foi muito importante, mas eu também tinha vivido muitas experiências. Fui fazer visitas em Belém, não sei quantos núcleos da prefeitura apesar de que, de um tempo para cá, não tem mais PELC. E eu acumulei bastante conhecimento e tenho tentado, de uma forma ou de outra, não deixando de não ter o eixo criador, do que é o PELC, do que é o Programa Esporte e Lazer da Cidade. O que quer dizer isso? O seu marco legal, as diretrizes, princípios, mas eu vou buscando outras coisas diferentes. Eu não saí da região norte, mas agora eu estou no Nordeste, eu fui muito para o Piauí e eu tenho enfrentado lugares muito difíceis... Doze horas de ônibus, de caçamba, de ambulância, mas eu acho que é a vontade deles, é a necessidade, é realidade. Eu tenho trabalhado tanto no Vida Saudável³⁸, um ano agora eu fui para o primeiro PCT³⁹, que foi quilombola na Comunidade Acauã no Piauí, mas ainda estou começando também a fazer esse reconhecimento. Esse local fica muito distante onde eles vão ficar e saí já fiquei me perguntando: “Como é que vai ser esse acompanhamento, esse monitoramento?” Eu sou formadora a partir do edital e u não parei mais. Se eu for contar, uma vez por mês estou viajando e, às vezes, duas. Não é fácil, eu já fui professora de políticas públicas da Universidade da UEPA⁴⁰, professora de lazer e isso é muito bacana porque agora estou fazendo Especialização em Lazer aqui na UFMG⁴¹. Eu acredito que o esporte e o lazer podem contribuir com mudanças com transformação. Porque como eu não sei mais como eu entrei, eu estou outra pessoa, com outros conhecimentos, e quando tens conhecimento tu argumenta, tu debate. E as formações, eu acho que é

³⁸ Programa Vida Saudável.

³⁹ Povos e Comunidades Tradicionais

⁴⁰ Universidade do Estado do Pará.

⁴¹ Universidade Federal de Minas Gerais.

o que diferencia, os nossos programas.. Eu não sei se eu estou sendo muito vaidosa, muito prepotente... Tenho viajado bastante, estou agora no Vida Saudável, de vez em quando me chamam por aí e eu digo: “Não! Eu tenho que estudar para uma coisa só”. E eu estou estudando envelhecimento, vida saudável e pior que agora todo mundo parece que quer dizer que a Educação Física ela vai salvar o mundo. Ninguém mais que ouvir outra coisa que não seja fazer exercício, atividade física, mas isso às vezes... Como é que constrói e desconstrói isso na formação, porque eles ouvem também falar e a gente vai para lugares que não tem formação de professores de Educação Física e, às vezes, não tem formação, quando tem é Pedagogia. É feita pelas pessoas que trabalham com a gente, quando eu estou falando dos municípios que eu vou. Não tem universidades ou faculdades próximas, é aquele povo ali que eu tenho que conviver, é aquele ali que eu discuto é aquele ali que eu construo, não é fácil não. Quando tu queres que entendam as coisas que tu vais falar, mas as pessoas não têm uma base para entender o que tu estás falando mesmo assim eles têm a Educação Física, todo mundo quer atividade física, todo mundo quer caminhada, alongamento e ginástica nos programas. Eu estou com uma preocupação sobre isso [risos] tenho viajado bastante eu estou, como te falei desde... Em 2006, 2007 foram me convidando e 2008 eu comecei; quando foi em 2010, que teve esse edital e entrei como formadora e não parei mais. Sobre estudar, discutir políticas públicas com pessoas que não tem acesso às vezes nem à vida; as pessoas têm dificuldade de não ter emprego nos municípios, como é que tu vais fazer isso? As pessoas, às vezes, querem outras coisas, como a música do Titãs: não é só comida, quer água, quer arte, mas ao mesmo tempo eles precisam também de algumas coisas.

L.A. – Boa, respondeu bastante coisa [risos]. Quais são as principais estratégias metodológicas nas formações que você organiza?

C.L. – Eu aprendi, que eu preciso conhecer a realidade. Quando eu não entro em contato direto com as pessoas - que eu gosto também muito de entrar em contato com o coordenador ou com alguém faz esse contato - eu vou para a internet que é mais fácil. Eu vejo onde é que fica, o mapa, o bairro, a cidade, o que tem, o que não tem. Eu acredito muito na educação popular, a gente deixou um pouco... Acho que a gente podia ter aprofundado mais. O conhecimento da realidade é isso que eu uso mesmo. Eu procuro saber quem são as pessoas, não para tu veres direto, mas eu converso... Eu uso isso, eu acho que educação popular de Paulo Freire que eu ainda não desvencilhei, eu aplico esse conhecimento principalmente para o módulo introdutório. Eu me preocupo bastante, eu pesquiso, eu acho que por ser da Educação Física... Porque eu tenho uma experiência, são quarenta e dois anos ininterruptos... Até quando eu sonhei com um cargo numa gestão de prefeitura eu não deixei de ser professora. Eu era da prefeitura, não era efetiva, então, era uma coisa passageira. Eu tinha que ficar lá dando aula somente na escola, depois que eu tive esta oportunidade de entrar na universidade. Eu penso que a relação com o corpo é fundamental na expressão corporal, não quer dizer que seja só expressão corporal, eu uso várias linguagens, o que tu puderes imaginar. A linguagem oral, a linguagem da expressão corporal, teatro, dança, e vou costurando isso, a escultura, desenho, pintura. Quando eu me ligo a alguma coisa, é isso. Não deixo de estar nas diretrizes, no princípio. Não deixo de falar o que é o PELC, se tiver com o PELC; o que é o Vida Saudável e depois a gente começa a descortinar o que é o Vida Saudável, até que eles entendam. Eu não deixo isso nunca, mas eu também faço parte de dança, de dinâmicas. E assim eu vou buscando: brincadeiras, jogos, não deixo também de não levar nem que seja uma página, entendeu? Uma frase para interpretar. Claro que eu não vou levar textos para lugares que as pessoas têm pouco de

conhecimento... As minhas metodologias elas são diversas. Eu desconstruo. Às vezes tu vais caindo na rotina, semanas, quando tu vês, tu estás fazendo a mesma coisa e aí quando tu percebe as pessoas estão te olhando assim, não é mais aquele olhar de: “Bacana!” Eu também me preocupo, eu estou ali para construir, eu acho que é meu papel, eu gosto muito de querer fazer diferente. Minhas metodologias eu debato: “Nós vamos trabalhar isso, o que vocês acham?” E também as pessoas falam do que eles querem, às vezes vai dando certo, às vezes eu tenho que ir naquele momento lá usar... Eu que digo assim que é o plano A que é o plano B. Eu levo alguns livros, mas às vezes eu não tenho nem internet. Um exemplo: fui passar um filme no Piauí, que é quarenta graus duas horas da tarde, um filme muito longo, então, vai dar sono, tu vais usando conforme a realidade. Eu vou me modificando, procurando aprender e te digo assim: não há lugares iguais por causa da pobreza, dos menos favorecidos economicamente que a gente consegue chegar. Eu procuro levar o melhor, eu levo as coisas mesmo, eu levo elástico, eu levo um material que eu vá fazer alguma coisa diferente que eu sei que não vão comprar. Eu organizo meu conhecimento, o que eu trabalho... Uma vez eu fui para Jaboatão dos Guararapes⁴², foi diferente essa formação, sabe por quê? Por que eles já estavam no PELC há mais de dez anos, trabalhavam os ciclos populares que é uma referência nacional. Aí eu digo: “Mas o que é que eu vou fazer lá?” Eu humildemente vou levar a coisa para esse povo e quando eu mandei a programação para eles, eles muito educadamente: “Olha pode mudar isso?” E nós fomos conversando. Eu tirei as minhas amarras, eu disse: “Vai ser trabalhosa”. Dito e feito: tive que me sentar e estudar... Eu dava uma linguagem, um desenho, uma paródia, teatro, dança, contação de história, toda essa relação que eu levei, onde é que está isso? E onde está isso na realidade aqui do município? Foi bem legal essa formação porque foi em outra

⁴² Município brasileiro do estado de Pernambuco.

realidade, foi em Pernambuco e eles têm uma larga experiência no PELC, de construção, também de governos populares. Eu dizia: “O que é que eu vou dizer para esse povo?” Eles sabem muito mais do que eu, vivenciam a realidade. Mas quando eu mandei a programação, teve o retorno, eles queriam outros conhecimentos, outra metodologia, mas assim, numa condição bem, bem amigável, bem afetuosa.

L.A. – E esse movimento de mandar a programação e eles darem o retorno, isso sempre acontece?

C.L. – Não, não. Eu acho que só das pessoas que estão mais, que tem um determinado estudo, que já ouviram falar sobre aquele determinado assunto, várias e várias vezes. Até porque tu sabes que a formação ela muito importante para o PELC. A formação mesmo dos agentes ou a formação continuada, ou até mesmo quando eles têm muitos núcleos que são convidados para ir para as formações que o Ministério proporciona, então, eles têm vindo. Eu não deixo também de conversar com eles sobre o que eles querem, perguntar alguma coisa sobre o que querem...

L.A. – Quais são os principais resultados que você observa ao final das formações que são feitas nos núcleos?

C. L. – Bem, eu tenho muitos. Muitos núcleos que eu já fui fazer formação tanto no módulo introdutório como na avaliação. Têm alguns lugares que tu te emociona. Quando as pessoas estão envolvidas dá muito certo. Os depoimentos, as apresentações, aquela coisa assim: “Não pode terminar!”, “Não pode acabar!” E a gente a dizer: “Mas agora são vocês que vão assumir”. Isso também é bastante complicado a gente dizer isso para eles, mas a gente vem preparando desde a primeira vez que a gente vai e diz: “Olha, isso aqui é um edital, é uma

emenda parlamentar, depois vocês vão ter que andar com os passos de vocês”. É complicado... Eu nunca me esqueço que na primeira vez, em uma das primeiras vezes que fiz formação, um rapaz se dirigiu para mim e disse assim: “Olha, Dona Carmen, eu quero lhe dizer que eu vou fazer faculdade de Educação Física porque tudo o que a senhora falou aqui me deu uma cutucada sabe”. E assim, é, vem essa transformação sim. Não posso ser tão vaidosa nem para dizer que são para todos mas tu ouve tanto para o impacto das pessoas que estão ali, das pessoas que participaram, das pessoas que estão participando. Eu acredito que essa transformação tem acontecido, mas alguns depoimentos, o impacto mesmo, nas pessoas, na vida de pessoas, uma relação do que às vezes não tem outro emprego na cidade e até isso o PELC tem contribuído, que são aquelas pessoas que vão nisso. Enfim, eu tenho visto muito mais que tem dado certo, também estatisticamente nunca fiz isso, não fiz uma pesquisa cientificamente mas pela própria expressão das pessoas, como eles te recebem com festa e adoro as comilanças é muito legal.

L. A. – Carmem, eu queria agradecer muito pela sua fala, seus relatos. Muito, obrigada.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Christiane Luce Gomes

Entrevistada: Christiane Luce Gomes

Entrevistadoras: Luiza Aguiar dos Anjos e Christiane Macedo

Data da entrevista: 23 de outubro de 2015

L.A. – Christiane, obrigada por ceder seu tempo para conversar com a gente, queria que você começasse falando da sua formação.

C.G. – Bom, eu sou licenciada em Educação Física, me formei em 1992 no ano seguinte eu fiz uma pós-graduação em lazer aqui na UFMG⁴³ também. Em 1994 eu fiz o mestrado em educação física terminei no final de 1995, depois eu fiz o doutorado de 1999 até 2003 e dentro dessa formação eu fiz o pós-doutorado nos anos de 2011 e 2012. A minha formação foi toda realizada na UFMG e o pós-doutorado foi feito na Universidade Nacional de Cunho na Argentina.

L.A. – Você pode falar um pouco das suas temáticas de pesquisa?

C.G. – Durante essa minha trajetória na UFMG, no ano que vem eu completo vinte anos de professora efetiva, eu sempre pesquisei o lazer, mas a partir das suas articulações com outros termos, por exemplo, lazer e educação aí desdobrando um pouco mais a formação profissional e acadêmica, mas a minha temática principal sempre foi o lazer. Nos últimos dez anos eu venho pesquisando o lazer em um contexto latino-americano e mais recentemente, porque eu fiz também um curso de formação em cinema, então mais recentemente eu tenho feito estudos e trabalhos, disciplinas aqui relacionando lazer e turismo

⁴³ Universidade Federal de Minas Gerais.

e minha pesquisa atual hoje eu faço com apoio do CNPq⁴⁴ ela vincula as temáticas lazer, mulher e cinema.

L.A. – E como começou a sua inserção no PELC?

C.G. – Começou em 2010 quando o ministério fez um contato conosco para nos responsabilizar pela parte de formação do PELC. Eu já conhecia o PELC antes, eu tenho colegas que foram formadores do PELC, mas o meu primeiro envolvimento mesmo se deu nesse momento então são cinco anos de 2010 para cá. Minha contribuição, a minha participação no PELC se deu principalmente para ajudar a sistematizar, avaliar, acompanhar os processos formativos que são presenciais.

L.A. – Tu podes falar um pouco mais do processo de constituição nesse momento de 2010 e da inserção da UFMG nesse processo, na sua contribuição específica nesse trabalho?

C.G. – A UFMG acabou sendo convidada para dar um suporte acadêmico nessa parte justamente pela tradição que essa universidade tem no que se refere ao lazer. A gente, por exemplo, tem um centro de estudos que se chama Centro de Estudos e Recreação Celar que foi constituído em 1990 então são vinte e cinco anos, se a gente considerar hoje, de trabalhos, projetos, propostas e ações de ensino, pesquisa e extensão em termos de política editorial. Além disso, uma outra razão que pesou, eu imagino que tenha pesado, foi o fato da gente ter constituído aqui na UFMG, inicialmente em 2006, mestrado em lazer que depois acabou sendo ampliado, cinco ou seis anos depois passou a constituir um programa de pós graduação e estudos do lazer com mestrado e doutorado. Embora esse programa esteja lotado aqui

⁴⁴ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

na escola de educação física da UFMG, o que para nós é muito importante, porque pela própria história de envolvimento da educação física com as iniciativas ligadas a recreação e o lazer, é importante que essa escola tenha acolhido esse Programa, mas ele é um programa interdisciplinar. Nós temos profissionais e professores com formações diferenciadas a maioria tem formação em Educação Física, mas também vários profissionais com outras formações ligadas as áreas de ciências humanas e sociais. Certamente esse também é um ponto que eu acho que destaca a participação da UFMG como uma instituição importante e qualificada para contribuir com a parte de formação do PELC, tanto é que esse mestrado ele ainda é o único que a gente tem no Brasil, são cinco na América Latina e é também a universidade que tem o único programa de doutorado nessa área na América Latina, fora daqui só mesmo na América do Norte, na Europa, e outros países da Oceania.

L.A. – Você poderia falar um pouco da participação do Ministério do Esporte nessa parceria com vocês?

C.G. – É uma parceria muito interessante porque um dos aspectos que confere sentido ao nosso fazer cotidiano na universidade é uma interação maior com a comunidade. O Ministério do Esporte foi uma possibilidade muito rica da gente se aproximar da comunidade via políticas públicas que é um aspecto também primordial que a gente está sempre procurando investir, procurando qualificar, procurando contribuir dentro também do que nos cabe, dentro das nossas possibilidades. Essa parceria ela tem sido muito profícua por causa disso porque nós temos saberes e experiências diferentes. O que acontece é uma troca, um compartilhamento e essa aproximação acaba sendo importante. Tanto a universidade quanto um órgão público como o Ministério do Esporte, e claro que assim a nossa

preocupação primordial está relacionado com a garantia do direito ao lazer é isso que nos une é isso que a gente tem em comum. Aqui na UFMG a gente tem uma preocupação muito forte com isso porque nós vivemos em um país marcado por desigualdades sociais das mais diversas naturezas, ficamos bastante preocupados com isso em garantia efetiva e o PELC ele foi gestado com essa preocupação de possibilitar que o lazer e o esporte chegassem nas áreas socialmente mais vulneráveis do nosso país para que ele pudesse ser vivido com uma prática cotidiana.

L.A. – E qual é a sua função dentro do PELC, que atividades ela demanda?

C.G. – Eu integro a equipe gestora do PELC na UFMG, PELC Vida Saudável que hoje já constitui um programa independente, mas antes era uma das possibilidades do próprio PELC, e eles estão intimamente articulados. Na equipe gestora a minha função está relacionada com a coordenação da formação no caso agora como a gente tem propostas de educação a distância, da formação presencial tendo a interação também, mas enquanto responsabilidade é nesse aspecto que eu estou inserida. Minhas atribuições enquanto membro da equipe de coordenação da formação do PELC incide principalmente nos aspectos pedagógicos que estão presentes na formação, por exemplo, eu estou sempre envolvida com as questões ligadas aos objetivos da formação, da sistematização e isso atualmente são em quatro módulos. Como se dá esse processo? Com quais objetivos? Quais conteúdos? Também são pertinentes de serem abordados nos quatro módulos. Nós fizemos recentemente uma revisão desses conteúdos e possivelmente esse processo... Possivelmente não, esse processo não terminou, a gente continua fazendo isso e eu estou à frente desse processo. Além disso, para levantar maiores fundamentos para a formação eu também estou

envolvida com a seleção de materiais didáticos, textuais e audiovisuais que possam enriquecer com a formação dos agentes sociais. Nós temos temáticas novas por exemplo, e há uma responsabilidade em buscar materiais que sejam adequados também ao público, porque muitas vezes agentes sociais são pessoas da própria comunidade que nem sempre tem uma formação acadêmica então precisamos pensar em textos e materiais que sejam adequados também a esse público para que possamos de fato qualificar a formação deles. Eles é que estão na ponta, eles é que fazem de fato o PELC acontecer então essa é uma das atribuições que vem sendo assumidas por mim. Além dessas uma participação também no que se refere ao planejamento e a realização dos encontros anuais, dos encontros de formação de formadores, dou também um suporte aos formadores, articuladores e outros membros da equipe que tem necessidade de discutir alguma coisa mais ligada a essa dimensão pedagógica da formação.

C.M – Você pode falar pra gente mais detalhadamente como se organiza essa formação dos quatro módulos, você recebe o material dos formadores e devolve para eles com sugestões ou você que manda o material como a seleção de materiais inclusive se eles vão trabalhar algum texto, algum vídeo passa por ti ou?

C.G. – O PELC ele tem as suas diretrizes que são divulgadas, por exemplo, os editais públicos então essas diretrizes tem que ser seguidas e as diretrizes atuais elas definem, estabelecem que a formação seja desenvolvida em quatro módulos, então a gente tem o módulo introdutório um que prepara o grupo para realmente desenvolver aquele trabalho nos núcleos de esporte recreativo e de lazer então tem uma introdução e nessa introdução a equipe normalmente quando ela não se conhece ela tem a oportunidade de se conhecer a equipe que vai trabalhar localmente, então esse contato é

um contato direto que o grupo tem com o formador e também nesse primeiro módulo esse grupo de agentes sociais e coordenadores, as pessoas que vão fazer o PELC acontecer eles tem acesso a uma série de informações institucionais, políticas, pedagógicas relacionadas ao esporte, criatividade e ao lazer. Esses conteúdos eles também são sistematizados e definidos pelo próprio ministério, mas não de uma forma fechada, são vários conteúdos e o formador tem liberdade para escolher entre aquelas possibilidades e entre outras até que não estejam elencadas ali o que ele considera que é mais pertinente para fazer aquele trabalho com aquela realidade local então tem ai uma certa flexibilidade também porque o respeito mesmo as peculiaridades locais é uma diretriz acolhida pelo PELC então tem que começar por ai, mas então é disso sobre o módulo introdutório um; depois tem o módulo introdutório dois, muitas vezes a equipe ela pode sofrer alguma modificação ou então algum agente social por alguma razão não vai poder participar tem que ser substituído então é um momento que é possível retomar fundamentos que foram trabalhados no primeiro contato e também acrescentar outros e aprofundar outros até considerando ali os objetivos do PELC para esse momento, depois são dois módulos avaliativos, tem o módulo de avaliação um onde todo mundo se reuni para ver o que está dando certo e o que não está, onde estão as lacunas o que pode ser feito, esse é um momento muito importante porque aí de fato o PELC já está implantado, já está em andamento e esse grupo então avalia como que o trabalho está sendo desenvolvido, o que foi possível conseguir e os novos rumos que tem que ser dados ali para equacionar as dificuldades e as fragilidades que foram percebidas e mais para o final tem o último módulo de avaliação porque uma das preocupações do PELC é também que esse tipo de proposta ela tenha continuidade, mas de uma forma com autonomia então para que as pessoas possam buscar outras formas de mobilização da comunidade, para que elas reivindiquem, por exemplo,

do poder público municipal os meios para que o trabalho continuem acontecendo e de fato esse é um grande desafio mas muitas vezes ele é alcançado também então por isso que é interessante as propostas que se tem, muitas vezes querem priorizar entidades que ainda não implantaram PELC então nos editais públicos muitas vezes é colocado dessa forma, as vezes não as vezes é aberto então é possível ter uma continuidade mas para que o autonomia e a autogestão sejam alcançadas é imprescindível que as pessoas estejam mobilizadas e engajadas para continuar trabalhando em prol da garantia do direito ao esporte e lazer sem depender necessariamente do auxílio financeiro que é concedido pelo ministério do esporte.

L.A. – E o que a separação do... Pelo o que comunidades tradicionais de povos indígenas e o Vida Saudável demandou da equipe gestora?

C.G. – Demandou o seguinte, nós somos atualmente três professores responsáveis por essa parte de coordenação da formação então os três estão envolvidos com essas três possibilidades, mas para uma divisão interna de responsabilidades cada um fica mais responsável por um programa, então no caso eu sou uma pessoa que digamos faço um investimento acadêmico maior no programa Vida Saudável que é voltado para idosos acima de sessenta anos, atende esse público específico e tem as suas peculiaridade então, por exemplo, eu estava falando para vocês os módulos introdutórios para dar conta dessas peculiaridades então os conteúdos a gente sabe que tem alguns que são similares para todos por exemplo uma discussão sobre as políticas públicas de esporte e lazer no nosso país são importante para essas três possibilidades mas no Vida Saudável por exemplo a gente tem também um trabalho para que as pessoas conheçam as políticas específicas para esse público então um conhecimento maior sobre o estatuto do idoso, sobre a política nacional do idoso as possibilidades

de promoção da saúde que também focam mais esse público no que é mais específico para eles então internamente a gente faz essa divisão mas só para ter um investimento maior porque está todo mundo envolvido com as três possibilidades.

C.M. – Poderia falar um pouco mais, por exemplo, das temáticas... Tem alguma temática que é mais trabalhada no Vida Saudável como especificidade não tanto nos outros?

C.G. – Tem, por exemplo, algo que é muito comum na velhice está relacionado com as quedas, o idoso perde o seu equilíbrio com mais facilidade ele tende a cair isso é muito sério porque a última coisa que a gente quer é que, por exemplo, o idoso quebre o fêmur e tenha que ficar acamado por vários meses então essa, por exemplo, é uma temática que é trabalhada “prevenção de quedas” os formadores são qualificados e esses formadores qualificam também os agentes sociais, uma outra temática também tem a ver com acessibilidade então tem uma série de cuidados que é preciso ter com relação ao espaço para que ele de fato permita o acesso do idoso, muitas vezes esse idoso ele tem plenas condições físicas e psicológicas de fazer qualquer tipo de proposta que é desenvolvida pelo PELC que não está relacionada apenas com os exercícios então tem outras oficinas, trabalhos manuais, trabalhos sociais, tem os eventos então aborda aí uma multiplicidade de interesses culturais relacionados ao lazer, mas então estas questões precisam ser consideradas a questão do horário, questão do local também importante porque muitas pessoas podem, por exemplo, preferir realizar determinadas oficinas em um horário mas será que nesse horário, por exemplo, é pertinente para aquele público local que está ali vai atender os seus interesses ou não então é preciso estar atento a isso as doenças que acometem também esse tipo de pessoas que são comuns também na velhice então aprofundar um

pouquinho e conhecer um pouquinho mais sobre isso, qualifica melhor os profissionais para trabalharem com esse grupo então a gente vai um pouco nessa direção tentando mapear os elementos que são importantes para que o trabalho de fato ele dialogue com as especificidades do grupo e claro as realidades são heterogenias então a gente sabe que tem aspectos em comum mas tem outros também que são totalmente particulares então é preciso também estar atento a essas questões.

L.A. – O Ander mencionou uma aproximação de vocês com o programa Academia da Saúde e até com outros professores daqui da casa mais ligados ao campo da fisiologia, você poderia falar dessas parcerias, dessa aproximação?

C.G. – Então, com esse trabalho eu não estou diretamente envolvida então eu prefiro deixar que os meus colegas que assumiram essa responsabilidade falem mais sobre isso.

C.M. – Nas formações presidências vocês têm trabalhado com a questão da saúde pelo próprio nome de programa ser Vida Saudável, isso tem gerado alguma demanda para os formadores?

C.G. – Tem gerado demandas, muitas, principalmente em termos que é uma coisa recente, mas principalmente em termos de um conhecimento maior em termos de conceitos e práticas ligadas a promoção da saúde então a gente trabalha com um grupo de formadores que são experientes, são na sua maioria professores universitários com uma longa trajetória e a gente sabe que essa perspectiva de formação de todos nós ela tem que ser continuada então essa tem sido uma questão colocada, alguns apresentam um pouco mais de dificuldade outros não, outros já tem uma familiaridade

um conhecimento maior sobre essa perspectiva, mas o grupo como um todo está envolvido e interessado em aplicar, em ampliar os seus conhecimentos e também aplica-los no dia a dia da formação, no próximo mês que vai ser em novembro a gente vai ter um encontro de formação de formadores e essa será uma das questões colocadas então nós vamos avaliar onde estão as maiores dificuldades dos formadores com relação aos conteúdos que muito deles como eu falei são novos e foram introduzidos agora no PELC é impossível dar conta de tantos temas que eles são muito diversificados mesmo eu posso até passar para vocês o que a gente levantou está em processo mas para que a gente de fato consiga fazer um trabalho que dialogue mesmo com as questões da área da saúde para esse grupo social específico, o grupo de idosos.

L.A. – E como se faz o processo de avaliação das formações que são feitas?

C.G. – Ao final da formação os participantes eles dão retorno, eles também preenchem um questionário ensino prática já [palavra inaudível] então durante muito tempo... Até tem uma pergunta que eu não respondi, se vocês quiserem depois levar para o lugar certo não tem problema, no início da minha participação no PELC eu recebia as propostas de programação dos módulos então eu recebia, eu avaliava, observava as especificidades do grupo estavam sendo consideradas ou não se os objetivos estavam claros, estavam coerentes se os textos escolhidos pelo formador para trabalhar com os conteúdos se eles também eram adequados para aquele grupo de agentes sociais, se não era uma leitura muita acadêmica que ia perder a sua riqueza, digamos assim, então a partir daí eu fazia uma avaliação de todos esses elementos além das metodologias que a pessoa escolhia, os filmes que ela separava para ver etc. tudo isso que compõem uma proposta de

formação e a partir daí fazia um diálogo com esse formador então se estivesse tudo tranquilo, tudo ok, tudo pertinente ótimo vamos lá, vamos desenvolver esse módulo se fosse percebido alguma dificuldade, por exemplo, uma visita técnica que normalmente é feita nos núcleos se ela não tiver sistematizada e isso sendo articulado com os objetivos do PELC para que realmente aquela visita fizesse um sentido e fizesse uma diferença nas vidas das pessoas então o grupo vai, mas vai observar o quê? O que se espera com essa visita? Então tinha toda uma sistematização e com isso era dado um retorno para o formador ou formadora e se estabelecia um diálogo, uma interlocução, mas na medida que o trabalho foi crescendo e a equipe também ficou ampliada esse trabalho passou a ser feito pelos articuladores regionais então são eles que acompanham o dia-a-dia das programações e dos relatórios porque são duas etapas, primeira a programação e depois o relatório que o formador elaborava depois do trabalho realizado então a gente também fazia essa interlocução para ver o que deu certo, o que não deu o que foi proveitoso, características do grupo, questões das mais diversas eram colocadas ali e esse formador também era encarregado de aplicar os questionários para que os agentes sociais pudessem avaliar então esses questionários eles também eram analisados para que a gente pudesse conhecer a percepção dessas pessoas sobre o trabalho realizado e uma outra iniciativa está relacionada com as visitas em [palavra inaudível] que são feitas então todas as pessoas ligadas ao grupo da equipe gestora, do ministério do esporte e aos articuladores eles acompanham a formação então eles vão juntos com o formador, conhecem o grupo, veem ali como que esse andamento está sendo feito então isso também permite que a avaliação seja feita porque são feitos registros sobre isso e esse processo atualmente ele vem sofrendo mudanças e ele vem sendo aprimorado agora com o [palavra inaudível] então tudo isso agora vai ficar registrado nesse

sistema como um banco de dados realmente e aí facilita o acompanhamento e avaliação por parte das pessoas.

L.A. – E acompanhando esses relatórios que informações você obteve que você acha mais relevante para pensar a continuidade do programa?

C.G. – Bom, uma coisa que eu sempre gostei está relacionado com o potencial que esse tipo de trabalho tem do ponto de vista do esporte recreativo do lazer terem possibilidade de transformação da realidade que é uma coisa que a gente fala muito, mas as vezes fica no [palavra inaudível] discurso mas quando a gente consegue perceber isso na prática é muito rico, eu até me lembro um trabalho que eu acompanhei que foi em Maceió em uma área realmente bastante vulnerável socialmente e os trabalhos que eles faziam lá eram fantásticos, com a música, com a percussão, música coral, percussão, com o cinema, capoeira e tinha também dança das oficinas que eu assisti, que eu pude acompanhar e muito interessante quando eu falo desse potencial o que eu quero dizer? Esse trabalho de percussão, por exemplo, ele era feito com latas porque a liderança comunitária de lá tinha percebido que lá tinha muito lixo, que era tudo colocado ali e tinha muita lata então começou daí, mas ele trabalha com a lata, claro que tem uns tambores também, mas ele trabalhava com a lata para sensibilizar aquele grupo de jovens para essas questões então isso tem um sentido muito grande o outro grupo também de lá, que trabalhava com canto com oral, ele também escolhia as músicas e ele escolhia músicas que tinha letras que provocavam reflexões naquele grupo de jovens ali que estavam com ele, crianças e adolescentes na verdade o campo coral era isso então é muito bacana quando você vê que as pessoas estão preocupadas não apenas em ocupar o tempo ou fazer de qualquer jeito ou até trabalhar com esporte nos módulos das

escolhinhas esportivas, a proposta não é essa então a proposta realmente é que o lazer em cada contexto local que o PELC possa ser desenvolvido que ele realmente dialogue, abra a mente das pessoas para repensar determinados aspectos e quem sabe a partir daí contribuir para que algumas mudanças sejam feitas e eu falo que quando as pessoas conseguem enxergar essas questões já é um grande avanço porque é assim que a gente vai caminhando.

C.M. – Você chegou a fazer visitas em núcleos?

C.G. – Fiz esse, por exemplo, foi um que eu fiz.

C.M. – Desses núcleos você vê reflexo da formação dos formadores, da formação com os formadores desses módulos da EAD lá no núcleo?

C.G. – Da EAD ainda não porque esta recente a gente vai até agora tentar trabalhar com material didático que foi produzido para os cursos à distância nas formações presenciais porque são materiais que tratam de temáticas cem por cento pertinentes ao PELC em uma linguagem clara, em uma linguagem acessível então a gente entende que isso vai qualificar as formações presenciais também esse material. Que mais você me perguntou?

C.M. – Se a formação tem reflexo lá na ponta, no núcleo?

C.G. – Eu consigo ver, claro que não o tempo inteiro tem lugares que, por exemplo, reproduzem a lógica das escolinhas de esporte e dentro dessa lógica muitas vezes as meninas e as mulheres ficam excluídas porque se a gente pensar, como eu já constatei também, em determinados horários na parte da manhã eu chegava no núcleo e só tinha meninos porque provavelmente as meninas estavam em casa

cuidando da casa, cuidando dos irmãos menores, assumindo essa responsabilidade então isso é só um exemplo que eu estou dando para dizer que o PELC não estava alcançando o seu objetivo porque se ele é para garantir o direito de todos e ali naquele horário, naquela comunidade um público alvo era realmente as crianças e adolescentes, as meninas estavam fora dessa possibilidade tanto muitas vezes pelo tipo de atividade escolhida a gente sabe que muita menina gosta de futebol mas as vezes não são todas, tem outra possibilidade que seja de interesse das meninas também então se elas não podem nesse horário, elas não estão comparecendo porque não estão comparecendo? Uma outra questão também, o PELC ele também tem o compromisso de envolver pessoas com deficiências, essas pessoas estão participando, elas estão sendo incluídas também a partir dessa possibilidade? Se não estão, por quê? A meta tem que ser alcançada, então se é para todos a gente tem que acompanhar justamente para garantir isso.

L.A. – Você indicou algumas coisas e eu fiquei aqui pensando... Quais são os principais desafios para a formação que você identifica?

C.G. – Bom, eu acho que os principais desafios estão realmente ligados a que essa proposta faça diferença, ela tem que realmente acrescentar naquele contexto local, não pode ser só para quebrar o galho, para preencher um tempo ocioso, ocupar ou para oferecer atividades que para as pessoas não tem nenhum custo para os participantes, só que a gente sabe que isso é financiado por recurso público para que seja visto só como uma possibilidade mais barata ou sem custo nenhum, não e isso então tem um desafio aí que ele é político, que ele é social e a diferença tem que ser feita a partir dessa perspectiva, na mudança cultural efetiva e compreender mesmo as possibilidades de vivência do lazer que são inúmeras, diversificar essa possibilidade de vivência

permitir que isso potencialize as características locais então tem que ter um diálogo com a cultura local e uma outra coisa é instrumentalizar as pessoas para que elas compreendam a sua realidade e eu estou falando sua realidade em termos do direito ao esporte, ao lazer mas que instrumentalize as pessoas para que elas compreendam porque é que o poder público tem que fazer isso, tem que oferecer isso a elas porque tem uma diferença aí, tem uma desigualdade na apropriação desse direito que é um direito social então as pessoas precisam compreender isso e pensar em alternativas para que a sua realidade ela possa realmente ser transformada porque se não acaba caindo em uma prática assistencialista então eu vejo que esse é um grande desafio, ampliar a percepção das pessoas para essas possibilidades todas porque esporte e lazer são temáticas muito importantes mas são um campo da vida, mas esse campo dialoga com vários outros, reproduz os mesmos aspectos mais amplos que incidem sobre a educação, sobre saúde, sobre transporte, moradia e segurança esse conjunto de outros direitos sociais que a gente tem, o lazer é parte desse processo então as pessoas precisam despertar que em uma cidadania plena está relacionada com a possibilidade de vivenciar, de ter garantidos todos os seus direitos e não apenas um deles como se uns fossem mais importantes do que os outros e para formação eu vejo que isso é um grande desafio.

L.A. – Chris tem alguma coisa que você gostaria de registrar?

C.G. – Não, depois se vocês quiserem ter acesso a esse trabalho que a gente vem fazendo atualmente de sistematização dos conteúdos e tudo eu coloco a disposição.

L.A. – Muito obrigada pela disponibilidade.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Cláudio Gualberto

Entrevistado: Cláudio Gualberto

Entrevistadora: Pamela Siqueira Joras e Rejane Penna Rodrigues

Data da entrevista: 17 de outubro de 2016

P.J. – Cláudio, eu queria te agradecer primeiro pelo teu tempo disponibilizado para conversar conosco e gostaria que tu começasses falando um pouquinho da tua formação e do teu envolvimento com a área do Lazer e do Esporte.

C.G. – Bom, inicialmente minha graduação é na área da Educação Física. Depois eu fiz uma pós-graduação em Treinamento Esportivo e depois, até pela própria aproximação com o Programa Esporte e Lazer da cidade, eu realizei outra especialização pela UFMG⁴⁵ em 2005, Estudos do Lazer. E como consequência dessa especialização eu também me interessei em fazer um mestrado também na área dos Estudos do Lazer pela UFMG. Então minha formação é Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG.

P.J. – E na área do Lazer e do Esporte, como começou esse teu envolvimento com ela?

C.G. – Ah, ela começa justamente entre 2003 e 2004 quando o Ministério do Esporte resolve fazer um projeto piloto dessa proposta. Naquele momento, inovadora, do Programa Esporte e Lazer da Cidade e eu trabalhava na Secretaria de Esporte. Ainda não era uma Secretaria naquela época, era um Departamento de Esporte dentro da Secretaria de Educação, na cidade de Ipatinga. A partir daí eu começo

⁴⁵ Universidade Federal de Minas Gerais.

a me interessar por essa discussão do lazer como uma política pública e isso vai se avolumando até a ponto de eu alterar minha trajetória profissional mesmo, porque anteriormente eu estava muito para outra área e a partir dessa aproximação com o Programa me interessou muito e eu passei a me dedicar mais a essas discussões. A partir de 2007 inclusive passei a ser um membro do grupo de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

P.J. – E como foram esses teus primeiros envolvimento com o PELC? Quais as demandas que existiam no começo do projeto?

C.G. – Quando o Programa chegou a Ipatinga, em 2004, ainda em condição de piloto, eu trabalhava no Departamento de Esporte dentro da Secretaria de Educação e o diretor na época, o Carlos Magno⁴⁶, me convidou para conhecer o Programa inclusive para receber uma missão do Ministério do Esporte naquele momento representada pelo professor Luiz Otávio⁴⁷ e pela professora Andrea Ewerton⁴⁸. Eu os recebi aqui na cidade de Ipatinga, não só para apontar a estrutura física que o município dispunha para abrigar os núcleos do Programa, mas também historicamente o que a cidade já vinha realizando no sentido de tratar tanto o esporte como o lazer como uma política pública e objeto de estudo, como também na perspectiva de assegurar isso como um direito do cidadão. Então naquele momento a minha primeira aproximação do Programa foi nesse sentido.

P.J. – E nesse primeiro momento vocês tinham uma equipe? Quantas pessoas? Quem eram essas pessoas?

⁴⁶ Carlos Magno Xavier Correa.

⁴⁷ Luis Otávio Neves Mattos.

⁴⁸ Andréa Nascimento Ewerton.

C.G – É naquele momento, o município tinha alguns programas próprios que já trabalhavam, mas para receber o Programa nós tivemos que constituir uma equipe específica e fizemos uma opção já naquele momento de uma composição intersetorial que envolvia não só a parte do esporte, mas a parte da educação, da assistência social, da própria saúde naquele momento... Então nós constituímos um comitê intersetorial que tinha representação dessas áreas e a partir disso fizemos a contratação dos quadros também responsáveis pela coordenação e também por ministrar as oficinas desenvolvidas naquele projeto piloto.

P.J. – E tu tens noção mais ou menos de quantas pessoas, nesse começo foram envolvidas?

C.G – Ah... Não vou correr o risco de te afirmar isso não. Posso te dar esse dado depois... Mas te afirmar hoje porque... Eu não consigo resgatar aqui de cabeça exatamente qual o formato que ele chegou... Em quantos núcleos, mas a gente consegue documentalmente repassar isso depois.

P.J. – E como foi feita a escolha desses locais, o levantamento desses locais para implantação do PELC aqui em Ipatinga?

C.G – Preferencialmente a gente trabalhou com duas questões muito pontuais. Uma era justamente onde que a gente não conseguia chegar com os projetos que já existiam da prefeitura, então o primeiro critério foi esse. E o segundo ponto, foi aquele local que a gente ainda não chegava com os projetos da prefeitura, onde tivesse minimamente uma estrutura. Às vezes tinha locais que de fato ainda não eram atendidos, mas também não tinha uma infraestrutura mínima ali para receber o Programa. Na verdade os dois componentes eram: onde que o braço da

administração não conseguia chegar na oferta na questão do esporte e do lazer, e no segundo momento que tivesse ali minimamente uma estrutura para dar conta de, não só do ponto de vista da confortabilidade, mas também da segurança de atender as pessoas.

P.J. – E tu tens noção de mais ou menos quantos núcleos foram implantados nesse piloto, no início?

C.G. – Pois é, essa informação eu não consigo te dar prontamente não [riso]. Mas eu consigo levantar isso e te passar. Eu fico te devendo essas duas informações: o quantitativo de beneficiários e quais os locais que foram atendidos... A gente tem o mapeamento disso.

P.J. – E teve algum processo de formação para esses monitores irem trabalhar nesses locais? Quem eram eles? Eram estudantes de graduação? Ou eram pessoas da comunidade?

C.G. – O processo de formação, ele atendeu ao requisito do Ministério que os coordenadores os agentes foram submetidos a uma capacitação presencial orientado pelo Ministério. O primeiro módulo realizado aqui foi desenvolvido pelo professor Victor Melo⁴⁹ e pelo professor Diná Teresa⁵⁰ de São Paulo. O Victor Melo do Rio de Janeiro e a Diná de São Paulo. Foram os dois primeiros formadores que vieram a Ipatinga. Naquele momento nós tínhamos desde graduandos de Educação Física, mas também muita liderança comunitária. A gente já tinha historicamente muita gente envolvida nesse processo de ter uma atividade em algumas comunidades que seriam beneficiadas pelo Programa, então esses foram convidados a estar, mas também a gente tinha, numa proporção menor, graduandos em Educação Física.

⁴⁹ Victor Andrade de Melo.

⁵⁰ Diná Teresa Ramos de Oliveira.

P.J. – E como foram as escolhas das atividades para as comunidades? As atividades desenvolvidas nesses locais.

C.G. – No primeiro momento foi necessário entender um pouco da lógica do Programa. Naquele momento a proposta era muito diferente do que a gente tinha anteriormente, quando você tem um programa de esporte e lazer a incorporação de outros interesses de para além do físico esportivo, aquilo era novidade para todo mundo. Tinha muito uma lógica daqueles programas que era ou um programa para criança ou um programa para adolescente ou um programa para idoso... E muito centrado na prática esportiva nas modalidades características, futsal, voleibol, basquete... Então quando você incorpora ali um teatro, uma capoeira, música, outros interesses vinculados ao lazer, é extremamente nova essa proposta. Então primeiro foi necessário entender isso. A partir disso foi feito uma apresentação num formato inicial para as comunidades, mas isso foi todo o tempo sendo remodelado porque a partir do momento que você chegava percebia que tinham outras demandas, que sendo possíveis, eram incorporadas a grade horária como acontece, inclusive até hoje, mas naquele momento mais acentuadamente porque tinha toda uma lógica que ali era o programa de esporte muito centrado na questão físico-esportiva, mas isso foi sendo construído, discutido e percebido também com as demandas que vinham de lá.

P.J. – Como era um projeto piloto, vocês não tinham uma experiência anterior que pudessem se basear. Então como era feita a avaliação desse início do projeto? Tinha alguma ferramenta de avaliação desses locais?

C.G. – Na verdade quem ficou responsável de acompanhar isso foi o comitê que eu te falei que foi criado no início. A gente tinha um comitê

intersetorial que tinha representação da Secretaria de Educação e do Departamento de Esporte, que o esporte ainda era um departamento, a saúde, a assistência social e me parece que eram essas quatro faces que tinham assento nesse comitê que se reunia uma vez por mês para dar conta de responder...

P.J. – E tu sabes me apontar quais seriam as dificuldades iniciais dessa implantação?

C.G. – A primeira sem dúvida foi absorver essa questão de você não trabalhar só com a lógica das práticas físico-esportivas. Até porque culturalmente você não tinha essa dinâmica que o programa ampliado apresenta de trabalhar com esses outros conteúdos... Até porque a gente tem, como a maioria das cidades brasileiras, um elemento muito vinculado ao futebol, muita gente achava que era mais uma escolinha de esporte e particularmente uma escolinha de futebol e entre os agentes inclusive era muito difícil você conseguir desconstruir isso e mostrar para eles. O.K., “bacana” a gente pode trabalhar o futebol, o futsal, mas existem outros elementos que a gente pode... E isso inclusive foi motivo de uma rotatividade muito grande porque às vezes as pessoas não conseguiam absorver isso e quem era responsável pelo programa tinha que dar conta. A gente tinha até uma rotatividade grande dos agentes por causa dessa questão especificamente, acho que o principal, o elemento mais difícil de ser aprendido é o diferencial dessa proposta naquele momento. Lógico que também a gente teve que lidar com outro elemento porque o Programa chegou e a partir do momento que ele foi se tornando conhecido, começou a ter muita solicitação com relação... para que o Programa fosse até determinadas comunidades e a gente esbarrava ou na indisponibilidade de um agente pela carga horária dele que já estava comprometida, às vezes esbarrava, por exemplo, na questão de transporte e você não tinha

recurso no convênio e no âmbito da prefeitura nos orçamentos não estava previsto a medida de custos de transporte... Então às vezes a demanda foi crescendo e a gente não conseguiu atender por essas questões.

R.R. – Tu tens ideia porque Ipatinga foi uma das cidades escolhidas para ser projeto piloto?

C.G. – Em 2004/2005 a gente já estava na quarta gestão consecutiva, a gente teve um mandato inicial que foi do Chico Ferramenta⁵¹ em 1989, depois teve o mandato do vice dele que foi o João Magno que deu sequência a isso e o Chico volta e faz dois mandatos seguidos. Então estava no terceiro mandato do Chico e ele sempre trabalhava nessa perspectiva de que o esporte tinha que estar ligado a outras políticas e inclusive iniciou no mandato dele a proposta da construção da Secretaria de Esportes que passou a vigorar a partir de 2005. Nesse sentido de historicamente a cidade já ter alguns projetos... Nós tínhamos a questão do 7 de outubro que era e é até hoje, hoje está meio desativado, mas é um centro esportivo cultural que tinha desde iniciação esportiva de judô, do karatê, do futsal, do basquete, mas tinha ali também uma escola de música, uma escola de teatro... Isso tudo, na verdade, contribuiu para que se atentasse ao que estava sendo feito aqui.

P.J. – E o que tu destacarias nesse começo que serviu como base para a continuidade do projeto? De positivo, de negativo, o que contribuiu nesse primeiro momento do PELC.

C.G. – Olha! Eu acho que a experiência foi extremamente positiva e como a gente estava entre 2004 e 2005 passando por um processo de

⁵¹ Francisco Carlos Delfino.

alternância de governo, naquele ano de 2004... Em 2005, assumiu outra gestão no município, a gente vinha a quatro gestões seguidas e aí em 2005 assume uma nova gestão. A experiência de Ipatinga serviu para a gente pensar em como esse programa poderia chegar mais abertamente em outros municípios aqui da região e foi aí que surgiu a ideia do consórcio. Porque naquele momento o convênio foi celebrado com a prefeitura de Ipatinga e a prefeitura de Ipatinga só poderia aplicar esse recurso no município de Ipatinga. A ideia do consórcio é que a gente tivesse uma organização não governamental que tivesse capacidade de receber o recurso e distribuir em vários municípios. Isso acontece a partir de 2006 quando, numa primeira experiência, a gente reúne vinte e um municípios da região inclusive Ipatinga, irradiando por toda a região metropolitana do vale do aço e quando a gente está chegando no final dessa primeira experiência com vinte e um municípios há a solicitação... Aí o Programa cresce muito e outros municípios começam a perceber essa oportunidade, há uma solicitação para que esse consórcio se amplie e a gente chega a trinta e seis municípios naquele momento. Eu acho que isso reflete muito do que é o resultado positivo da experiência de Ipatinga. Foi parte da experiência de Ipatinga e a gente irradiou essa primeira experiência consorciada que funcionou em 2006 até 2008/2009 com esses trinta e seis municípios. Depois tivemos ainda mais duas experiências de consórcio aqui na região. Uma através da associação de municípios de gestão de esquerda especificamente, eram sete municípios, chama-se AMDI, Associação dos Municípios pelo Desenvolvimento Integrado, e a Associação consegue celebrar um convênio com o Ministério do Esporte mantendo essa lógica de que a entidade recebe e descentraliza o uso desse recurso, então você facilita porque, por exemplo, são sete municípios na Associação, se você for fazer o convênio com cada um deles você tem sete processos de conveniamento, sete processos de prestação de contas, tudo vem vezes sete. Se você faz com a

Associação, você canaliza o recurso para uma única entidade conveniada e ela na verdade é responsável de distribuir isso, como ela é também a responsável pela prestação de contas. Isso, na verdade, otimiza todo o processo... As pessoas que sabem como funciona isso sabe que isso é um facilitador absurdo... Então isso foi uma experiência e a gente teve ainda mais outra experiência com os consorciados aqui através de outra entidade que atendeu mais quatro municípios. Isso tudo acho que reflete muito a partir da experiência de Ipatinga. Eu acho que as dificuldades elas passam por algumas limitações do próprio formato do Programa, por exemplo, quando você fala de uma experiência consorciada... Vou remeter a maior que a gente teve: de trinta e seis municípios, você tem que pensar em uma logística de deslocamento e de transporte que o Programa não cobria. A gente tinha que dar conta disso, isso foi um dificultador para expansão do Programa. Se a gente pensar na precariedade do vínculo trabalhista porque, e ainda acontece hoje, é difícil de você... Primeiro: como que você vai assegurar a questão dos encargos? Porque o recurso que vem do convênio ele não faz essa cobertura, mas em algum momento alguém tem que dar conta disso. Então há uma precariedade com relação à questão dos encargos trabalhistas. Eu acho que esses são os dois pontos mais difíceis da gestão do Programa, eu acho que a questão da logística de transporte e a questão dos encargos trabalhistas. Eu acho que a legislação isso tem um peso. Tem outro elemento que na execução a gente vai dando conta de como ele é difícil também, como o Programa é um programa dinâmico e não tem aquela caixinha pronta de “está aqui, vai acontecer isso no primeiro mês ao vigésimo mês - pois são vinte meses de conveniamento”... O que acontece no decorrer? Você tem demandas com as quais você tem dificuldade de lidar, exemplificando com o que acontece hoje no convênio de Ipatinga: Eu tenho um convênio que foi iniciado em outubro de 2015, mas foi escrito no primeiro semestre de 2013, no

cenário que eu tinha lá em 2013 era um, o cenário que eu tenho quando iniciei em outubro de 2015 era outro e até o final será outro. O que eu estou querendo dizer com isso? Eu tinha, por exemplo, oficina que se tinha pensado em fazer lá e depois elas não pegaram e tivemos que abrir mão porque não teve de fato demanda, não houve adesão nesse sentido. E houve oficinas que não estavam previstas lá e que: “Ah, não! Comunidade está pedindo, então...”. Às vezes a gente consegue ter o agente, o coordenador, o espaço... Mas o que o município tem feito? Ele tem absorvido essa questão do recurso material. Eu vou te dizer que, por exemplo, uma oficina de artesanato que a gente tinha uma expectativa com ela, mas hoje é uma das oficinas que mais abriga, principalmente, as mulheres, que a gente... quarenta grupos organizados de mulheres aqui na cidade... Que eu tenho uma demanda muito grande de material de artesanato e a gente não consegue mais fazer isso, mas o município assumiu e está custeando, então essa relação do material para consumo indicado no início do plano de trabalho, aquele que de fato a gente efetiva quando você vai implementar o Programa, esse distanciamento também é um complicador.

R.R. – Ipatinga teve algum tempo que não aconteceu o PELC nesses últimos doze anos?

C.G. – Teve. Ele funcionou no município de 2004 até 2009 e ele ficou de 2009 até 2012 sem o Programa. Em 2013 quando a atual administração assumiu a primeira determinação do secretário, naquela época ainda era o Carlos, é que a gente verificasse o Ministério sobre o edital e tão logo o edital saiu a gente inscreveu o município e tivemos a felicidade de sermos aprovados e depois entramos naquele processo todo de cronograma de pagamento, imposto do Ministério, formalização do convênio e a gente começou...

Conseguiu implementar o convênio atual em cinco de outubro de 2015. Mas ficamos no intervalo de 2009 até 2012...

P.J. – Como é que tu vês esse período em que não aconteceu? A população teve alguma reação? Esse não acontecimento teve alguma motivação política-administrativa?

C.G. – Ipatinga teve um particular que infelizmente a cidade está vivendo de novo... Em 2008, a gente teve eleição e na época o outro prefeito eleito não pode assumir porque tinha uma questão com o Chico Ferramenta. O segundo colocado que foi o Sebastião⁵² assumiu e dois meses depois ele foi caçado. E o que acontece com o município? O presidente da câmara assume a prefeitura e ao assumir a prefeitura uma série de questões que estavam encaminhadas, ele não deu a devida atenção... Acho que não estava preparado para assumir um cargo tão importante naquele momento... Daí ficamos... Inclusive em 2009, entre março e outubro tanto o Carlos Magno quanto eu trabalhamos na gestão do esporte, mas não parecia que o município tinha um comando no sentido de perceber o que era prioridade, se o esporte estava na pauta. Tanto é que em setembro de 2009 o Carlos sai e eu saio em outubro, e não houve sequer a participação do município em editais de seleção... Agora por parte da população, aquelas onde o Programa já tinha se enraizado mais houve essa solicitação, essa demanda...

C.G. – Na época da Associação, que tinha sete municípios, eu já estava em Belo Horizonte fazendo mestrado e o Eduardo inclusive que ficou à frente do comando de tudo. A gente conversava muito, mas quem ficou lá diretamente dando a cara para bater, dando conta de tudo foi o

⁵² Sebastião de Barro Quintão.

Eduardo. Foi a época que nós começamos o SICONV⁵³ e foi uma dor de cabeça...[risos]

R.R – Acho que a gente não abordou essa transição do tipo de monitoramento que era feito pelo Ministério e depois pelo SICONV as dificuldades que os conveniados tiveram ou não tiveram.

C.G – Eu, até o Eduardo pode falar com mais propriedade, acho que é uma evolução sem dúvida nenhuma, mas isso que você acabou de falar, estávamos falando sobre a questão dos pequenos municípios, pequenos municípios não dão conta daquilo, gente. Os pequenos municípios não conseguem sequer cadastrar de forma qualificada a proposta de um edital dentro do SICONV. Eu participei de três processo de avaliação e aí você vê que é um “ctrl+c” “ctrl+v” contrata uma consultoria que pega e guarda tudo porque eles não dão conta. Agora que é um instrumento extremamente importante na gestão, na transparência... Isso é. Mas acho que isso vai levar um tempo ainda para que os gestores, principalmente os pequenos municípios, deem conta disso.

E.C. – Hoje até o município de Ipatinga tem alguma dificuldade, são poucas pessoas que conseguem... Você também tinha dificuldade com os técnicos que não conheciam a ferramenta. Te pediam para fazer alguma coisa e você dizia: “O sistema não recebe isso que você está me pedindo”. Então como que faz? Aí não sabiam. Pedia para fazer alguma coisa que nem sabia se tinha como então a dificuldade nos dois momentos.

R.R. – Foi difícil a implementação...

⁵³ Sistema Nacional de Convênios.

E.C. – Dos dois lados...

C.G – E assim, não há dúvidas que o SICONV é uma ferramenta extremamente importante que inclusive ele tem evoluído muito a gente tem percebido muito isso, mas eu acho que ainda há uma dificuldade grande não só da qualificação dos gestores que usaram essa ferramenta, mas às vezes até da própria equipe do Ministério tem essa dificuldade... Hoje a gente enfrenta isso. A gente bate uma determinada situação e a gente vai verificar e as vezes não consegue prontamente resolver, mas eu acho que é um processo que está em curso que sem dúvida em termos de gestão é extremamente importante.

P.J. – Tu comentaste que foi formador do Programa... Conta um pouquinho como foi a tua preparação para ser formador, as reuniões... Como aconteceu esse começo e de quais frentes tu participaste.

C.G – A minha história com o Programa começa em 2004, com o projeto piloto e em função disso eu começo a me interessar pelo estudo do lazer propriamente e foi aí que eu me interesse e fui fazer a especialização na UFMG. Quando me convidaram, num primeiro momento, eu fiquei pensando: “Estudo do Lazer...”. Depois, não só pela qualificação dos quadros da UFMG, mas o conteúdo programático, a discussão do lazer como uma política isso tudo acho que foi me dando embasamento... E quando o Ministério abriu, antes tinha um grupo maior de formadores que era... Como é que eles chamavam? Era um número enorme de pessoas que faziam, era um número muito grande. Aí depois o Ministério resolveu dar uma arrumada nessa casa e abre um edital de seleção para esse fim. Eu participei desse processo e me qualifiquei para estar nesse grupo de formadores, a partir de então eu comecei a realizar as formações e fui

para quase o Brasil inteiro. E hoje esse grupo está com menos de vinte pessoas... Alguns saíram para fazer doutorado... Tem uns dois que estão fazendo doutorado hoje, mas a gente chegou a ter em 2014 vinte e duas pessoas nesse grupo. Hoje nós somos, se eu não me engano, vinte ou dezenove por causa disso. O nosso trabalho na verdade é ir às cidades onde tem convênio... Houve outra mudança nesse período também e, não lembro a região exatamente onde foi, mas o Ministério começou a restringir só para municípios estados...

R.R – A partir do acordo maior que fizeram que não era mais para conveniar com as ONG's devido alguns problemas administrativos que tinham acontecido. Então ficou só para governos municipais e estaduais.

C.G – É, então hoje eu tenho visitado os convênios das cidades, de estados, inclusive, na próxima semana... Domingo e segunda eu vou à Fortaleza para fazer um módulo de formação lá. Hoje esses módulos de formação são divididos em quatro blocos. Você tem o bloco introdutório I, você apresenta o Programa para onde ele vai se iniciado e, isso que eu estava falando com a Rejane mais cedo, que eu acho que a qualificação é muito importante porque... Onde que o Programa passou desde 2004? Pela formação. Acho que a gente conseguiu deixar uma contribuição de ampliação da perspectiva do trabalho com esporte e lazer. Quando você vai numa cidade para iniciar esse trabalho, ainda permanece uma lógica maior ainda de uma reprodução de escolinha de esporte. E o Programa no seu primeiro módulo tem papel de apresentar o Programa e dizer: “Olha, esse programa não é uma reprodução de uma escolinha de esportes. Esse programa é a lógica de oferecimento de oficinas esportivas, culturais, de lazer no sentido de que a gente amplie a possibilidades de escolha das pessoas em relação a sua prática de lazer”. Tem o módulo introdutório I, depois

o módulo introdutório II é quando você aprofunda essa discussão. Ele acontece em torno de dois meses depois do primeiro, então você vai lá qualifica as pessoas... Tenta orientá-los em relação a dinâmica do Programa e aí dois meses depois você vai verificar se de fato na prática se eles estão conseguindo absorver isso de fato, se tem consonância ou distanciamento em relação a proposta metodológica do Programa. Depois você tem o AV1⁵⁴ que acontece por volta do décimo mês, que é quando você vai fazer a avaliação de fato. O que foi desenvolvido nesse primeiro momento... E lá no décimo oitavo mês você tem o AV2⁵⁵ que o que vai acontecer agora em Fortaleza, que é verificar toda a construção que foi feita e qualquer perspectiva de continuidade, não do convênio porque este tem uma data para terminar, mas de continuidade daquela política ali. Como que ao longo do convênio isso possa ser trabalhado nos dias todos no sentido de que a política tenha continuidade.

R.R. – Cláudio, já que tu foste um dos iniciantes dessa questão da formação, tu deve ter notado uma mudança significativa nesse grupo, não só de formadores, não só em termos de números, mas também em termos de perfil. Hoje tu dirias que os formadores têm um perfil que une o acadêmico e o da gestão, a maior parte tem essa experiência, essa vivência?

C.G. – Olha! No primeiro momento eu acho que você tinha mais interseção do acadêmico e do campo propriamente. Eu acho que hoje você tem muita, não vou dizer que a formação está acadêmica, vou dizer que tem um componente muito mais acentuado do perfil acadêmico em relação ao que você tinha anteriormente. Eu acho que é um processo natural que aconteceu... Até a própria dinâmica do

⁵⁴ Módulo de Avaliação I.

⁵⁵ Módulo de Avaliação II.

vínculo. Você precisa ter um vínculo hoje com o ensino superior para que você esteja...

R.R – Mas tu não vê essa questão da absorção por parte da academia dos valores do gestor que passaram também a se especializar, como foi o teu caso...

C.G – Sim, sim. Isso que eu estou falando. Mas eu acho que hoje você tem muito mais gente que vem da academia que se torna formador, contribui como formador do que o inverso. Do que gestor que procura se qualificar e estar na linha acadêmica. Eu acho que esse gestor, hoje a presença dele, daquelas pessoas que atuam no campo, ela é menor do que ela já foi anteriormente, mas eu acho que hoje a gente tem, sem tornar a formação estritamente acadêmica, você tem muita contribuição da academia. Agora, eu acho que isso é um ponto importante também porque mostra como o lazer de fato passou a ser um objeto importante de estudo. Porque do contrário não aconteceria... Por que a acadêmica iria se interessar por isso? Então de fato essa ponte criada de 2004 até os dias atuais mostra que há uma melhor compreensão do lazer como um objeto de estudo nesse sentido.

P.J. – Nós estávamos falando um pouquinho das formações, tu trabalhaste em formações aqui em Ipatinga?

C.G – Não [risos]. Eu sempre falo que o lugar que eu não quero... Eu acho que eu falei isso, não é Eduardo? Em Ipatinga eu não quero fazer formação. Timóteo que é a minha cidade teve Programa até agora, dois de outubro terminou o convênio lá. Inclusive na época, eu recebi um encaminhamento da UFMG para que eu fosse o formador, mas eu falei: “Não, em casa eu não vou fazer milagre”. Então, na verdade, eu evito porque fica um negócio meio contaminado... Eu como gestor,

formador... Eu procuro realmente na verdade não participar, às vezes... “Você indica alguém?”. Eu falei assim: “Não, você é do nosso grupo de formadores...”, inclusive quem veio aqui duas vezes foi a Eneida⁵⁶ de Porto Alegre. A formação foi feita com dois módulos com a Eneida e com a Keni⁵⁷, aquela que era de Vitória e agora está em São Paulo, e o último módulo que é o AV2, a Eneida não pode vir, aí veio a Liana Abrão Romera, que é de Vitória também. Então veio a Eliana e a Keni, mas eu acho que... E lá em Timóteo eram três módulos que a Marie⁵⁸ que fez, Marie que é de Belo Horizonte, a formação lá. Mas eu procuro sempre não misturar isso contaminar. Eu prefiro que eles escutem de quem vem de fora [risos].

R.R. – E ainda tem a formação em serviço, ou seja, aquela que a própria coordenação local realiza?

C.G – É por isso que no nosso formato aqui os coordenadores têm uma reunião toda a segunda-feira e entre segunda e sexta-feira todos eles tem que fazer uma reunião com o seu grupo que aí eles vão alternar alguns encaminhamentos burocráticos e administrativos, documental, folha de ponto, frequência, essas coisas. E em outro eles fazem de fato a discussão mais do ponto de vista pedagógico que é a formação em serviço. Na nossa organização são dois momentos. Um dos coordenadores especificamente e de cada coordenador, nós temos dez núcleos que hoje estão cada um dos dez coordenadores reúne com seus agentes e aqui nós temos o papel do agente que é aquele que vai trabalhar com outros interesses não físico-esportivo, com artesanato, com música, com dança, com teatro. E aqueles que são estagiários que trabalham com a questão do físico-esportivo porque esses aí eu consigo fazer o estágio com a Educação Física, os outros são líderes

⁵⁶ Eneida Feix.

⁵⁷ Keni Tatiana Vazzoler Areias.

⁵⁸ Marie Luce Tavares.

que eu não consigo com a formação acadêmica. Então a gente tem eles contratados como agentes. A gente fez um edital específico para isso. E os outros que vão lidar com a questão físico-esportiva são estagiários e eles se reúnem com o coordenador uma vez por semana.

P.J. – Tu comentaste que são quase doze anos de projeto com uma trajetória bem longa. Tu saberias apontar os principais impactos sociais, principalmente, na formação dessas pessoas e nas comunidades?

C.G. – Eu acho que principalmente no processo de formação e aí como formador, claro que eu sou árduo defensor disso, eu acho que a maior contribuição que o Programa deixa independente da presença do Ministério do Esporte e do convênio ali. Eu acho que, por exemplo, semana passada todos os nossos dez coordenadores receberam o certificado da formação a distância que eles estão fazendo. Então, quer dizer, além da gente fazer toda essa discussão com eles presencial, eu os orientei a se inscrever naquele curso que existe no Ministério hoje com a UFMG da formação a distância que são vários módulos e eles já terminaram o primeiro, então acho que esse impacto na formação deles é extremamente importante e com o elemento a se destacar nesse processo de Ipatinga como a gente abriu o edital que a gente queria ter na gestão vários olhares que não fosse só da Educação Física. Hoje nós temos entre os coordenadores, eu tenho formação em Filosofia, em Administração, em Educação Física... São quatro grupos diferentes, então quer dizer, eu não tenho só... Essas pessoas que vem de outras áreas, essa formação acabou nos qualificando melhor para entender o Programa. E a formação à distância eu acho que tem complementado isso. Agora nas comunidades eu acho que o maior impacto é aquele de você, na dinâmica de funcionamento, trazer a responsabilidade da execução para a comunidade também. Por

exemplo, você vai organizar um determinado evento, não é o coordenador de um território X que vai determinar o evento que vai ser no dia tal, tal hora, dessa forma. Você vai discutir com os beneficiários como que a gente vai melhor organizar isso. E acho uma coisa: a Rejane me colocou também que a gente não consegue mensurar isso, mas você percebe isso quando você fala: “Mas o Programa vai acabar?” “Quando que o Programa vai acabar?”. Porque as pessoas na verdade querem que aquilo permaneça, mas eu acho que ainda falta muito um exercício de se apropriar e se organizar para reivindicar. Mas eu acho que há uma percepção da comunidade da importância do Programa para elas. E eu sempre falo para eles: “Vocês precisam dizer a eles quem é quem!”. Eles precisam saber de onde que ele vem, como que ele foi constituído... Porque às vezes falta isso também, fica muito no sentido de que... E você falou das camisas, não é? Eu acho que uma coisa que às vezes é uma questão que regrediu é a sua identidade junto às comunidades. Quando, por exemplo, ele não tem a distribuição das camisas lá para o beneficiário eu deixo de marcar o território, eu deixo de dizer quem eu sou para a comunidade. É um grupo de pessoas que se reúne na praça do bairro tal, que vai fazer uma caminhada orientada, um alongamento, mas quem é esse grupo? Esse grupo precisa ter uma identidade. E quando eu não identifico essa comunidade, isso fica um pouco estático. O que a gente conseguiu minimamente compensar, como não tinha uniforme, todo o coordenador e todo agente de programa tem uniforme do Programa, mas foi um custeio da prefeitura porque não veio do convênio. Mas a gente achava que isso era importante, você demarcar... Agora, a prefeitura não tinha como, por exemplo, custear... Hoje a gente tem em torno de quatro mil inscritos no Programa. Não tem como custear quatro mil camisetas, mas nós identificamos os setenta coordenadores, agentes e estagiários do Programa. Acho que na comunidade falta um pouco disso, a gente dizer quem somos nós. Nós

somos o PELC, temos uma marca... Para as pessoas criarem essa identidade.

P.J – Tu falaste um pouquinho também dos legados dos projetos na sociedade e na tua opinião o que seria possível fazer, tu comentou agora da marca, para qualificar mais o projeto em relação às dificuldades que tu apontou?

C.G – Olha, eu acho que flexibilizar um pouco a questão da listagem de material... Eu não sei do ponto de vista burocrático se é possível porque como eu sou o gestor também, eu sei da dificuldade disso, então assim, eu sei que é necessário, mas também sei que do lado de cá tem uma dificuldade com relação a isso. Eduardo me ajudou agora recentemente, a gente foi pedir para o Ministério... Eu escrevi um projeto logo no primeiro semestre de 2013 e foi executado em 2015. E para que eu execute, eu tenho que citar tudo o que eu coloquei, eu não posso nem escapar. Aí eu tinha citado tudo, quando eu cito tudo às vezes eu coloco algum determinado item que na prática não é utilizado. Como por exemplo, eu tenho lá parado, rede de badminton. Eu tenho rede, tenho a peteca... Está tudo lá, mas não houve de fato demanda para que acontecesse. Então, assim, isso é um dificultador. Agora, quando a gente for fazer o segundo bloco de compra agora, que a gente usou basicamente economia de recurso da licitação anterior, eu tive toda uma dificuldade também que aí passa de novo pelo SICONV não é Eduardo? Que, gente, se não fosse esse cara aqui eu não conseguiria fazer! Entendeu? Porque é *muito* complicado. Principalmente nessa lógica que hoje os convênios são feitos especificamente com prefeituras, os municípios de menor porte não terão condição técnica de fazer isso porque de fato é difícil, é burocrático. Agora, o que pelo menos, o que a gente acabou de falar de uma dificuldade, eu acho que pensar em garantir e aí tanto é que

nesse último edital que saiu agora, saiu um outro edital de outras linhas do PELC, mas na linha do Programa Segundo Tempo para o desporto, luta pela cidadania... Eles já colocaram um recurso específico para compra de uniforme então, eu acho que essa questão da identidade do Programa, as pessoas saberem que programa é esse, isso é extremamente importante. E a gente vem, até no grupo de formadores, discutindo muito sobre isso. Uma cidade como Ipatinga, você tem quatro mil inscritos e aí você tem só nove regionais. Qualquer lugar que você for, você tem um agrupamento de pessoas que estão ali, mas que pessoas são essas? Que agrupamento é esse? Então eu acho que isso é extremamente importante!

P.J. – E aqui em Ipatinga vocês trabalham também com o Vida Saudável?

C.G. – Não. Historicamente sempre foi o Todas as Idades. Porque na verdade no Ministério hoje você faz uma opção. Ou você se inscreve em um ou você se inscreve em outro. Até pela dinâmica de você poder garantir a intergeracionalidade a gente tem sempre feito a opção de trabalhar com Todas as Idades ou então PELC núcleos como eles chamam. Então o Vida Saudável a gente nunca trabalhou. A gente tem um atendimento dentro do programa que assegura ali, não é exclusivo, como era o Vida Saudável.

R.R. – Eu estou achando excelente essa conversa com o Cláudio porque são poucos os que iniciaram os projetos pilotos e permanecem até hoje para fazer esse link histórico e são poucos ainda os que foram gestores, são formadores... Talvez tu sejas a única pessoa que tenha toda essa característica e isso é um diferencial importante porque o teu olhar é diferente dos demais, é um olhar mais abrangente. Ele dialoga com todas as faces do Programa.

C.G – Eu acho que eu fui feliz por ter a oportunidade de viver nisso aí. Eu passei por todas as graduações do Programa, então isso facilita. Como eu falo para eles, do mesmo jeito que os meus coordenadores diziam: “Ah, mas a gente está com o Cláudio...”. Mas assim, eu tenho essa experiência, mas eu sou mais chato com relação a isso porque daí eu vou querer que de fato a gente consiga atingir... E eu sei das dificuldades para atingir! Eu sei!

R.R. – Eu achei que tuas abordagens foram muito coerentes porque eu também tenho esse perfil teu. De ser gestora e ter sido da administração do PELC como um todo. E a gente sabe quando tu diz nós no controle do Ministério, ver o SICONV é maravilhoso porque dá a unidade uma transparência, mas por outro lado o sistema não dialoga, então não tem as exceções, não como alinhar determinadas coisas... O próprio desperdício de determinadas coisas e a falta de outras. Não tem negociação! E essa falta de negociação é *muito* complicada!

C.G – Não, o que aconteceu, semana passada eu estava em uma reunião com eles, fazendo um apanhado de tudo e eu falei para o Felipe⁵⁹: “Felipe, eu quero dar uma ida lá no nosso almoxarifado para ver!”. Aí quando eu cheguei lá e vi aqueles negócios lá falei: “Gente, quanta coisa que a gente poderia ter trocado...”. Mas do mesmo jeito que eu sei que é necessário, eu sei da dificuldade de fazer isso. Então às vezes não dá para você impor. Não tem jeito, gente! Você sabe que infelizmente é isso que acontece! O projeto lá em 2013 ia pensar um monte de coisa para o funcionamento, mas na hora que ele chegou no campo ele viu que a coisa é outra. E aí a ordem de início diz o seguinte se eu estou pensando que vou comprar dez camisas, eu tenho que ter solicitado e comprado as dez camisas para aquela ordem de início.

⁵⁹ Luiz Felipe Ferreira Dias.

R.R – É porque pelo olhar de lá tu pode estar mandando o projeto para depois executar outro e aí tanto fez como tanto faz, então não é justo tu aprovar um projeto que...

C.G – E pode desvirtuar o todo....

R.R. – Mas o problema é que um pouquinho... Assim como tem o aditivo para mais do financeiro, deveria ter uma possibilidade de modificação em uns 20% do material a ser comprado... Não sei. São coisas a ser pensadas.

P.J – Tem mais alguma coisa que a gente não perguntou que tu gostarias de comentar?

C.G – Não... Eu acho que é bem isso. Acho que está tudo por aí...

P.J. – Obrigada mais uma vez e voltamos a conversar em outro momento.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Cléber Gonçalves Dias

Entrevistado: Cleber Gonçalves Dias

Entrevistadora: Luiza dos Anjos e Christiane Macedo.

Data da entrevista: 23 de outubro de 2015

L.A. – Olá, Cleber, queríamos que você começasse falando da sua formação.

C.D. – Minha formação, bom... Eu me graduei em Educação Física numa universidade privada do Rio de Janeiro chamada Universidade Castelo Branco e se eu não estiver enganado entre os anos 2000 e 2004. Logo em seguida eu fiz um curso de especialização em Educação Física Escolar na Universidade Federal Fluminense e já na sequência eu fiz o curso de mestrado na UFRJ⁶⁰ em história comparada. Imediatamente depois eu ingressei no doutorado em Educação Física na Unicamp. Do ponto de vista da minha formação é isso.

L.A. – Você podia falar um pouco das temáticas das suas pesquisas?

C.D. – No final da graduação, na universidade privada não tem muito essa dimensão da pesquisa. Você basicamente vai lá para assistir aula. No entanto, no último semestre do curso eu conheci o Edmundo⁶¹ que era também professor da Universidade Federal Fluminense que foi, inclusive, quem me chamou atenção para o curso de especialização que tinha lá que era gratuito, etc. Ele ofereceu uma disciplina optativa sobre esportes de aventura, o assunto na ocasião, me interessei bastante em particular pelo primeiro, porque nunca gostei de natureza. Eu achava estranho as pessoas terem prazer em irem para o

⁶⁰ Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁶¹ Edmundo de Drummond Alves Júnior.

meio do mato, se exporem a um certo sofrimento etc. Como ele tinha uma pegada de pesquisa e eu tinha o hábito de ler muito, eu sempre li muito, eu tinha esse interesse. Embora, fizesse isso não de maneira organizada, era totalmente desorganizado. Mas, me aproximei do Edmundo em uma pesquisa que ele começou a fazer sobre os lugares do Rio de Janeiro e seus frequentadores que praticavam o esporte de aventura em determinadas praias, montanhas, para escalar, saltar de asa delta. Acho que foi aí a minha entrada no universo da pesquisa. No mestrado, eu também estive nesse projeto, com bolsa de apoio técnico da FAPERJ⁶² já trabalhando com o Edmundo na UFRJ. Logo em seguida, no mestrado, eu decidi fazer um estudo comparando os esportes de aventura no Rio de Janeiro na década de 60 com o processo de desenvolvimento urbano da cidade. Era a comparação entre práticas esportivas e a materialidade urbana da cidade, seus planos urbanísticos, suas reformas e tal. No doutorado eu decidi fazer um estudo sobre o início do processo histórico de usar espaços naturais para a prática de lazer, ou seja, a história do lazer na natureza entre o final do século XVIII e o começo do século XIX. Depois eu ingressei na Universidade Federal de Goiás onde eu comecei a estudar a história do esporte em regiões periféricas e é o que eu estou fazendo até hoje. Depois, fui para a Universidade de Mato Grosso e um pouco também aqui em Minas Gerais, no interior de Minas Gerais não Belo Horizonte e uma parte da região amazônica, o sertão do Brasil, nessas partes mais fora dos grandes centros metropolitanos.

L.A. – Como começou o seu envolvimento com o PELC?

C.D. – Estou lembrando uma experiência que tive anterior ao PELC. Houve uma época que o Ministério do Esporte lançou um edital para pessoas que quisessem atuar como formadores do PELC. Eu me

⁶² Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

inscrevi, lembro que tinha que fazer um documento e uma proposta de formação, talvez um memorial, se eu não estiver enganado. Acabei sendo selecionado junto com outros 77 formadores, e eu era o número 78, não sei nem como é que se fala o número 78, mas eu era o 78 colocado. Esse foi o meu primeiro contato com o PELC, mas na prática esse grupo operava muito pouco porque havia esses 78 formadores, mas eram os núcleos que organizavam os PELCS nos diferentes municípios e que selecionavam os formadores que eles queriam. Acabou que eu nunca fui convidado para nenhuma formação porque eles acabavam selecionando um grupo muito restrito, mas ainda assim, foi uma primeira formação porque cheguei a ir para Brasília participar de reuniões onde eles expunham como funcionava o PELC. Depois disso eu larguei e fiquei um tempo sem nenhum um tipo de contato. Quando eu me transferi de Goiânia para Belo Horizonte para trabalhar aqui na UFMG, o Hélder⁶³ já estava envolvido com a coordenação desse processo formativo do PELC, e já não se organizava da mesma maneira que na época que eu tive envolvido. Então ele me convidou para participar especificamente nesse curso que aconteceu a distância, não nos cursos de formação presencial.

L.A. – E que funções você exerce dentro dessa educação a distância?

C.D. – É eu atualmente sou o coordenador operacional. Basicamente cuido de uma parte administrativa do curso, então eu contrato e demito pessoas quando necessário cuido da emissão de passagens, de diárias, de certificados, toda essa parte de gerência burocrática e administrativa do curso.

L.A. – Você acompanhou a constituição dos conteúdos desse curso EAD?

⁶³ Hélder Ferreira Isayama.

C.D. – Sim. A EAD funciona da seguinte maneira: eu e o Luciano estudamos primeiro como era o processo do PELC e o seu processo de formação. Conversamos com a Andréa⁶⁴ e com a Ana Elenara⁶⁵, lá em Brasília, para ouvir a opinião delas a respeito do tipo de conteúdo que seria necessário para o curso. Com base nos estudos que nós fizemos do material e na conversa que nós tivemos com elas fizemos uma primeira proposta. Além desses dois elementos que eu citei fizemos uma terceira fase, bem importante, que foi a aplicação de um questionário para os formadores, num encontro que teve em Vitória. Eles estavam fazendo um encontro de avaliação e nós aplicamos um questionário que basicamente perguntava para eles o que eles achavam importante de ser apresentado para os tutores que trabalham no PELC em termos de conteúdo. Então, com base nessas três informações elaboramos uma primeira minuta de conteúdos que poderiam ser importantes de serem abordados no curso. Essa foi a maneira e se chegou à conclusão de que basicamente, não escapou muito da opinião básica do que a Ana Elenara e a Andréa falaram o que também foi reforçado pelos formadores.

L.A. – E como foi o processo de preparação dos tutores para exercerem a sua função?

C.D. – Basicamente, como foi tudo muito rápido, muito, muito corrido, nós tivemos que começar o curso em poucos meses, além de cuidar de todo o processo burocrático de contratação, ir na FUNDEP⁶⁶ e etc. Essas partes mais burocráticas, basicamente fizemos um encontro no final de semana aqui em Belo Horizonte. Nós tivemos a opção deliberada de só contratar pessoas que residiam em Belo Horizonte

⁶⁴ Andréa Nascimento Ewerton.

⁶⁵ Ana Elenara da Silva Pintos.

⁶⁶ Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa.

para ser tutor, porque embora o curso seja a distância, teoricamente eles poderiam estar em qualquer lugar do Brasil, mas a gente fez questão de que todos estivessem em Belo Horizonte justamente porque nesse primeiro momento achamos importante que tivesse o contato mais cotidiano com os tutores. Foi um encontro no final de semana em que apresentamos um pouco dos princípios de funcionamento da EAD, do funcionamento do PELC, e do processo de formação do PELC. Por último falamos sobre os materiais, como funcionaria o curso a distância e sobre a plataforma que seria usada.

L.A. – Existe alguma especificidade nos materiais produzidos pra EAD com relação ao Vida Saudável e ao Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais?

C.D. – Alguma especificidade?

L.A. – Exato.

C.D. – Na verdade não. É um ciclo porque em um primeiro momento nós elaboramos oito materiais para diferentes, como se fossem diferentes oito disciplinas. Agora estamos fazendo uma segunda rodada com mais oito, por exemplo, vai ter material dedicado só ao esporte, lazer e idosos e depois terá um outro material dedicado a esporte, lazer e povos tradicionais, então a especificidade diz respeito a esse conteúdo, mas na prática acho que na oferta do curso não tem um direcionamento.

L.A. – E na definição desses novos oito materiais vocês passaram por uma fase de diagnóstico?

C.D. – Não, dessa vez foi mais intuitivo. O Ministério do Esporte... Em Brasília junto com os formadores e eles já tinham uma percepção de determinados conteúdos que percebiam como sendo carentes e que deveriam ser mais e melhor desenvolvidos. Então eles sugeriram uma série de tópicos que deveriam ser tratados, por exemplo, eles incitaram a questão dos idosos, dos povos tradicionais, dos povos indígenas, a questão da gestão administrativa de projetos de esporte e lazer. O que mais eles falaram foi em dança, que vai ter agora um material sobre dança. Então a partir do que eles foram comentando, a partir da percepção deles sobre as carências, nós sugerimos esses materiais.

L.A. – Você já consegue observar alguns resultados, ver alguns elementos e resultados de avaliações do processo?

C.D. – Têm alguns processos que a gente monitora. A primeira coisa que chama atenção é o nível de evasão realmente grande, não saberia dizer um número preciso, mas eu chutaria em torno de setenta a oitenta por cento dos alunos. Ou eles se inscrevem e não começam o curso ou começam o curso e não terminam, então é um número muito grande. Isso não é exatamente um problema do curso porque a gente nota também que muitas pessoas não têm clareza do que se trata ao simplesmente se inscreverem. Mas, recentemente nos últimos dois três meses isso tem mudado. Numa primeira avaliação, o processo de recrutamento e de mobilização talvez precise ser aprimorado. Talvez na nossa proposta inicial o curso tenha ficado demasiadamente complexo para as características das pessoas que trabalham no programa. Uma dificuldade grande é que há um nível heterogêneo de formação, então tem pessoas que não têm nem o ensino fundamental concluído até pessoas que estão fazendo o mestrado como alunos do curso a distância. Essa diversidade de formação é um desafio muito grande porque você tem que elaborar um material e organizar o processo pedagógico do curso de modo a atender essas diferentes expectativas.

No entanto, eu acho que o material ficou mais próximo de quem é universitário do que quem não é. Tenho a impressão, falando de uma maneira bastante subjetiva, que a maioria das pessoas que trabalham no curso como tutores, não tem formação universitária. Talvez o material não devesse privilegiar o público não universitário e eu acho que os primeiros oito materiais não fizeram isso. Esse é um segundo dado de avaliação que, em certa medida, também pode explicar o nível de evasão. Há dificuldade de lidar com a linguagem escrita e o material foi muito concentrado no texto escrito. Criaram páginas e páginas de material escrito, então fica difícil se as pessoas não têm o domínio, a familiaridade com a leitura e com a escrita. Tudo acontece através de textos: o cara lê e escreve o que ele entendeu do que leu, depois ele lê o que o tutor acha do que ele escreveu, então o tempo inteiro você está concentrado em habilidades de leitura e escrita e como essa é uma habilidade, às vezes, não tão fluente pra todo mundo, isso talvez tenha sido uma dificuldade. Eu acho que isso é um elemento de avaliação, o material tem que ser mais multi-midiático, não tão escrito, mais vídeos, mais áudios, com mais coisas que não necessariamente a leitura de textos.

L.A. – Você pode falar um pouco do formato do curso?

C.D. – Inicialmente ele contava com oito módulos sendo que os quatro primeiros eram obrigatórios e os quatro últimos eram optativos. Dos quatro eles tinham que escolher dois. Depois nós abrimos uma seleção para oitocentos alunos que não preencheu todas as vagas. Uma vez que não preencheu todas as vagas uns dois meses depois de começar a primeira turma nós fizemos uma nova seleção para tentar preencher as vagas que estavam ociosas e não preenchemos. Então fizemos uma terceira seleção para tentar, então fizemos três entradas do curso. No terceiro ingresso notamos que a ideia de fazer um curso sequencial era

um complicador e que estava dificultando mais do que facilitando. Nós decidimos a partir daquele momento que não seriam mais oito módulos dos quais o aluno faria quatro obrigatórios e dois optativos. Ele faria um único módulo que simplesmente escolheria, não teria mais uma sequência de módulos. Atualmente, a dinâmica do curso é assim: a cada, aproximadamente, dois meses a gente abre e divulga uma seleção, as pessoas interessadas se inscrevem no curso e durante sessenta dias elas vão fazer um módulo que elas escolherem dos oito módulos oferecidos. Então na prática a cada dois meses a gente oferece oito módulos que acontecem simultaneamente, e isso vai se repetindo a cada sessenta dias. A estrutura é basicamente essa.

C.M. – Cleber você poderia falar como são escolhidos os tutores e o pessoal que trabalha nessa equipe EAD?

C.D. – A equipe da coordenação é basicamente composta de professores da UFMG, em particular da Escola de Educação Física, com exceção da Maria Teresa⁶⁷ que trabalha no curso a distância e é professora da Faculdade de Educação e da professora Eliane⁶⁸ que é supervisora de tutores e trabalha, se eu não estiver enganado, no Centro Pedagógico ou no COLTEC⁶⁹, são essas duas exceções e os demais que trabalham no curso a distância e no presencial de formação são professores da Escola de Educação Física. Então, qual foi o critério? São pessoas que, basicamente, tem algum tipo de ligação acadêmica com o estudo do lazer. Não tem nenhum professor assim, sei lá, da biomecânica trabalhando nisso. São professores da área das ciências humanas que trabalham com políticas públicas, com história do esporte com coisas relacionadas a essa temática. Já os tutores não têm ligação com a UFMG. Nós abrimos um edital que tinha a exigência

⁶⁷ Maria Teresa Marques Amaral.

⁶⁸ Eliene Lopes Faria.

⁶⁹ Colégio Técnico da UFMG.

de residir em Belo Horizonte. Pessoas de diferentes partes de Belo Horizonte se inscreveram e tiveram que apresentar um currículo e uma carta de intenção com determinado número de páginas justificando porque elas queriam participar e porque elas achavam que deveriam participar e qual era a experiência prévia delas com atividades profissionais de esporte e lazer. A partir disso montamos uma banca e a gente fez uma seleção e são as pessoas que trabalham até hoje, não houve uma segunda seleção.

L.A. – E como acontecem os processos de divulgação dos cursos EAD?

C.D. – Têm várias formas no processo de divulgação dos cursos: primeiro o próprio Ministério do Esporte divulga já que tem contato com as prefeituras e com os núcleos que oferecem as atividades do PELC, por e-mail e às vezes, por meio de material impresso. O Ministério divulga o curso incentivando as pessoas a se inscreverem. Não é obrigatório, ou seja, só participa quem quiser. Recentemente a gente começou a fazer uma segunda estratégia que talvez tenha sido a mais bem sucedida que é a divulgação nos momentos em que acontecem as primeiras formações presenciais para o PELC. Uma parte das pessoas que trabalha no curso a distância, nessas formações, elas têm um pequeno momento para explicarem como funciona o curso, do que se trata, como é que faz para participar, eles tentam explicar de uma maneira mais presencial como funciona o curso a distância. Eu acho que tem funcionado porque boa parte dos alunos que temos hoje foi recrutada nesses momentos.

L.A. – E a divulgação para o público externo ao PELC?

C.D. – Por enquanto, tenho a ideia que o curso seja para as pessoas que trabalham no PELC, embora na prática não se tenha controle.

Qualquer pessoa que se inscreva a gente não tem como saber se a pessoa é ou não é do PELC, então não tem uma estratégia de divulgação para pessoas de fora do PELC, embora, há essa possibilidade de a gente tentar divulgar para estudantes de graduação de Educação Física de algumas universidades ou do norte, do centro-oeste de algumas regiões que tenham pouca adesão do curso pra tentar divulgar mais o próprio PELC dessas regiões.

C.M. – Cleber para concluir: tem mais alguma coisa que você queira registrar dessa sua participação do PELC?

C.D. – O que eu gostaria de registrar para memória, digamos, assim para a eternidade sobre esse curso, primeiro é que a ideia é muito interessante, a ideia de oferecer uma formação para pessoas que trabalham e que estão atuando profissionalmente nesse âmbito é uma ideia interessante. Em segundo lugar, a ideia de usar recursos informacionais de comunicação para oferecer a distância também é uma ideia interessante. Por outro lado eu acho que a linguagem que a gente está fazendo talvez não seja uma linguagem ainda inteiramente adequada, dado o perfil e as características das pessoas que trabalham, desses trabalhadores que estão lá. O suporte tecnológico que a gente usa também para oferecer esse curso provavelmente não é o adequado. Talvez um investimento mais efetivo devesse ser feito. Uma última consideração que eu faria é com relação aos custos. Uma das coisas que nos motivou a oferecer num processo formativo a distancia era a possibilidade de oferecer alguma coisa que tinha um custo benefício muito maior com um custo menor e que poderia ser com uma certa facilidade reproduzível, poderia ser aplicado numa quantidade muito grande de trabalhadores e isso não está se mostrando exatamente verdadeiro. O curso ainda é um curso relativamente caro dado o número de alunos que a gente atende. Se

nós conseguíssemos completar todas as vagas, o tempo todo, ele seria um curso extremamente barato, mas como a gente não consegue a relação custo aluno ainda é uma relação relativamente cara. Talvez, precisasse pensar mecanismos para tornar o custo benefício do curso ótimo, não é um curso ótimo nesse sentido. Então, acho que o que eu registraria para a posteridade é isso para que, se no futuro alguém quiser refazer e continuar fazendo alguma coisa nesse sentido.

L.A. – Muito obrigado pelo seu tempo e disponibilidade.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Coriolano Pereira da Rocha Junior

Entrevistado: Coriolano Pereira da Rocha Junior

Entrevistadora: Jamile Mezzomo Klanovicz

Data da entrevista: 20 de novembro de 2015

J.K. – Bom dia, Coriolano eu agradeço a tua disponibilidade e gostaria que tu iniciasse me contando um pouco da tua formação?

C.R. – Minha formação, pois bem, eu tenho Licenciatura em Educação Física pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tenho mestrado também em Educação Física pela Universidade Gama Filho e doutorado em História comparada pela Federal do Rio de Janeiro.

J.K. – Certo! E como a temática do Lazer apareceu na tua trajetória?

C.R. – Na verdade ela aparece nos meus estudos iniciais da graduação mas com uma temática que a gente levantava situações, pode se dizer no momento de início no Brasil, de aumentar força dos estudos. Depois, prioritariamente com a presença em eventos, onde a temática era muito forte e começa a levantar curiosidades sobre o estudo e a partir daí já quando profissional, iniciando o trabalho na graduação, a disciplina aparece e a gente no processo de reforma curricular na instituição onde eu trabalhava, a gente coloca a disciplina e começa os estudos de organização e a partir daí começamos a lidar mais diretamente com isso em grupos de pesquisa até que vem a entrada no Programa como formador.

J.K. – Certo! E como tu conheceu o PELC?

C.R. – O PELC na verdade eu conheço desde o início, desde a sua montagem na política inicial do governo Lula⁷⁰, ainda não participando diretamente dele, mas acompanhando colegas que trabalhavam no Ministério, acompanhando municípios que tinham a execução do Programa, então desde a sua montagem eu acompanho, conheço o Programa.

J.K. – E como que iniciou o teu envolvimento com ele?

C.R. – Diretamente no PELC?

J.K. – Isso!

C.R. – Sim! Se não me engano em 2006 quando eu venho trabalhar como formador em duas situações. Em uma relação que o Ministério do Esporte tinha, então, com o Ministério da Educação onde por dentro do Programa Escola Aberta havia o arco de trabalho do Esporte e Lazer e a gente trabalhava essa formação que basicamente era a formação do PELC vinculado ao Programa e ao mesmo tempo a entrada como formador dentro do programa, ainda era o modelo inicial, outro tipo de secretaria. De 2006 para cá eu atuo junto ao Ministério como formador.

J.K. – E como que ocorreu a tua preparação para se tornar formador?

C.R. – Basicamente são duas situações, primeiro a própria formação pessoal: a qualificação que a gente faz nos estudos pessoais de formação teórica, principalmente, nos grupos de pesquisa, orientação de trabalhos na universidade que vão de Iniciação Científica até o próprio Mestrado, Doutorado uma linha pessoal. A outra linha é o que

⁷⁰ Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente do Brasil (2003-2011).

o próprio Ministério fornece, o programa de qualificação que são os encontros eventualmente em Brasília; eventualmente aqui ou pontualmente fora em alguma outra situação, são os Encontros de Formadores, onde a gente trabalha as temáticas levantadas durante o processo de formação. A temática basicamente apontada pelos formadores tratados por nós mesmos ou por convidados, e acho que isso se qualifica muito fortemente quando a UFMG assume o controle do processo de formação e os nossos encontros passam a ser basicamente aqui e mesmo quando em Brasília gerenciados pela UFMG. Agente tem o processo de formação teórica contínua, mas ao mesmo tempo o processo de qualificação do *nosso trabalho* entre nós mesmos, o contato entre cada formador, entre as experiências, vivências, as trocas possíveis de material e mesmo o processo de viagem quando você vai para uma formação que você não está sozinho, que você desde o processo de organização tem que dialogar com o parceiro com a parceira a organização disso, isso também é um processo de qualificação, então isso tem sido contínuo, e paralelo a isso o próprio trabalho na Universidade já de um tempo para cá eu assumi a cadeira vinculada a Lazer e tenho trabalhado diretamente com isso e as orientações que a Universidade exige.

J.K. – E hoje tu atua tanto no PELC todas as Idades quanto no PELC Povos e Comunidades Tradicionais?

C.R. – Na verdade sim! Nós como formadores ficamos colocados à disposição do Ministério para o trabalho em qualquer um dos três, porém, eu faço questão de não trabalhar com a Comunidade dos Povos Tradicionais, deixo bem claro que não tenho nenhum interesse em trabalhar com isso, então me associei mais ao Vida Saudável ou ao PELC Todas as Idades.

J.K. – E tem alguma diferença no planejamento e na formação de cada um desses projetos?

C.R. – Necessariamente tem, além do que a temática em si do que os projetos te exigem porque tem demanda específica do Vida Saudável, Todas as Idades e as Comunidades Tradicionais, que pelas diretrizes que se tem diferenças, os conteúdos orientadores tem diferenças, o próprio tempo de formação tem diferença, o público que você lida tem diferença como, por exemplo, o Vida Saudável é um público menor então isso provoca diferenças, mas o outro eixo central assim, é como você associa estes conteúdos orientadores às diretrizes ao que cabe a realidade como você negocia com cada situação se é um grande município, um pequeno município, cidade média, município que nunca teve, município que está repetindo, todas essas situações fazem com que a gente promova a diferença na organização do planejamento, e além disso, a própria *situação real* de quando você já está na formação que obrigado a provocar mudanças ou pela condição de logística ou pelo tipo de público presente, isso é muito real acontece com muita frequência.

J.K. – Sim, e como tu planeja e organiza as atividades de formação do Programa?

C.R. – Eu vou falar, por exemplo, quando eu trabalho sozinho, então assim a gente tem um conjunto de conteúdos que são colocados nas diretrizes e a gente, necessariamente, então tem que fazer a seleção desses conteúdos uma hierarquização entre eles, mas já pensando o que será o Módulo I, o Módulo II, Avaliação I, Avaliação II, você já tem que pensar nessa larga escala porque a princípio o mesmo formador acompanha o Programa em todas as fases, então, o tempo anterior que você negocia com a entidade local se tem alguma demanda específica

sua agilidade, se você faz o estudo da cidade, se estuda o Projeto Pedagógico que o Ministério nos envia para entender o que a cidade pretende, o que a cidade coloca, que tipo de núcleo é, onde sanar e até... E você tem que fazer uma leitura geográfica do que é a cidade onde está cada núcleo etc... A partir disso você faz essa seleção de conteúdos e uma organização estratégias que também tem muito a ver com a condição logística e o que o local te oferece, que tipo de material você vai utilizar, qual é a quantidade de público se um público todo mundo novo, se é um público que está fazendo de novo quando você vai para o Modulo Introdutório I, Modulo Introdutório II se houve mudança, se o público se repetiu, então basicamente, você tem uma organização didática anterior que é feita em cima das diretrizes, mas que você tem que negociar com a entidade no antes e *no local* você vivenciasse aquela condição te permite executar o planejado ou se você tem que negociar de alguma forma algum tipo de mudança. Isso acontece frequentemente, por exemplo, se você escolhe passar um filme e você chega e a sala não te dá condições de fazer isso, então você tem que reorganizar tudo, os momentos que a gente faz para tentar promover algum tipo de vivência, vivenciar a condição qual é o local. Nem sempre você tem todas as informações antecipadas, você tem um panorama, mas só estudando o local mesmo que você pode vivenciar isso e lógico o próprio contato lá com o público, de como foi o primeiro dia, por exemplo, de certa maneira atendeu se quer mudanças na forma de trabalho, se eles têm uma demanda de conteúdo, basicamente é essa forma, mas o eixo central são as diretrizes que a gente tem que seguir, mas principalmente pensar em larga escala no que vai ser o Módulo I até o que vai ser a Avaliação II.

J.K. – E em relação às visitas aos núcleos eu gostaria que tu me contasse um pouco como são realizadas as visitas técnicas e as visitas pedagógicas?

C.R. – Nessa nova diretriz ela tem dois momentos, mas eu vou falar primeiro do momento anterior, quando a gente tinha o Módulo Introdutório I, Avaliação I e II a normalidade era a gente fazer uma visita no Módulo Introdutório I, onde a gente ia conhecer o local, sem público sem nada, sem nenhum tipo de trabalho, para identificar se o local selecionado se associava ao tipo de formato com o tipo de oficina pensada, se havia condições de acessibilidade, condições de segurança, guarda de material. Quando voltávamos para a Avaliação I e II também acontecia, era já perceber isso em funcionamento, então você já não se preocupava mais com o local a sua preocupação era ver a ação das oficinas, a relação com a comunidade, à relação com o entorno, como é que era o trabalho de guarda de material, de seleção de material, a forma de preenchimento e, quando a gente vai agora para esse novo Modelo Introdutório I e II, Avaliação I e II e *há* visita pedagógica em separado na Avaliação I, esse Introdutório I ainda nos permite reconhecer o espaço, suas condições e não é raro, por exemplo, a gente sugerir troca de espaço e dizer aqui não dá aqui não tem condições, vamos procurar outro lugar aqui não tem condições, isso não é raro acontecer, não é raro a gente sugerir que sejam feitas mudanças, melhorias, qualificações no espaço físico, normalmente a gente tenta ir pelo menos acompanhado do coordenador, de preferência de todas as pessoas, todos os agentes para que eles possam perceber isso. No Introdutório II agora há condições de fazer uma nova visita com trabalho no começo, onde a gente pode saber como está à apropriação desse espaço, se a gente sugeriu mudança como é que está o uso desse novo espaço. E na Avaliação I, a gente... Colado à avaliação tem essa visita pedagógica e agora tem um instrumento bastante grande que a gente tem que responder, a preocupação é: a organização pedagógica do trabalho de quem está ali na oficina; a apropriação do espaço pela comunidade; a identificação

de quem está no em torno, se há no caso, do Programa, das atividades do Programa; perceber como a distribuição das atividades em relação ao espaço; como é que a lida do material em relação as atividades; e aí a gente vai fazer uma conversa com o agente, como é o trabalho dele, conversa com o público que está na oficina, conversa com a comunidade do em torno, faz trabalho com o coordenador, se for o caso, faz algum tipo de imagem para perceber essa forma de trabalho, porque aí a gente também vai pedir que essas pessoas façam o relato do seu cotidiano, então já na formação em seguida a gente já associa, o que foi visto, o que a gente identificou, com o que eles falam para extrair uma forma de parecer final. Na Avaliação I, a ideia é fazer, se for o caso, um reencaminhamento de sugestões para adiante ou um reforço do que está sendo feito, porque há tempo para isso. Na a Avaliação II, já não há, a gente está na fase de encerramento até mesmo fechamento, por isso que a avaliação é central, porque você dá tempo, se for o caso, de você promover algum tipo de adequação ou um reforço ao que está sendo feito, então aí essa visita em separado, fez com que a gente guardasse tempo para na formação dar um tratamento teórico aos temas que foram levantados durante esse tempo de trabalho ali naquela comunidade.

J.K. – E quais os resultados que tu consegue observa nos agentes e no núcleo ao longo das formações que são realizadas?

C.R. – Uma coisa é clara, assim, acho que assim, em todas as situações a formação tem impacto sobre os agentes, independente do tipo de percepção inicial de quem entra, há uma provocação a uma mudança de percepção em relação ao programa, relação de dinâmicas de políticas públicas, formas de atuação deles após a formação, isso é geral sem duvida posso afirmar que todas as situações ocorrem, em qualquer que seja o programa, qualquer que seja a cidade até porque a

gente tentou fazer adequações ao tipo de público, então isso acontece, agora uma outra situação, é em relação ao impacto da formação no Programa na cidade, eu tenho muito claro que esse programa ele tem grande impacto em cidade pequena e cidade média, já na cidade grande eu tenho dúvidas, tenho dúvidas se ele é um programa para a cidade grande, a impressão que eu tenho é que ele se esvazia em uma cidade muito grande, a impressão que eu tenho é que ele se esvazia em uma cidade muito grande, ele se perde em meio a tantos outros programas, outras tantas possibilidades, já em uma cidade pequena e média a gente vê situações que a cidade inteira se mobiliza para o programa, e aí a formação é essencial porque ela dá o direcionamento, e o bom é exatamente isso, não é... O Ministério não faz um simples repasse de dinheiro a cidade executa como quer, há um direcionamento, então, além das formações a gente tenta fazer um acompanhamento mesmo que por e-mail ou telefone com as pessoas, e normalmente as entidades aceitam bastante isso e hoje em dia as estratégias de rede sociais eles usam bastante fortemente também, então eles conseguem perceber as formas de trabalho acontecendo, e não tenho dúvida que sim, a formação provoca mudança em que está ali, seja em uma pessoa da comunidade sem nenhum tipo de formação ou a pessoas com formação superior, não é raro por exemplo, a gente ter pessoas, especificamente, da Educação Física que trabalharam no Programa Segundo Tempo, então chega com uma certa caixinha fechada, ao término da formação ela própria identifica que é uma coisa absolutamente diferente, sem qualificar se é melhor ou pior, mas é absolutamente diferente, então ela consegue se identificar com o que eu fazia com aquele trabalho e o que tem que fazer nesse, nesse tipo de colocação da pessoa em relação a realidade é bastante forte, a gente já juntou com a Aniele⁷¹ e o Nildo⁷² que também são do Nordeste, a gente fez um artigo exatamente com essa preocupação que

⁷¹ Aniele Fernanda Silva de Assis.

⁷² José Nildo Alves Caú.

impacto a formação provoca nas pessoas, então a gente fez um novo contato com todas as entidades que a gente já havia trabalhado naquele momento, e *todas* tornamos a responder que há mudanças positivas na forma de trabalho, e na formação cultural de quem está em treinamento, uma questão que fica pendente é quando há troca das pessoas, porque aí a pessoa que não acompanhou fica na obrigação do coordenador fazer essa formação é aí há uma dificuldade que eu acho é unanime e todo vem me dizer que é a formação de serviço, nem todo mundo tem dado conta de fazer essa formação e acompanhamento do trabalho, mas as formações pontuais que a gente faz, certamente, tem mudanças bastante positivas acho que todo mundo reconhece isso.

J.K. – E existe algum acompanhamento dos núcleos após o fim do convênio?

C.R. – Após o *fim* do convênio?

J.K. – Isso!

C.R. – Após o fim do convênio a princípio não, porque assim, contratualmente se encerra, o que a gente tenta fazer desde o primeiro momento desde o modulo Introdutório I o primeiro é o seguinte, e deixar bastante transparente para eles e dentro da comunidade, que esse contrato começa aqui e acaba aqui, é um contrato. O que a gente já começa a trabalhar desde a formação é a ideia da municipalização do convênio, fazer com que o município possa incorporar as diretrizes e assumir para si a linha de continuidade do Programa, ou seja, uma nova concorrência no edital por uma emenda parlamentar, ou mesmo seja naturalmente assumir o Programa, o que a gente observa e volto a dizer cidade média e cidade pequena, principalmente, é que a

população cobra isso, ela vai aos gestores ela cobra isso, nem sempre tem resultado obviamente, mas ela faz essa cobrança, então algumas situações acontecem, o município incorpora e “dá” continuidade ao Programa como um todo ou o município pontualmente continua pagando alguns agentes para darem seguimento ao seu trabalho, ou até a própria comunidade se mobiliza para dar sequência ao trabalho pagando diretamente àquela pessoa ali e já vi acontecer também, não é raro, do agente continuar de forma autônoma, sem dinheiro nenhum a executar o trabalho com períodos mais espaçados, sem regularidade, mas acontece. A ideia de municipalização de o município assumir para si ainda não é em larga escala, mas tem acontecido quando tem, normalmente, seguindo normas, mas a lógica permanece a mesma, então assim, isso é uma coisa que a gente tem que trabalhar desde o primeiro momento, e como não há a figura da renovação, para não ficar aquela ideia de que vai acabar vai renovar, para todo mundo ficar transparente, inclusive ao participante para que ele possa ser um agente de cobrança da entidade, junto à prefeitura, junto ao município. Em municípios menores a gente consegue falar diretamente com o Prefeito, Câmara de Vereadores é mais fácil tentar pensar isso, mas o grande trabalho é convencer o agente e por consequência a população incorporar isso como direito e por consequência cobrar a execução disso, e eu acho que o Programa tem tido de certa forma conseguido se associar a isso, mesmo que não haja uma continuidade a instalação do reconhecimento da equipe como direito é fato, e você observa claramente na fala das pessoas quando você vai para as visitas, como elas incorporam e assumem para si esse direito, essa necessidade de continuar com as atividades ou com outro tipo de atividade que possa ser oferecido.

J.K. – E em relação à municipalização os núcleos tem obtido êxito nesse processo?

C.R. – Pois, é como falei, êxito eu acho que há o que eu não posso afirmar é que há uma lógica ampliada de *oficialização* dessa municipalização, isso eu ainda percebo em situações menores, mas algumas situações alguns exemplos, que os municípios incorporam e assumem como política, mas o ideário do programa permanece, acho que isso permanece sem dúvida na cidade, mesmo que não oficialmente se continue instalado como um programa ou um projeto dentro do município, embora a gente tenha exemplo de cidades que assumiram isso, mas o importante é perceber que o ideário que o Programa oferece, o reconhecimento do direito isso permanece no município com certeza e, principalmente, no agente quando ele não é de formação superior, porque aí como ele está na comunidade, ele é um cidadão da comunidade ele tem tendência a buscar outros trabalhos que possam de uma forma de abraçar e atingir os princípios do PELC.

J.K. – Certo! E tu identificas algum ponto que poderia ser melhorado dentro do Programa?

C.R. – Um ponto central que a gente precisa qualificar, é a formação de serviço, das diretrizes de 2014 para cá a gente tem esses quatro encontros mais a visita, mas o processo de formação em serviço que é aquele encontro que os agentes da coordenação vão fazer cotidianamente, que a gente cobra, que muitas vezes a gente organiza a sistematização com eles, a gente deixa o material com eles, acho que é uma coisa que fica ainda capenga, porque fica muito a mercê da posição do coordenador, o coordenador que vai gerenciar isso, então uma pessoa pode assumir e incorporar isso é dar conta ou as reuniões viram encontros do que eu fiz, o que eu vou fazer, não há muita preocupação com o processo de qualificação, então por isso que eu te

disse, as *formações* elas também são também um processo de qualificação profissional até para outras situações, na medida que elas são certificadas, então se você está na universidade aquilo serve para a carga horária de atividades, se você está fora é um elemento para currículo e o próprio tratamento das temáticas serve para essa qualificação profissional, isso é um ponto, que assim, não há certeza de que a uma continuidade como um todo, a casos que funciona plenamente, a casos que fica capenga, eles se encontram regularmente isso com certeza, mas nem todos os casos foram processos de formação, outro caso, que outra situação que gera ainda dificuldade, mas acho que também vem sendo melhorado, é a instalação do Conselho Gestor, a entidade do controle social ela já é mais comum de trabalhar, porque ela não é só desse programa, normalmente, todos os programas federais tem essa ideia, mas o Conselho Gestor embora também tenha isso ele é um pouco mais difícil, porque envolve um número maior de pessoas em um trabalho que é gratuito e envolve essa ideia de pertencimento com a comunidade. Então você encontra com o trabalho gratuito que gera muita demanda, isso talvez tenha sido uma situação mais difícil de acontecer e que tem sido vencido pontualmente caso a caso, mas é outra situação junto com a formação de serviço há uma demanda que precisa ser melhorada ainda.

J.K. – Teria alguma coisa que eu não te perguntei que tu gostaria de compartilhar?

C.R. – Acho que sim, voltando aquele ponto do impacto na formação, acho que é muito claro o que a gente tem um impacto da formação para a atuação do Programa, isso acontece com os conteúdos tratados e com os procedimentos estratégicos metodológicos *inclusive*, e aí é ruim dizer isso, mas inclusive para quem tem formação em Educação

Física que reconhece aquilo como novo, que nunca viu aquilo, não sabia que podia trabalhar dessa forma mas a própria comunidade ela recebe isso muito claramente quando ela vai se vincular ao Programa, ela incorpora o Programa como sendo para si, uma coisa que a gente... Eu repito, não fui eu que criei eu ouvi dizer também, todo mundo fala isso, é que há uma tendência nos convênios e quando é convênio muito grande nos núcleos a se instala o que eles chamam de família PELC, é uma linha de continuidade de envolvimento de todos os participantes, e essa possibilidade de envolvimento de homens e de mulheres, crianças, adultos e idosos em atividades simultâneas é essencial e o evento é uma coisa muito impactante, porque ele consegue imobilizar muitas vezes uma *cidade inteira*, e há municípios em que o PELC, por exemplo, é a maior verba que o município recebe, então, esse gerenciamento dessa política também é algo que é inovador, e é também para o município um processo formativo, principalmente, depois que se instalou a ideia do SICONV⁷³ que tudo é um gerenciamento único, isso também é um processo formação política para a própria prefeitura, então acho que isso é importante dizer que é um processo de formação, podemos dizer Técnico Científico, mas há um processo de formação política e há um processo de formação cultural, para o agente e para a comunidade e nos encontros de Avaliação I e II, normalmente a gente pede que a comunidade vá participar também, mesmo que representantes “etc”, os relatos são sempre os mais espetaculares possíveis, assim dos beneficiados, dos participantes, seja daqueles das pessoas que vão nos encontros ou daqueles que a gente vai na comunidade inicial, de todas as formações que eu vi e vivi até hoje, eu posso dizer que só duas foram problemáticas, uma em um município muito pouco pequeno e outra em um município muito grande, dois que eu não vi andar, as demais todas andaram plenamente bem, tiveram sucesso,

⁷³ Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal.

pode não ter havido continuidade como programa, mas o princípio ficou instalado, você percebe isso ali e a comunidade incorporando uma forma para si e exigindo do perfeito novos espaços, melhoria daqui, melhoria dali, qualificação e, principalmente, ocupando o espaços públicos, isso é uma outra coisa que é fundamental, a população ocupar o espaço público que acho que é uma coisa que fica também do programa. E uma coisa nesse grupo de trabalho que está aqui, que eu acho que não está nas perguntas é perceber que esse grupo que está aqui, com diferenças de formação, principalmente, diferenças de atuação, todos tem envolvimento de comprometimento muito claro com essa ideia de política pública, porque a gente passa por cada situação, você viaja para cidade que você não tem onde dormir, você para viajar você pega trem, cipó, carro, avião, navio e chega e faz, trabalha, é uma ideia de comprometimento que esse grupo todo tem, muito coeso, mesmo com as diferenças de formação e atuação, e a um comprometimento com a causa pública que a gente vê muito claro nesse grupo todo, sob a gestão aqui da UFMG que qualificou bastante, não só a formação, mas todo o processo também por consequência de atuação do PELC.

J.K. – Certo! Então era isso, eu agradeço em nome do Centro de Memória do Esporte, muito obrigado.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Eneida Feix

Entrevistada: Eneida Feix

Entrevistadoras: Pamela Siqueira Joras e Leila Carneiro Mattos

Data da entrevista: 06 de novembro de 2015

P.J. – Primeiramente gostaria de te agradecer por ter vindo colaborar conosco. Gostaria que tu iniciasse contando um pouco do teu envolvimento com a temática do lazer.

E.F. – Bom dia! A minha história de vida começa com a minha primeira professora de Educação Física, que foi a minha mãe, no grupo escolar Balduino Rambo⁷⁴, essa experiência de vida fez parte da minha história. Eu tinha uma mãe que atuava com Educação Física e a gente fazia aquelas aulas maravilhosas de brincar, de estafeta, de carniça, de corrida, num grupo escolar pertinho da nossa casa, então, essa experiência é desde criança. A gente tinha uma liberdade muito grande, de brincar, de correr, de subir em árvore, no telhado da garagem, então, era uma mãe que predispunha esse corpo muito solto. Uma mãe com seis filhos; eu tenho uma irmã gêmea, então, a gente brincava e podia brincar, era permitido explorar o mundo e ter esse espírito lúdico que é o que fazia parte da nossa casa. Então a minha mãe foi a minha primeira professora de Educação Física e a Educação Física sempre foi forte. Depois eu entrei na ESEF⁷⁵ da UFRGS⁷⁶, já trabalhava de voluntária, com quatorze anos, na Santa Casa⁷⁷ na ala dos bebês. Eu ia lá contar histórias e passar as tardes inteiras. Eu entrava escondida pelas bordas das portas, porque não podia entrar estranho na Santa Casa. Naquele tempo que a Santa Casa não era

⁷⁴ Escola Estadual de Ensino Fundamental Padre Balduino Rambo.

⁷⁵ Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança.

⁷⁶ Universidade Federal de Educação Física.

⁷⁷ Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Santa Casa, era Santa Casa de Misericórdia e de Pobreza e eu passava as tardes contando história, trocando fraldas dos bebês e ajudando as enfermeiras, voluntariamente. Uma adolescente de treze, quatorze anos. Então depois eu entrei na ESEF/UFRGS queria ser professora de Educação Física, era minha paixão, e foi uma felicidade plena, fiz o curso com muita alegria e adorava as disciplinas. Aí fui aluna da professora Lenea Gaelzer, que foi muito importante. A gente viu a recreação, fez estudos de lazer... Ela estava fazendo a Livre Docência, eu assisti a Livre Docência dela, a apresentação... Aí me formei aqui na UFRGS e fui embora. Trabalhei na praça Alto da Bronze, como recreacionista, foi meu primeiro trabalho pela Prefeitura de Porto Alegre como estagiária e depois eu vim a fazer mestrado sobre a história da recreação pública e a Alto da Bronze, que foi o primeiro jardim de recreio de Porto Alegre no ano 1926, está na minha dissertação de mestrado. Então esse lado do lúdico, da recreação sempre fez parte da minha vida. Depois eu fiz o concurso pela prefeitura e entrei pela FASC⁷⁸ no Centro Comunitário Vila Floresta⁷⁹ também trabalhei com recreação e com idosos e aí fui embora para Santa Rosa⁸⁰ pelo casamento, por um marido médico e logo em Santa Rosa eu comecei a trabalhar com o ensino superior e com a faculdade de Educação Física. Trabalhei com disciplina de Cinesiologia mas também com a disciplina de Recreação. Fazíamos trabalhos de Esporte para Todos com a EMATER⁸¹ e fazíamos coisas muito legais com os universitários e com a EMATER que trabalhava com lazer rural, no meio rural.... Tem uma foto na EMATER que é gigante, eu dando uma macro-ginástica para mais de mil mulheres rurais, com cachorro no pescoço, tarro de leite, em um parque de exposições, foi uma experiência riquíssima. Naquele tempo nem a gente sabia fazer macro-ginástica e eu tive que aprender e pegar um microfone. Tem um

⁷⁸ Fundação de Assistência Social e Cidadania.

⁷⁹ Bairro de Porto Alegre.

⁸⁰ Município do estado do Rio Grande do Sul.

⁸¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

pôster, não sei se ainda tem, pelo menos tinha na época na EMATER de Santa Rosa; um pôster com aquele mulherio à mil, dançando e eu comandando aquela atividade pelo encontro das mulheres rurais lá em Santa Rosa. Esse lado da recreação sempre foi muito forte na minha vida, estudando e tudo e aí resolvi, junto com a Lenea Gaelzer, montar uma Especialização de Recreação e Lazer em Santa Rosa. Nós pegamos todos os professores da universidade daqui, para o curso de pós-graduação que era o primeiro da América Latina e levamos para Santa Rosa. Todos os professores da UFRGS foram para Santa Rosa, alguns ficaram na minha casa e a gente fez todo um trabalho com quarenta e nove especialistas de todas as áreas do conhecimento. Tinha agrônomo, tinham arquitetos, pedagogos, professores de Educação Física, e a gente montou essa especialização. Infelizmente, a Lenea Gaelzer, indo para o último dia de aula para fazer o encerramento do curso, morre violentamente em um acidente de carro. Foi um trauma muito grande, a gente tinha muito sonhos para fazer juntas, eu estava voltando para Porto Alegre e a gente ia fazer o mestrado em lazer aqui na UFRGS. Muitos sonhos, então, foi uma situação muito triste foi uma situação muito triste na minha vida porque eu tinha uma ligação muito forte com ela, como filha, como discípula dos estudos de lazer. Voltando para Porto Alegre fui trabalhar na Subsecretaria de Desporto⁸², na época era o professor Negrine⁸³ o Subsecretário. Fui para o Departamento de Lazer e comecei a coordenar as colônias de férias no Rio Grande do Sul. De Torres à Cassino⁸⁴, sete colônias com uma Brasília branca que eu tinha e carregava para baixo e para cima as minhas filhas, remédio para piolho e coordenando... Era a ordenadora de despesas, mexendo com dinheiro e pagando os funcionários com saco de supermercado e levando nas colônias, foi uma experiência muito rica. Eram duzentas

⁸² Subsecretaria de Desporto da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul.

⁸³ Airton as Silva Negrine.

⁸⁴ Balneários do Rio Grande do Sul.

crianças por doze dias de todo o Rio Grande do Sul; a gente escolhia as delegacias mais carentes, as crianças mais carentes que nunca tinham visto o mar na vida e infelizmente esse projeto acabou. Quem começou com esse projeto foi o professor Frederico Guilherme Gaelzer, ele desenhou os beliches e esse projeto acabou sendo extinto pelo governo. Esse projeto era encantador, as escolas viravam colônias, as salas de aula viravam dormitórios, montavam os beliches, contratava os serviços de cozinheira, de copeira, de faxineira, de servente, de todas as necessidades de almoxarifado, direção da colônia e tinha depois os professores de Educação Física contratados para fazer a recreação. Eu cheguei a dar formação para esses professores e depois coordenei as colônias. Eram em Marcílio Dias, Capão da Canoa, Tramandaí, Cidreira, Cassino⁸⁵... Eram sete colônias e depois Cidreira foi extinto e ficaram seis. A gente corria de cima e para baixo fazendo acontecer e era em torno de mil crianças que recebiam colônia por verão. Era um trabalho bem rico, bem bacana. Depois disso então, na Subsecretaria de Desporto, no Departamento de Recreação, eu fui convidada pela Esther Pillar Grossi, Secretária de Educação do município para trabalhar na ativação curricular na área de Educação Física, coordenando o município inteiro de Porto Alegre nas escolas municipais. Foi aí que eu conheci a professora Rejane⁸⁶ que era professora da Escola Marcílio Dias e a gente fazia um trabalho muito interessante de estudos da Educação Física e de formação e a gente tinha grupos de estudos semanais e a gente trouxe o professor João Batista Freire a Porto Alegre e trabalhamos toda essa questão do movimento, do lúdico, da importância, que para mim é fundamental como desenvolvimento humano. E a Rejane me disse: “Olha Eneida, se eu for a supervisora de lazer do departamento... Que era vinculado, a recreação era vinculada a parques e praças a SMED⁸⁷ , eu vou te

⁸⁵ Municípios do Rio Grande do Sul.

⁸⁶ Rejane Penna Rodrigues.

⁸⁷ Secretaria Municipal de Educação.

chamar. Eu preciso de ti na parte de coordenação pedagógica da supervisão. Eu disse: “Tudo bem, eu vou contigo”. Aí, como ela assumiu a supervisão, veio a Eneida, aí a Esther disse: “Mas como?” Fui eu para a supervisão de esporte e lazer que era a minha paixão, para trabalhar com praças e parques e pensar um pouco nessa questão pedagógica da recreação e do lazer, de estudos de lazer e fizemos um trabalho bem bacana, bem bacana. E aí a professora Rejane disse: “Eneida, nós estamos precisando de um professor que trabalhe lúdico lá na UNIVATES e pediram uma indicação. Eu acho que tu pode ajudar”. Lá fui eu, trabalhei sete anos na UNIVATES com recreação, com lúdico no desenvolvimento humano. Ontem de tarde ainda encontramos uma aluna aqui na pós-graduação da UFRGS na Educação que me disse: “Fui tua aluna professora Eneida”. Então essa coisa do ensino superior e do lúdico sempre atuei e trabalhei sete anos na UNIVATES. Aí concomitante com isso, a professora Rejane foi para a Secretaria Nacional do Esporte⁸⁸ e disse: “Professora Eneida, nós precisamos trabalhar com o Esporte e Lazer da Cidade, com o programa que está começando, vamos montar uma equipe de Porto Alegre, vamos ajudar porque vocês tem um *knowhow* muito grande nessa área”. E eu já tinha toda uma experiência de educação já com todas as coisas sistematizadas, com slides e tudo e a gente montou os primeiros cursos e aí então começou o nosso caminho pelo PELC⁸⁹. Em 2006, Ivoti e Feliz, que eram as duas cidades pilotos que estavam começando e aí não parei mais, até hoje desenvolvendo esse trabalho. Eu agora já estou aposentada pelo município, então, de vez em quando eu faço alguma palestra nessa área no lúdico e do desenvolvimento humano com as pessoas. Danço, canto, saio com meus brinquedos, meus adereços, mas agora a minha atuação profissional atual é só pelo PELC mesmo, fazendo essa formação por esse Brasil afora,

⁸⁸ Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer do Ministério do Esporte.

⁸⁹ Programa Esporte e Lazer da Cidade.

pagando excesso de bagagem porque eu levo os brinquedos e mexendo com os corações das pessoas e fazendo os municípios se tornarem mais felizes porque eu acredito que o PELC muda os municípios. Mesmo assim os relatos das pessoas, dos munícipes e dos formadores é impressionante, tu vê, acompanhando desde a formação inicial até a avaliação final, é impressionante, muda mesmo. O PELC consegue fazer essa transcendência nessa questão do esporte pelo lazer.

P.J. – E conta para gente como foi a tua primeira formação, o local que tu chegou, como foi essa experiência para ti?

E.F. – Então, a gente foi de equipe, de mala e cuia né. Acho que éramos em seis: o Gilmar⁹⁰, a Léo⁹¹, a Loreti⁹², a Lisi⁹³, a Carmem Masson⁹⁴, o Bhorer⁹⁵, eu e a Rejane. E acho que estava o pessoal do Ministério⁹⁶: a Rejane Penna Rodrigues junto com a Andrea⁹⁷ e a gente foi a Ivoti⁹⁸ para fazer essa formação e foi muito rica. O pessoal de Ivoti já tinha uma bagagem também do Programa Segundo Tempo com experiências já com o governo federal, então, eles já tinham experiência nesse sentido, então o PELC... E tinha um secretário muito bom, muito ligado nessa questão da formação, com os conteúdos do Paulo Freire. Ivoti estava bem avançada nessa questão pedagógica da cultura e do esporte, então a gente deu esse curso e foi muito rico nessa construção. Depois acho que eu fui umas dez vezes para Ivoti, eu disse: “Mas eu de novo aqui, eu não tenho mais o que dizer para vocês”. “Não professora Eneida, sempre tem”. Porque quando a gente vive isso na própria vida é fácil de tu dar a formação porque tu fala

⁹⁰ Gilmar Tondin.

⁹¹ Maria Leonor Brenner Ceia Ramos.

⁹² Loreti Lazarotto Ruccati.

⁹³ Lieselote Inês Schmidt.

⁹⁴ Carmen Rosane Masson.

⁹⁵ Luiz Carlos Bhorer.

⁹⁶ Ministério do Esporte.

⁹⁷ Andreia Nascimento Ewerton.

⁹⁸ Município do estado do Rio Grande do Sul.

aquilo que tu viveu, não é uma coisa teórica dos livros. A teoria é importante? É, tanto que eu fiz o mestrado e estudo, e continuando estudando até hoje, fazendo disciplinas na Faculdade de Educação e outros lugares do país para estudar. Mas essa experiência vivida... Quando eu falo dos idosos e quando eu deito no chão para dizer que tem que encaixar quadril, eu falo porque eu dei aula para setenta idosos no Parcão⁹⁹. Então essa experiência é muito rica, porque eu consigo contaminar mesmo os agentes sociais nesse sentido.

P.J. – E tu trabalha exclusivamente com o PELC Urbano ou tu trabalhou no Vida Saudável?

E.F. – Eu já experimentei todos. Eu trabalhei com o PELC indígena em Dourados¹⁰⁰, foi uma experiência muito interessante, porque a gente foi para Dourados e o Ministério construiu um Parque Olímpico, com alguns problemas, porque fizeram uma pista de atletismo com asfalto. E eu quase morri quando eu vi, mas a gente teve que fazer porque estava no projeto. E eu fiquei chocada, como é que alguém vai correr no asfalto? Mas é um Centro Olímpico maravilhoso, de primeiro mundo, que está lá parado porque falta alguém que administre; alguém que faça essa interface, então, foi uma experiência um pouco triste assim, porque a prefeitura não estava com essa competência, e com essa responsabilidade de fazer um PELC funcionar de maneira legal. Estavam bastante perdidos... A professora Rejane¹⁰¹ pode dizer isso.

R.R. – Na verdade, o que acontecia com o Ministério é as famosas emendas parlamentares; e as emendas parlamentares vêm com político que quer fazer uma obra em determinado lugar. Então, na

⁹⁹ Parque Moinhos de Vento, em Porto Alegre.

¹⁰⁰ Município do estado do Mato Grosso do Sul.

¹⁰¹ Referência a Rejane Penna Rodrigues que está no local da gravação da entrevista e interfere na mesma.

verdade, o Ministério foi chamado para dar vida para aquele lugar porque construíram uma enorme de uma coisa, Olímpica indígena... Que não tem nada a ver Olímpica com indígena e vimos no PELC uma possibilidade de ativar um espaço.

E.F. – De dar vida!

R.R. – E trazer pessoas experientes como a Eneida, com a sua bagagem realmente... A Ana Elenara¹⁰² fez parte desse processo do Ministério. Queria deixar bem claro que, muitas vezes a gestão pública, não é exatamente uma responsabilidade *daquele* gestor que está no momento, às vezes, é uma herança, outras vezes é uma inconsequência de alguém e que depois esses problemas ficam difíceis de a gente entender e de administrar.

E.F. – Eu vi um potencial muito grande, o espaço físico está lá, e ele tem que ter vida, tem que ter apoio da prefeitura e de alguma maneira os indígenas estão usando. Eles tem campeonatos de futsal, eles tem aulas de dança, mas o PELC como a gente está acostumada que as prefeituras assumam e deem a estrutura necessária de recursos humanos, realmente foi o *único* lugar dessas cinquenta formações que eu não vi a continuidade como deveria, por problema de gestão local, e não do apoio do Ministério. Eu sempre digo para a Rejane que eu fico muito frustrada porque tem um potencial *enorme* lá, mas realmente as questões políticas as vezes atravancam. E quanto ao Vida Saudável, eu também já experimentei bastante, é bastante rico, eu dei em Relvado que é uma cidadezinha no meio das montanhas que a gente nem sabe que existe, perto de Nova Bréscia¹⁰³... Que tu vai em uma estrada que não tem asfalto e que tu chega em um vale encantado que eu nem imagina que podia ser tão lindo. Lá também a gente fez um trabalho

¹⁰² Ana Elenara da Silva Pintos.

¹⁰³ Município do estado do Rio Grande do Sul.

com o Vida Saudável bem legal de formação. Foi a primeira vez que eu comi sagu quente de xícara, de laranja, *espetacular* em uma festa de idosos. Então Relvado¹⁰⁴ foi essa experiência e aqui no CEME¹⁰⁵ também, uma experiência com o Vida Saudável e várias outras de acordo... O Vida Saudável eu já tive experiência, o PELC Todas as Idades, e no PELC Indígena que, se Deus quiser, eu ainda vou ter uma experiência exitosa.

P.J. – E conta para a gente um pouquinho, quais as temáticas que são trabalhadas em cada programa e de que forma vocês trabalham isso?

E.F. – Bom, a gente tem todos os princípios que é do PELC, que é a questão da autogestão, a questão da diversidade cultural, a questão da intersetorialidade onde tem que trabalhar todas as instituições juntas daquele município. Isso acontece direto: o PELC não consegue trabalhar sozinho, tem que ter o apoio institucional, aí entra a Secretaria de Saúde, Secretaria da Educação, Secretaria da Assistência Social, às vezes, a própria igreja, às vezes produtos e serviços, às vezes essa parte da intersetorialidade... A diversidade é super importante na questão da cultura, então, além do esporte, da dança, as outras coisas da cultura, o artesanato, o teatro, então, a gente sempre procura trabalhar esses conteúdos de uma maneira ampla. E principalmente, claro, o esporte e o lazer como um meio de esporte participação onde o indivíduo esteja lá mais para se construir, para conviver do que competir, um esporte mais competitivo. Esse esporte de participação é a nossa área de estudo e de atuação, claro que às vezes surgem ícones, surgem crianças que se destacam e que são encaminhadas para a competição. Isso não tem como negar mas a gente sempre tenta dar ênfase que não faça eventos de competição no PELC, que não faça campeonatos, que faço festivais onde as pessoas

¹⁰⁴ Município do estado do Rio Grande do Sul.

¹⁰⁵ Centro de Memória do Esporte.

possam se constituir, participar, para se desenvolver o gosto pelo esporte, pela cultura, no momento que depois possa dar continuidade a essa atuação.

P.J. – E qual o conceito que se usa de saúde no Vida Saudável? Porque a gente vê algumas experiências e alguns relatos de que o conceito de saúde se diferencia um pouquinho do que as pessoas percebem. Como é que vocês lidam com essa questão?

E.F. – A saúde, no meu entender... Acabei de assistir ontem, anteontem uma palestra do professor Moriguchi¹⁰⁶, geriatra da PUC¹⁰⁷, hoje professor da geriatria da UFRGS¹⁰⁸. E eu entendo a saúde como um elemento integral. A saúde não é ausência de doença, a saúde é esse homem total e entra a espiritualidade, entra o ambiente, entra a relação familiar e dos amigos, entra a atividade física e o esporte, entra a nutrição, então, a saúde, é esse homem como um todo, esse homem integral para se constituir como sujeito. E o doutor Moriguchi, deu essa ênfase bem importante, dessa relação do homem e que a gente vive às vezes isolado, sem a sua família e em instituições e isso que é uma coisa bem complicada nessa questão da saúde. Então hoje a saúde é bem mais ampla do que a doença ou saúde.

P.J. – Como foi a tua preparação para ser formadora do PELC, claro, além do que tu já falou. Como foi buscar essa formação para trabalhar?

E.F. – Bom, o Ministério sempre nos chamou para fazer encontros nacionais e encontros de formação. A gente tem a assessoria da Universidade Federal de Minas Gerais, a UFMG, que é o Departamento

¹⁰⁶ Emílio Moriguchi

¹⁰⁷ Pontifícia Universidade Católica.

¹⁰⁸ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

de Estudos de Lazer de lá, então, a gente tem essa formação constante. E ao mesmo tempo como bolsista do UFMG, a gente é obrigada a estudar todo o semestre, então, eu estou sempre fazendo formação. Eu já fiz várias disciplinas na Faculdade de Educação na PPGEduc¹⁰⁹, o Programa de Pós em Educação, como aluna PEC¹¹⁰, então, tenho estudado direto. E fiz um pós-graduação em Jornalismo Esportivo na FABICO¹¹¹, que foi uma beleza, porque aí eu voltei ao bancos escolares com a galera, com os jovens, e fui para uma linguagem que eu não conhecia, que é a linguagem da comunicação. E foi *muito* rico e esse curso foi organizado com a ESEFID¹¹²/UFRGS e Faculdade de Comunicação da UFRGS, então, realmente quando eu estava lá encontrando meu colegas aqui da ESEFID: “Professora Eneida, o que você está fazendo aqui? Você já tem Mestrado”. “Estou aprendo!” E foi muito bacana. É claro que a minha pesquisa foi uma pesquisa histórica sobre o jornalismo esportivo, não podia sair dessa área de pensamento, e foi bem rica. Agora estou fazendo uma disciplina junto com a professora Rejane que é a pedagogia indígena e interculturalidade, também bem interessante de pensar nesse outro olhar do indígena, de como a gente pode pensar a educação. Porque a gente sempre pensa a educação pelo olhar do branco, da civilização, de um outro... E não pelo olhar de se colocar no lugar do outro e *com* o outro, então, estou aprendendo e estou pensando bastante, e repensando, é essa... Então, essa formação a gente está sempre se unindo e trocando, e conversando e trabalhando para evoluir e melhorar a nossa formação.

P.J. – E como são desenvolvidas as atividades de formação do Programa? Existe alguma diferente de um para outro, ou todas tem mais ou menos uma mesma sequência assim.

¹⁰⁹ Programa de Pós-Graduação em Educação.

¹¹⁰ Programa de Estudantes – Convênio de Pós-graduação.

¹¹¹ Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação.

¹¹² Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança.

E.F. – Olha, a gente tem um conteúdo de acordo com o edital de desenvolver cada Módulo, nós trabalhamos conforme edital, a partir de 2013, 2012, começou a dividir o Módulo Introdutório, que antes era mais tempo e agora ficou em trinta e duas horas. A gente trabalhava acho que quarenta e quatro, era maior o tempo. Bom hoje, a gente trabalha trinta e duas horas, faz Módulo Introdutório I, e Módulo Introdutório II, depois a gente trabalha a Avaliação I e a Avaliação II, e tem o Módulo em Formação em Serviço, que a gente orienta que os agentes sociais estudem e façam formação local, nas suas reuniões, tragam palestrantes, estudem textos, vejam filmes e discutam sobre as suas necessidades. Na construção, então, tem uma orientação e tem uma aula, e conceitos básicos de Lazer, conceito de Cultura, planejamento participativo, a parte prática toda, então como sugestões de atuação prática, mas cada formador tem a sua característica pessoal e a sua história de vida, então realmente a formação da Eneida vai ser diferente da formação de outro professor, então... Mas os conteúdos em si, a gente tem uma obrigatoriedade de desenvolver e trabalhar de uma maneira geral todos os formadores, depois a gente presta relatório, depois a gente faz uma avaliação, a gente tem uma avaliação dos próprios agentes que a gente tabula e manda para o Ministério. Então é um constante aprender, mexer e revisar o que está trabalhando.

P.J. – Tu comentou dessa particularidade do próprio formador. Qual é essa tua particularidade, o que te diferencia nessa formação? O que é que tu busca, para tornar mais dinâmica o curso de formação?

E.F. – Bom, acho que essa coisa do brincar, que é uma característica minha e uma experiência muito grande. Acho que eu toco muito as pessoas com esse olhar, então, eu levo os meus brinquedos pessoais, o

meu acervo que é bastante! Eu entro em um ambiente... Eu faço um ambiente lúdico, eu levo uma mala de adereços e as pessoas entram em um outro estado de consciência, porque eu acredito que esse estado lúdico do ser humano é a essência. Schiller¹¹³ já diz isso: “Que tu só te torna humano quando brinca”. Então no momento que eu crio esse momento lúdico, fisicamente, com os meus brinquedos, aí eu trago todos os brinquedos antigos, jogo de vareta, caleidoscópio, funda, elástico, vários brinquedos e eles começam a mexer nesses brinquedos e vão se “desarmando” e se entregando para a atividade. E acho que isso toca bastante nas pessoas, e quando chega o prefeito está todo mundo de antena, de tiara, de peruca. E aí o prefeito coloca a peruca junto, e aí eu acho que entra em um outro estado de consciência interessante. E a própria experiência de vida, a gente sabe que o diabo não é sábio porque é diabo, mas porque é velho! Essa sabedoria de uma vida inteira, ir vivendo essas experiências da recreação pública me traz muita bagagem. Eu consigo muitas vezes amenizar uma relação de conflito que tem, por disputa de poder entre os próprios agentes sociais. Eu consigo distensionar, eu consigo colocar o dedo na moleira: “Se vocês estão agindo de maneira agressiva, vocês estão trabalhando em um PELC competitivo que não é nossa formação, vocês precisam articular mais a questão pedagógica, vocês tem que trabalhar com a criança de uma maneira inclusiva, vocês tem que pensar na criança como um todo, nas possibilidades e não nos limites, com os deficientes, com todas as etnias, com todas as opções sexuais”. Então essa experiência me ajuda bastante a falar com o cotidiano deles.

P.J. – E tu comentou também, que já participou de mais de cinquenta formações. E tu está relatando para a gente experiências positivas. Tu

¹¹³ Friedrich Schiller.

teve alguma negativa ou algo que saiu fora daquilo que saiu fora daquilo que era planejado realmente?

E.F. – Pois é, como eu disse, em Dourados a experiência em si, que eu fui duas vezes, foi espetacular, ver as mulheres falando e contando as suas histórias de lazer e falando com o Pajé e o Cacique. A experiência em si, foi espetacular, emocionante, entende? De pegar as criancinhas e ver um trabalho sendo feito. A frustração foi de ver esse trabalho não tendo continuidade, então, nesse sentido seria uma experiência *negativa*, em não ver o PELC frutificar como deveria. E negativa, eu acho que eu não posso dizer... Eu tive experiência tensas, de conflitos que a gente teve que bater na mesa e dizer: “Olha, não é possível isso, ou vocês modificam e se entendam entre você, e parem com esse conflito em nome do PELC ou o PELC vai ter que ser destituído. Vou ter que notificar o Ministério que está acontecendo esse conflito”. Então é essa questão, essa disputa de poder, isso acontece. Mas graças a Deus com a experiência, eu consigo manejar e mediar para que esse conflito não interfira no PELC. E a experiência que eu tive foi bem interessante nesse sentido, que eu e a professora Leo¹¹⁴, a gente pegou pesado para amenizar conflito, e na outra ida a gente já viu que a coisa tinha conseguido ser resolvida e que o PELC estava se constituindo independente, das relações pessoas. Então, não posso dizer que tenha tido experiência negativa no PELC, assim, de passar dificuldades, de ter acidentes físicos, de ficar doente, de quebrar pé, de sair com tala do pé, coisas pessoas assim, mas ao contrário, acolhimento, receptividade, respeito pelo projeto, e que a consciência que a gente consegue mudar o município no sentido de uma qualidade de vida melhor, e de mais felicidade.

¹¹⁴ Maria Leonor Brenner Ceia Ramos.

P.J. – Tu comentou sobre essa formação em Dourados. Teve algum ponto de destaque na tua região de formação que tu lembra? Que foi um diferencial também?

E.F. – Bom, Ivoti, que a gente viu florescer e se tornar institucionalizado o PELC, virando o PLUG¹¹⁵, que agora ele tem autonomia. Eles fizeram edital público, contrataram professores e o PELC que se tornou PLUG e continua fazendo parte do município com política de Esporte e Lazer. Vários outros municípios, por exemplo: Quarto Centenário lá no Paraná, uma cidadezinha pequeninha que só tem duas ruas, a gente não podia nem parar no hotel, por que não tinha hotel, a gente teve que parar no hotel na cidade vizinha. O balé impactou tanto a cidade, que a prefeitura contratou uma professora de balé para dar continuidade ao trabalho, independente do PELC, porque a cidade não podia mais ficar sem o balé. Eu vi a apresentação das crianças, foi de arrepiar, aquelas crianças vindo de toda cidade, de pezinho, de roupinha de bailarina, com aqueles cabelos lambidos com gel, prontas para dançar. E os depoimentos das mães, , fazendo as fantasias, fazendo o figurino dessas crianças, uma sala de balé com barra, com espelho, com tudo que tinha direito, a partir do PELC. Então, tu vê a professora de pintura, de tela, as pessoas pintando desde o funcionário, o motorista, os velhinhos, as crianças, as crianças especiais fazendo tela de pintura, com a professora ensinando. Eu vi desfile de roupa de crochê, cheguei lá no PELC para fazer a finalização e tinha um guri fazendo crochê direto. Eu disse: “O que tu está fazendo?” Ele: “Eu estou fazendo a minha gravata, eu tenho desfile de noite, tem que ficar pronta a minha gravata”. Quando eu fui a primeira vez, que eu vi a professora dando aula de crochê, eu disse: “Olha, em vez de tu fazer coisas para a casa, faça roupas, faça coisas que as crianças possam usar e sejam úteis para eles”. Então o

¹¹⁵ Programa de Lazer Unindo Gerações.

desfile foi com as roupas que elas tinha produzido e o guri com a gravata de crochê que ele tinha produzido desfilando lá em cima no palco, tu consegue interferir, tu consegue ver a modificação. Várias coisas, com idosos também, com a questão da inclusão: “Eu quero deficientes, eu quero cadeirante aqui no PELC. Cadê os cadeirantes? Cadê as crianças com Síndrome de Down?” Tu vai interferindo e quando tu volta é muito mágico. Outro depoimento impactante foi em Maripá que é lá no Paraná também. Quando eu fui a primeira vez a professora que estava coordenando só me olhava com uma cara meio.... E depois na segunda vez que eu fui agora ela disse: “Professora eu tenho um depoimento pra lhe dar. Quando a senhora chegou aqui toda faceira, toda entusiasmada pelo PELC eu estava morrendo de raiva. Que PELC é esse que tem uma burocracia? Que a gente tem que mandar um monte de relatórios? Que a gente precisa entrar no sistema SICONV? Que a gente precisa contar, cadastrar pessoa por pessoa, com CPF, se é branca, se é índia. Toda essa parte burocrática. Eu estava odiando o PELC, eu nunca vou conseguir fazer tudo que o Ministério quer. E agora que a senhora voltou aqui eu entendi o quanto esse PELC importa e o quanto ele modifica a cidade”. Esse depoimento para mim foi bárbaro porque os olhinhos dela brilhavam. Ela estava em cima do palco dando zumba com oitenta e cinco mulheres, dançando em cima de um palco e aquele mulhério todo, às sete e meia da noite. As crianças dessas mulheres estavam em uma brinquedoteca em uma sala ao lado sendo atendidas e as mulheres dançando, jovens, velhas de todas as faixas etárias. Ela disse: “Compreendi o PELC, professora Eneida. Valeu a pena a burocracia”. Tem muitos depoimentos para contar, que valem a pena.

P.J. – Tu já comentou um pouco mas gostaria que tu falasse um pouco mais na tua opinião. O PELC vem cumprindo com o papel de inclusão social ou isso é uma questão que ainda está em construção?

E.F. – Eu acho que vem, porque tem municípios que não teriam condições de fazer essa inclusão, de trabalhar com esporte, cultura e lazer se não tivesse o apoio do PELC. Na questão de custos mesmo de pagamento de recursos humanos e material. Se montar uma sala de balé com espelho, com barra com o piso adequado, ter um quimono para usar em uma luta marcial e todos os materiais que precisam, o tatame todas essas necessidades. Trabalhar com todos os materiais para ginástica e musculação, montar uma sala inteira de musculação montada pelo PELC. Ter um barco para fazer o Projeto Navegar¹¹⁶. O município não teria essa condição de bancar e não prioriza e, infelizmente, ainda existem outras prioridades no município que são mais importantes do que o esporte e o lazer. Quando a gente vai para os municípios a primeira coisa que eu faço é conversar com o prefeito: “Senhor prefeito, que o esporte e lazer seja prioridade”. Porque não é dívida é investimento, tu investe nesse sujeito e em uma vida melhor, então, tu está investindo em saúde e qualidade de vida. Sensibilizar esses prefeitos que é tão importante quanto educação, saúde, infraestrutura, habitação. É um direito como está previsto na Constituição Federal no artigo 217.

P.J. – E na tua opinião também, o que seria possível fazer para qualificar ainda mais o PELC?

E.F. – Olha, acredito que o PELC cumpra essa função em investimento de formação dos agentes sociais, que é o nosso papel de formador e na nossa própria formação. Tem todo um cuidado do Ministério nesse sentido de fazer essa rede. Nós temos feito videoconferências no Brasil todo com pessoas importantes que possam nos ajudar a pensar nessa questão do cotidiano. Nós fizemos encontros semestrais na UFMG para

¹¹⁶ Projeto do Ministério do Esporte que tem como objetivo popularizar a prática do remo, vela e canoagem.

estudo, para pensar em um PELC melhor. A Rede Cedes¹¹⁷ que tem toda a parte da pesquisa e o Ministério... Foi muito rico nessa questão de publicação de livros, é um acervo enorme de publicações e de livros. Eu acho, pessoalmente, que o Ministério está cumprindo com a sua obrigação de investir em um PELC cada vez melhor. Eu não teria nenhuma sugestão nesse sentido. Tem ensino à distância que foi implementado há pouco tempo para os agentes sociais e para os formadores. O apoio da Universidade Federal de Minas Gerais, esse apoio pedagógico e nas outras articulações com a própria UFRGS, com o CEME¹¹⁸ na questão da memória, da pesquisa, a Rede Cedes continua, então, acho que o PELC está cumprindo com o seu papel. Acho que não tem nenhuma necessidade de investir em alguma outra coisa.

P.J. – Tem alguma coisa que a gente não perguntou que tu gostaria de compartilhar conosco?

E.F. – Não, acho que foi contemplado, acho que talvez essa questão da mudança de vida dos munícipes, nos lugares que a gente visitou. Acho que colher esses depoimentos talvez fosse bacana para o CEME. Ir nesses municípios e colher esses depoimentos dos usuários porque é muito rico. Situações de vida que mudaram, inclusões sociais, muitos alunos que eram do PELC hoje são professores e agentes sociais. Idosos que estão atuando na comunidade a partir do PELC e essas relações que se estabelecem porque a gente tem o grupo do conselho gestor que entra toda uma participação que a comunidade acompanha o PELC e também vai modificando a vida da cidade. Então eu sugeriria que talvez fosse importante colher depoimentos dos usuários do PELC ao longo desses anos porque tem coisas muito lindas para contar. Desde pessoas que se apropriaram de coisas que nunca tinham feito

¹¹⁷ Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer.

¹¹⁸ Centro de Memória do Esporte.

na vida, da questão do corpo, das atividades físicas, de qualidade de vida, de melhora das questões de doença, de glicose, diabetes, de pressão alta, de relação social, de depressão, colher esses depoimentos seria muito rico. Isso talvez fosse uma coisa boa de ir nos lugares onde teve PELC e pegar esses depoimentos que fazem a gente acreditar no programa.

R.R. – Eu queria perguntar como tu te sente em relação ao grupo de formadores. Como é que se constitui esse grupo? Qual a complementariedade que se dá?

E.F. – Esse grupo que eu estou vai fazer dez anos agora em 2016 e tem algumas pessoas que são desse grupo desde o começo. O professor Gilmar, a professora Léo. A Léo é nossa articuladora regional. Essa complementariedade é muito rica, a gente tem que trabalhar em dupla ou mais pessoas conforme o convênio, quando é muito grande. Cada um tem o seu saber, então, essa troca de saberes e de experiências de vida é muito rica. Nós temos pessoas que atuam com terceira idade, tem pessoas que atuam mais na academia, tem pessoas que atuam na gestão pública. Essa troca de riqueza do Brasil, de sotaques, nós temos articulado formadores de Recife, do Pará, do Tocantins, do Espírito Santo como a gente precisa às vezes.... Normalmente a gente teria que atuar na região Sul mas conforme os convênios são a gente tem que ir por esse Brasil afora. Nós tivemos a experiência de fazer uma formação lá em Fortaleza que era um convênio *gigante*, foi de uma riqueza trabalhar com os colegas, com as experiências de cada um e depois que a gente trabalha junto fica uma cumplicidade para sempre, há uma troca mútua. Até hoje eu me lembro e fico rindo sozinha das situações que aconteceram.. Nós em um ginásio gigante, nós dividimos o ginásio em dois. Eu trabalhei com a metade do grupo

e o professor Corpinho¹¹⁹, como a gente chama, trabalhou com a outra metade e era riquíssimo porque a gente acabou trocando, aprendendo e vendo o que o outro estava fazendo, o que tinha para ensinar. E aí a gente troca conteúdo, troca filmes, que a gente atua com filmes também é muito rico. Essa experiência, esse grupo aprendendo um com o outro.

R.R. – Vocês avaliam o encontro de formadores? Como se dá essa apropriação dos municípios ou dos conveniados com o PELC? Vocês tem noção de como está isso enquanto política pública?

E.F. – Olha eu acho que esse *feedback* seria bacana fazer. A gente sabe de alguns municípios que eles nos contam mas seria bacana fazer esse retorno para ver o impacto. Acho que algumas pesquisas já aconteceram, o professor Gilmar andou mexendo na questão da formação, ele fez a pesquisa com o professor Vicente¹²⁰ mas eu não sei essa coisa, assim, do legado do PELC e do impacto do PELC como isso se constitui, acho que seria uma bela de uma pesquisa. Como que esses municípios começaram a pensar em políticas de esporte e lazer a partir do PELC. A gente tem o retorno do PLUG de Ivoti e vários outros municípios que pelos relatos dos próprios secretários que articulam o PELC, os prefeitos que a cidade incorporou, não tem mais como viver sem o PELC, sem esse investimento de políticas públicas de esporte e lazer, fica visível isso que mudou e que a própria comunidade reivindica e pede a continuidade. Tanto que eu contei que o contrataram a professora de balé e a professora de pintura porque não podiam mais ficar sem elas. Então, acho que é isso, um movimento de continuidade que não pode mais parar mas que seria legal fazer uma pesquisa nesse sentido.

¹¹⁹ Luiz Carlos Lira.

¹²⁰ Vicente Molina Neto.

R.R. – Como esse convênio é com Brasília com o governo federal, tu acha que isso dá um olhar diferente do prefeito, do gestor sobre o Programa? Porque essa área do esporte e do lazer ela não é muito valorizada enquanto política e sendo um convênio federal, recebendo essa verba, tu acha que o próprio prefeito conhecendo e valorizando a área?

E.F. – Eu até estava contando para elas que quando eu vou ao município eu faço questão de visitar o prefeito, de pensar, de conversar com ele sobre políticas de esporte e lazer, acho que a gente tem essa obrigação. Se eu puder ir numa rádio eu vou e dou entrevista, falo do Programa, sobre políticas públicas porque eu disse que a gente tem que fazer que nem a galinha: a gente bota o ovo e cacareja. Tem que se comunicar. Sensibilizar o prefeito é uma das primeiras coisas que eu faço; faço questão de fazer uma abertura oficial da formação com as autoridades presentes, com imprensa e mando ver, de falar das políticas públicas. Acho que os prefeitos começam a enxergar isso, muitos prefeitos herdam o PELC de gestões anteriores, às vezes, não foram eles que conceberam o PELC mas no momento que eles começam a compreender, que começa a mudar a cidade, começa a ter um legado, começa a ver essa consciência de que é importante. Então eu faço o prefeito pensar e refletir sobre isso.

R.R. – O que tu acha dessa proposta do PELC de vir da comunidade, da cidade, da UFMG e não ser uma proposta pronta do Ministério?

E.F. - Eu acho que essa articulação importa, eu acho que esse vínculo não tá pronto para ser ao contrário. Quando eu chego na cidade, eu visto a camiseta do Ministério do Esporte. Eu entro com a camiseta azul escrito Ministério do Esporte e dá uma credibilidade, uma coisa de dever. A primeira coisa que eu falo é do artigo 217 da Constituição.

Eu acho que essa articulação federal dá uma importância, o município tem que pensar a respeito, articulado com os entes federativos, articulado com federal, estado e município mas talvez tenha que evoluir nesse sentido.

R.R. – A minha pergunta era mais no sentido de conteúdo. Existem programas que são prontos, do governo federal para serem executados. O PELC tem algumas diretrizes e o Programa é construído localmente....

E.F. – Entendi! Nesse sentido, eu acho que não, tem que ser a partir do município com a sua realidade local e com a sua necessidade. Cada município sabe e tem que ser um projeto participativo a partir das necessidades, das demandas, da construção coletiva se vem um projeto pronto acontece isso porque tem municípios que contratam terceirizados, empresas terceirizadas para fazer o projeto. E aí não dá legal porque aquela empresa não conhece a realidade local e faz aquele projeto do papel; no papel não tem nada a ver com a realidade local e quando construído a partir do município e das suas necessidades, da suas demandas ele frutifica muito melhor do que vinha de cima para baixo que não tem nada com a realidade local.

P.J – Professora Eneida, gostaria de te agradecer mais uma vez, acho que tivemos uma manhã super produtiva. Obrigada pela colaboração.

E.F. – Espero que eu possa ser útil e que esse depoimento tenha contribuído. O material que eu trouxe também da minha casa que eu vou colocar à disposição e o CEME que faz parte da minha vida e do meu coração, eu sou CEME [risos]. Obrigada!

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Gilmar Tondin

Entrevistado: Gilmar Tondin

Entrevistadoras: Pamela Joras e Leila Carneiro Mattos

Data da entrevista: 25 de setembro de /2015

P.J. – Gilmar, primeiro queria te agradecer por conceder esse tempo para conversar um pouquinho sobre o PELC, e eu queria que tu começassem falando sobre a tua formação e como a temática do lazer apareceu na tua trajetória.

G.T. – Bom, eu sou formado em Educação Física, me formei na UFSM¹²¹ em 1981, em junho de 1981. Quando eu me formei em Santa Maria eu vim a Porto Alegre fazer especialização, fiz uma especialização em Ciência do Esporte, fiquei um semestre estagiando no Lapex¹²² quando o Lapex era lá no lado do ginásio, ainda não era no prédio novo bonito e maravilhoso que está agora. Isso no segundo semestre de 1981, em 1982 eu fiz uma especialização em Educação Psicomotora com o Negrine¹²³. Então eu comecei a trabalhar em Porto Alegre, Inicialmente, vim a Porto Alegre só para estudar e acabei trabalhando, e ficando até hoje. Foi surgindo oportunidades de emprego, primeiro uma escola, foi surgindo uma escolinha de jardim de infância, fui construindo toda minha trajetória profissional na escola. Lá pelas tantas em 1984, 1985, eu fiz um concurso para a Prefeitura e quando fui chamado em 1987 me apresentaram a possibilidade de trabalhar em uma praça. Eu pensei: “como assim trabalhar em praça?” Eu trabalhava em escola, aliás, eu trabalhava em três escolas, uma escola grande o Colégio João XXIII, trabalhava em duas escolinhas pequenas uma era O Chapeuzinho Vermelho e a

¹²¹ Universidade Federal de Santa Maria.

¹²² Laboratório de Pesquisa do Exercício – ESEFID/UFRGS.

¹²³ Airton da Silva Negrine.

outra Pequeno Príncipe em pontos distantes da cidade, eu viajava muito para dar aula.

P.J. – E era concurso para professor aqui em Porto Alegre?

G.T. – Sim! Como professor da Rede Municipal de Ensino. Quando eu assumi me apresentaram essa possibilidade, aliás, o atual Secretário de Esportes, Edgar Meurer¹²⁴, na ocasião era o supervisor. Nessa ocasião a supervisão de Esportes e Lazer de Porto Alegre era vinculada a SMED¹²⁵, Esporte e Lazer na verdade, a Recreação Pública estava vinculada a SMED, ela estava lá porque era o mesmo concurso, a chamada era uma sequência de pessoas para assumir e o Edgar estava lá e me convidou para trabalhar. Na ocasião achei interessante porque ele me propôs um horário noturno consequentemente não precisava abrir mão das minhas escolas durante o dia, passei a trabalhar três noites, eram três noites mais o sábado de manhã. E assim eu entrei no que chamavam de Recreação Pública, foi essa minha entrada, foi assim que começou. E de lá para cá... Eu nem imaginava que tivesse trabalho em praças, em parques na cidade Porto Alegre, financiado pelo poder público, custeado pelo poder público. Foi assim o primeiro conhecimento da entrada e de lá para cá, a minha vida mudou total em relação à compreensão e a possibilidade da atividade física da educação física no campo da educação, em especial a educação física não escolar.

P.J. – E como tu conhecestes o PELC? Tu já tinhas ouvido falar como política?

G.T. – Bom, o PELC em si não é uma coisa muito diferente daquilo que eu faço desde 1987, trabalhar com comunidades, com atividades

¹²⁴ José Edgar Meurer.

¹²⁵ Secretaria Municipal de Educação.

recreativas e esportivas focadas para atender as pessoas ou ser mais um elemento de lazer para melhorar a qualidade de vida das pessoas fora de seu horário de trabalho. A história do PELC é assim: no primeiro Governo do Lula¹²⁶ quando o Agnelo¹²⁷ era o Ministro do Esporte, ele esteve em Porto Alegre. Quando ele veio a Porto Alegre, eu e a Rejane Rodrigues¹²⁸ fomos a uma audiência no Gabinete do Prefeito, e nessa ocasião ele estava construindo a política de esportes para o Governo Federal, que não existia. Era um ministério novo e não existia uma política pública de esporte e lazer. Nessa ocasião nós sugerimos a ele um projeto para trabalhar com as comunidades de esporte e lazer, exatamente como é o PELC. Ele comprou essa ideia. Naquele mesmo ano nós realizamos, não sei se foi a primeira ou a segunda Conferência Municipal de Esportes de Porto Alegre e chamamos o Orlando Silva¹²⁹ que na ocasião era o Secretário Executivo e que depois substituiu o Agnelo quando ele saiu para concorrer a cargos eletivos, o Orlando assumiu o Ministério do Esporte. O Orlando esteve aqui conosco como Secretário Executivo para fazer a fala de abertura da nossa conferência, ou seja, ficamos muito próximos do Orlando, pela identidade política, ideológica, pela identidade das políticas públicas em relação ao esporte e lazer, dessa forma as coisas foram se configurando. A Rejane na ocasião foi, digamos sondada, inclusive, para ocupar a Secretaria Nacional de Esporte e Lazer...

P.J. – E tu a conheceste trabalhando na Prefeitura?

G.T. – Sim! Sim! Nós nos conhecemos há mais de vinte e cinco anos trabalhando juntos, sempre, ela trabalhava no Ararigbóia¹³⁰ e agora

¹²⁶ Luiz Inácio Lula da Silva.

¹²⁷ Agnelo dos Santos Queiroz Filho.

¹²⁸ Rejane Penna Rodrigues.

¹²⁹ Orlando Silva de Jesus Júnior.

¹³⁰ Parque Ararigbóia.

esta lá de novo. Ela voltou à origem. Dá para falar muito sobre isso, da nossa trajetória como colegas de trabalho por muito tempo. Então foi dessa forma que nós tivemos, eu e a Rejane, o primeiro contato com o PELC. Bom, a partir do momento que o Ministério definiu o Secretário que foi o Lino Castellani Filho e o Luiz Fernando Veronez, do Rio Grande do Sul, natural de Pelotas, assumiu junto com o Lino a Secretaria e criaram o PELC. Eu acho que isso foi em 2003. Nesse meio tempo nós pela primeira vez... Porto Alegre também... Conseguimos captar recursos do Governo Federal para implantar um projeto na área de esporte e lazer que até então nunca tínhamos conseguido. Então o Ministério liberou um aporte de recursos e nós iniciamos um projeto que nós não chamamos de PELC aqui em Porto alegre, nós chamamos de PIEC¹³¹ financiado pelo Governo Federal. Por aqui a gente utilizou o título de PIEC localizado próximo a atual Arena do Grêmio¹³² onde foi construído um grupo habitacional popular com financiamento do Fonplata¹³³ e aí nós fizemos o trabalho exatamente como é o PELC hoje, de articular as comunidades, desenvolver programas de esporte e lazer, não só para as crianças mas para os jovens, para os adultos e idosos. Então foi assim que eu conheci o PELC, na sua origem. Um pouquinho depois com a saída... No primeiro ano de gestão do Agnelo, ou melhor, no terceiro ano de gestão do Ministério, o Lino que era o Secretário sai. E, quem assume? A Rejane. Isso era 2006 eu acho, ou 2005.

P.J. –Tu participaste desse processo de construção do PELC de escrever o projeto?

G.T. – Não, não participei. Só com ideias na conversa com o Agnelo, reforçado depois com o Orlando. A elaboração teórica e documental,

¹³¹ Projeto Integrado Entrada da Cidade.

¹³² Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense

¹³³ Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.

não participei. Eu acho que nem a Rejane. Até porque nós tínhamos divergências políticas internas em relação ao grupo que estava lá. Lino, Luiz Fernando Veronez e nós, que dava o maior acirramento nas discussões na Setorial Estadual do PT¹³⁴ quando vinham para o Rio Grande do Sul as pessoas que integravam o Ministério, nas reuniões da setorial estadual do PT. As discussões eram acirradas e nós éramos de grupos distintos e, portanto, a gente não sentou para escrever o Programa, mas também não fomos convidados, não sei como é que foi a elaboração do projeto. Quando o Lino saiu quem assumiu foi a Rejane, isso no quarto ano da primeira gestão do Ministro Agnelo; eu acho que ainda era o Agnelo não lembro sobre essa passagem no Ministério, a Rejane vai saber falar melhor sobre isso. Quando a Rejane assumiu o cargo de Secretária Nacional de Esporte, Lazer e Inclusão Social, tomou conhecimento do Programa com mais profundidade, isso ela comentou conosco, comigo, com outras pessoas: “Olha gente, nós temos PELC e tem uma formação do PELC e o que eu pretendo e gostaria que essa formação fosse dada por pessoas que estão no campo, que atuam e que possam levar uma formação para os agentes e monitores; coisas concretas e que deem sugestões e ideias e a forma de como trabalhar cotidianamente com essas políticas públicas.” Era o que nós fazíamos aqui em Porto Alegre. Esse trabalho com comunidade, em praças, parques, existe desde 1926 em Porto Alegre, existe uma história de construção, de idas e vindas que está no DNA da gente daqui da SME¹³⁵. Dessa forma a Rejane convidou o grupo de formadores, existia outro pequeno grupo do pessoal de São Paulo e do Rio, e ela levou isto para o Brasil todo, convidou uma galera do Sul, muitos aqui da Secretaria de Esportes e uma dessas pessoas fui eu. Aqui no Sul a gente organizou um grupo de formadores chamado Coletivo de Formadores do Sul e por isso, quando a gente ia dar as formações, não ia um formador só, iam um, dois, três até

¹³⁴ Partido dos Trabalhadores.

¹³⁵ Secretaria Municipal de Esportes.

quatro, uma formação em São Lourenço do Sul¹³⁶, por exemplo, nós fomos entre quatro, na cidade de Feliz¹³⁷ nós fomos em seis formadores. A gente não ia lá dar a formação pelo pró-labore da bolsa, a gente ia dar a formação porque queria passar o que nós fazíamos aqui e ainda fazemos em Porto Alegre para essas pessoas que iam iniciar uma Política Pública de Esporte e Lazer pela primeira vez, nos seus municípios.

P.J. – E quantos eram do Sul?

G.T. – Daqui do Sul éramos seis, inicialmente seis, uma era a Carmem¹³⁸ que hoje é a Presidente do CREF¹³⁹. Eu, a Carmem, a Lisi¹⁴⁰, que é a Coordenadora Pedagógica da SME, o Luiz Bohrer, que esteve na gerência de eventos, a Eneida¹⁴¹ e a Loreti¹⁴². Que eu me lembre os primeiros seis foram estes, depois se incorporou nesse grupo o Ednaldo¹⁴³ da Unisinos¹⁴⁴, mas não no coletivo, se incorporou como formador. A Silvana¹⁴⁵ de Caxias do Sul e o Hamilton Toldo dos Santos, que hoje ele é nosso colega da SME. Esses três, o Matheus¹⁴⁶ também. O Matheus não chegou a fazer nenhuma formação, mas ele chegou, lá no início, a fazer parte dos formadores e a participar de algumas reuniões dos formadores. Mas do Coletivo do Sul eram seis pessoas depois entrou a Silvana, o Dinho - Ednaldo - e o Hamilton já no final ,antes de conveniar com a UFMG¹⁴⁷. Com o conveniamento com a UFMG mudou um

¹³⁶ Município do estado do Rio Grande do Sul.

¹³⁷ Município do estado do Rio Grande do Sul.

¹³⁸ Carmen Rosane Masson.

¹³⁹ Conselho Regional de Educação Física.

¹⁴⁰ Lisi Inês Schimidt.

¹⁴¹ Eneida Feix.

¹⁴² Loreti Sandra Lazzarotto Rucatti

¹⁴³ Ednaldo da Silva Pereira Filho.

¹⁴⁴ Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

¹⁴⁵ Silvana Regina Echer.

¹⁴⁶ Matheus Saldanha Filho.

¹⁴⁷ Universidade Federal de Minas Gerais.

pouquinho a forma de agenciamento das formações pelos formadores.

P.J. – Tu podes comentar um pouquinho como foi essa mudança?

G.T. – Sim. Antes como era? Antes do conveniamento com a UFMG, o processo deu início com um convite feito diretamente pela Rejane. A Andrea Ewerton¹⁴⁸ trabalhava com a Rejane e convidou um grupo do Nordeste, do Norte, do Pará, assim, tinha o Coletivo do Sul e o Coletivo do Norte, algum pessoal de Minas Gerais e um grupo de paulistas e cariocas, basicamente esses grupos que constituíam um universo de setenta e sete formadores e funcionava assim. E nessa época, nesse período não era só Município que poderia captar recursos do PELC, era Município, ONG¹⁴⁹, enfim, não era tão restrito.

P.J. – Era o Aldo Rebelo¹⁵⁰?

G.T. - O Aldo Rebelo quando assumiu, depois do Orlando, cortou a possibilidade das ONGs poderem captar recursos, porque dava muito problema de prestação de contas. Nesse período do grupo de setenta e sete formadores, antes do conveniamento com a UFMG era da seguinte forma: a entidade recebia recursos, tinha que fazer a formação, ligava para o Ministério e o Ministério acionava os formadores. Se esse pedido de formação chegasse aqui no Sul, no nosso grupo era assim, tinha uma pessoa que coordenava; essa pessoa recebia o contato do Ministério e verificava quem tinha disponibilidade e procurava fazer, mais ou menos, uma escala: “Gilmar e Léo¹⁵¹ tem essa formação em tal lugar sob responsabilidade

¹⁴⁸ Andrea Nascimento Ewerton.

¹⁴⁹ Organização Não Governamental.

¹⁵⁰ José Aldo Rebelo Figueiredo.

¹⁵¹ Maria Leonor Brenner Ceia Ramos.

de vocês. Podem dar conta?” “Podemos!”. Então nós íamos fazer essa formação.

P.J. – E quem era a coordenadora de vocês?

G.T. - Era, eu acho que era a Loreti, no final ficou a Loreti. O que aconteceu? Porque eram setenta e sete e diminuiu? Pela ordem... Antes foi convite da Rejane, e depois a Rejane abriu um Edital Público; a Rejane e a Andrea abriram um edital público para quem quisesse se cadastrar e para esse edital público era necessário elaborar uma proposta de formação. Foi aí que o grupo inicialmente de cinquenta e poucos passou para setenta e sete, porque muitas pessoas se credenciaram e foram aprovadas, dessa forma o grupo ficou maior. Se eu não estou enganado houve uma notificação do Tribunal de Contas da União apontando que o Ministério não podia constituir o grupo de formadores desta forma, vinculados diretamente ao Ministério do Esporte. Porque alguns faziam e outros não faziam determinadas formações? Tinham formações, tinham formadores, que faziam mais formações e outros faziam menos e alguns não fizeram. E que não podia ter essa vinculação direta de formador lá no Ministério porque a gente poderia criar um problema administrativo. Então a Rejane e o Ministério fizeram um convênio com a UFMG para repassar a responsabilidade para a UFMG do Programa de Formação. Diga-se de passagem, isso foi um grande ganho para o PELC porque o Ministério não conseguia dar conta do volume de trabalho que estava acontecendo no PELC. Nesta época o PELC estava *voando* em termos de Programa Social, e o ME não conseguia dar conta dessa demanda de formações e o acompanhamento das questões pedagógicas e burocráticas do PELC. As exigências, para o Ministério, eram muitas: ler relatórios, devolver relatórios, era humanamente impossível dar conta de tudo. Eu acho

que foi um salto de qualidade o conveniamento da UFMG. Tinha também as formações dos formadores, então era muita coisa. Quando conviniu com o Ministério, com a UFMG digo, para mim foi um grande ganho, muito bom. Houve um novo processo de contratação: a UFMG abriu um edital público com algumas exigências porque é um Órgão Federal e o formador tinha que estar vinculado a um Órgão Federal; tinha que ter uma vinculação com alguma Instituição Federal, hoje tem que ter uma vinculação com Instituição de Ensino, não necessariamente Federal, mas na ocasião tinha essa exigência, então, alguns formadores não tinham esse vínculo mas podiam buscar. Casualmente, neste período de mudanças de contratação de formadores, entrei no mestrado, com isso mantive o vínculo com instituição de ensino, mas também, havia a possibilidade para os formadores cursarem disciplinas especiais em programas de pós-graduação, cursar especialização, enfim, podia fazer isso para firmar convênio com a UFMG. Teve um grupo que se rebelou, não quis, não aceitou e acabou não se inscrevendo no edital até porque ia diminuir bastante o número de formadores, em função da nova estruturação que a UFMG desenhou junto com o Ministério. Não havia necessidade de setenta e sete, era em torno de trinta, trinta e cinco, então muitos não se inscreveram até porque nem todos seriam aproveitados, muito não se inscreveram e outros novos se inscreveram. Desses trinta e cinco nem todos foram aprovados, era para ficar vinte e cinco e acabou ficando vinte e dois, foi bem exigente o critério de seleção deste edital, com proposta por escrito, entrevista com a equipe gestora. A entrevista que eu participei foi aqui na UFRGS¹⁵², entrevista regional. Foram realizadas entrevistas em três ou quatro regiões do Brasil. O Ministério e a UFMG vieram até o Sul, então, quem tinha interesse aqui na Região Sul de atuar com formador tinha que fazer essas entrevistas aqui na UFRGS. Teve

¹⁵² Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

em Minas, teve em Recife, ou seja, distribuídas pelo Brasil. E foi isso que aconteceu; foi um processo, fazendo uma síntese rápida de como se deu esse processo de constituição dos atuais formadores, foi isso. De lá para cá essa articulação da UFMG e os formadores que a gente chama Sistema de Formação ou Programa de Formação que vem se qualificando, vem ampliando, os seminários de formadores (encontros semestrais) tem sido bem qualificados, achei que só tivemos ganhos, muitos ganhos, foi um grande salto de qualidade essa delegação de responsabilidade para a UFMG. E para UFMG também, eles dizem que para eles foi um grande ganho pedagógico, fazer essa vinculação, porque de que forma eles teriam tanta atuação no campo como eles tem hoje; eles estão no Brasil todo, a UFMG está no Brasil todo, eles conhecem toda a Política de Esporte e Lazer da periferia dos Municípios por intermédio do Ministério e dos formadores, está tudo lá nas mãos deles para fazer pesquisa, para fazer estudo. Ai uma opinião muito pessoal, eu acho que inclusive qualificou o Programa de Mestrado e Doutorado deles, porque ampliou o número de formadores que buscaram fazer mestrado e doutorado, ampliaram as pesquisas sobre o PELC... Nossa, foi um ganho muito bom para a UFMG.

P.J. - Então, como foi esse teu processo de preparação para ser formador tanto do Ministério, além do que tu já comentou, desse teu envolvimento. Como funcionou essa preparação, vocês se reuniam, tinha curso, como era?

G.T. – Bom, eu acho que uma formação como a gente faz na formação inicial se fores considerar que a formação inicial é aquela acadêmica. Se tu fizer uma analogia da minha formação enquanto profissional de Educação Física ou educador e a minha formação enquanto formador do PELC, a minha formação inicial para ser

formador do PELC ela vem desde 1987 quando eu entrei na supervisão de esportes recreação e lazer de Porto Alegre. Neste momento comecei a identificar outras possibilidades, outras formas de pensar a atuação do esporte como um espaço de lazer, como um espaço de socialização, como mais uma atividade dentro de um conjunto de possibilidades de um programa social de esporte e lazer. Então eu acho que vem de lá. Quando nós fomos convidados pela Rejane para assumirmos a função de formador, e não era formador, era outro nome que nós tínhamos, parece que era supervisor. Eu fazia parte de um grupo de formadores do sul e passamos a nos reunir, nós fazíamos reuniões sistemáticas para construir a formação, para construir os slides e muitos destes slides são usados até hoje, a gente organizou toda uma formação e para chegar a essa programação de formação foram necessários muitas leituras e estudo para a elaboração final. A nossa prática até então era organizar eventos, elaborar planejamento pedagógico, e para que a gente pudesse, digamos, transformar ou levar a nossa prática do cotidiano, nossa experiência como professor de praça, de parque, coordenador pedagógico e coordenador de unidade recreativa; nós tínhamos que sistematizar e fundamentar a nossa prática, então a gente também se formou como formador nessa discussão coletiva, nessa discussão com esse o grupo de seis pessoas. Outra característica de grupo de formadores do sul, nós nunca íamos sozinhos fazer a formação, íamos dois, três porque um dava o *feedback* do outro, um era a consciência do outro, era o grilo falante de um e outro.

P.J. - E essa sistematização que tu comentou agora era regional?

G.T. - Era regional.

P.J. - Em nível nacional vocês não se reuniam?

G.T. - Sim! Eu vou chegar lá. Essa formação desse grupo do Sul foi muito bom e ao mesmo tempo nacionalmente o Ministério organizava um ou dois encontros anuais com todos os formadores e muitas vezes, e algumas vezes, junto com os pesquisadores da Rede Cedes¹⁵³, claro que aí ficava um grupão. Ocorriam seminários muito grandes, com cento e tantas pessoas e aí bom, não aprofundava tanto os temas mesmo que se quisesse, mesmo que tivesse uma preocupação de aprofundar temas, de trabalhar o cotidiano, não é a mesma coisa que tu discutir em seis pessoas. O Coletivo do Sul, era uma iniciativa nossa, daqui do sul, e tinha também por iniciativa do Ministério esses encontros de formadores duas vezes por ano, tanto que no contrato hoje, no atual edital, no contrato que temos com a UFMG, temos que além de estar disponível para trabalhar as formações dos convênios, nós temos que participar dos dois encontros anuais de formadores. Sábado agora, amanhã, tem Encontro de Formadores do Sul aqui em Porto Alegre, na casa da Léo, só não vai estar a Keni¹⁵⁴ que é paulista e que se integrou agora ao grupo de formadores do Sul, porque ela já tinha agendado uma viagem e ela não pode desmarcar. Mas vão estar reunidos aqui, eu a Eneida, a Silvana que vem de Caxias do Sul e a Léo. A Léo agora tem um papel, que antes não existia, de articulador regional, ela é responsável para acompanhar as formações da Região Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Ou seja, no primeiro semestre a gente se reuniu em Brasília, a gente tem obrigação por contrato e tem que participar de dois encontros anuais quando chamado pelo Ministério, além do nosso trabalho como formador. Assim, temos a nossa formação enquanto formador e o nosso compromisso também de formador. A UFMG também organiza com uma certa frequência

¹⁵³ Rede CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer.

¹⁵⁴ Keni Tatiana Vazzoler Areias.

chats de discussão pelo *Skype*, a gente tem alguns contatos virtuais para discutir temas específicos. É claro que nem todos conseguem participar, eu sou um que tenho dificuldades de participar desses encontros on-line porque esses eles acontecem a noite e eu trabalho a noite. Para estas situações os encontros ficam gravados e eu ouço no dia seguinte.

P.J. - E o PELC, ele está dividido hoje, não é? Tem o “PELC Urbano”, os “Povos Tradicionais”, tem o “Vida Saudável”...

G.T. - Agora o “Vida Saudável”... Antes o PELC era “PELC Todas as Idades e Vida Saudável”. Agora mudou! Agora é “Programa Vida Saudável” e “PELC Urbano” e o outro é “PELC dos Povos Tradicionais”.

P.J. - E tinha uma época que havia o Pronasci¹⁵⁵ também?

G.T. - Pronasci, sim, eu fui um dos formadores do Pronasci.

P.J. - Tu chegaste a atuar em todos eles?

G.T. - Não, todos não. Atuei em vários convênios do Sul e que aconteceram dentro da disponibilidade que tinha. O Ministério do Esporte tinha setenta e sete formadores e para não abrir um novo processo de contratação de formadores, destacou vinte distribuídos regionalmente para dar conta do Pronasci que era um convênio com o Ministério da Justiça e que ocorreu na época em que o Tarso¹⁵⁶ foi Ministro. O Tarso teve uma experiência positiva aqui em Porto Alegre quando ele foi Prefeito, de desenvolver o “Esporte à Meia-Noite”, na

¹⁵⁵ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

¹⁵⁶ Tarso Fernando Herz Genro.

prefeitura de Porto. Aconteceu lá na Restinga¹⁵⁷ numa região de bastante violência, com problemas sociais muito sérios, e ele gostou da ideia de fomentar o trabalho de “Esporte à Meia-Noite”, inspirado no prefeito de Nova York que para diminuir a violência urbana, dentre muitas ações, iluminou as ruas e criou bastante quadrinhas de basquete nas esquinas. Dessa forma, as pessoas ficavam a noite jogando. Quando o Tarso foi prefeito de Porto Alegre, na segunda gestão, nós criamos um projeto chamado “Esporte à Meia-Noite” na Restinga, com a perspectiva de desenvolver o “Esporte à Meia-Noite” e o futebol. Quando o Tarso assumiu o Ministério da Justiça... Veja a ligação: quando foi Prefeito a Rejane Rodrigues era a Secretária Municipal de Esportes de Porto Alegre... E, quando ele assumiu o Ministério da Justiça, a Rejane era a Secretária Nacional do Esporte, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte. Se e criaram esse projeto junto com o Pronasci. O Pronasci era uma estrutura maior, tinha várias coisas, uma delas era o PELC Pronasci. Eu trabalhei em algumas formações deste Programa que foram muito bons, por exemplo, Cachoeirinha¹⁵⁸. Cachoeirinha desenvolveu um Pronasci que depois por vários problemas, alguns políticos e outros orçamentários, eu diria mais políticos do que orçamentários, o Tarso saiu do Ministério da Justiça e não foi mais repassado o recurso financeiro para o Ministério do Esporte desenvolver o PELC Pronasci. Então, não foi uma atuação muito duradoura, eu estive no Pronasci em Cachoeirinha, Canoas¹⁵⁹ e São Leopoldo¹⁶⁰. Na minha avaliação o que funcionou melhor foi Cachoeirinha, porque eles focaram a faixa etária do programa, que era de 15 a 24 anos. Em Canoas e São Leopoldo, fizeram um PELC para todas as idades, fugindo da proposta original de atender jovens na idade entre 15 e 24 anos.

¹⁵⁷ Bairro situado na zona sul da cidade de Porto Alegre.

¹⁵⁸ Município do estado do Rio Grande do Sul.

¹⁵⁹ Município do estado do Rio Grande do Sul.

¹⁶⁰ Município do estado do Rio Grande do Sul.

P.J. - E agora que separou o Vida Saudável tu também continuas atuando nele ou é só no PELC?

G.T. – Eu nunca havia atuado no Vida Saudável, até esse ano, mas por uma opção mesmo eu sempre dizia que não tinha interesse em trabalhar com o público idoso. Eu não sei se eu quero me envolver com um público idoso porque eu acho que tem muitas pessoas trabalhando com essa faixa etária e poucas pessoas hoje na Educação Física, trabalham com crianças e adolescentes. Aqui... Fazendo um parêntese, aqui na Secretaria de Esportes de Porto Alegre muitas pessoas trabalham com grupo de idosos, poucos, pouquíssimos trabalham com criança e adolescente, primeiro porque é mais difícil, tem que buscar os alunos. O adulto e o idoso é só fazer um ‘estalar de dedos’ que eles vêm, estão aí. E cada vez mais tem um público adulto. Não que eu não ache importante, acho que tem que olhar e cuidar, e temos que olhar e cuidar do público adulto e idoso porque eles estão aí e aumentando ano a ano. Nós estamos envelhecendo em uma condição física boa, muitos. Para dar um exemplo, eu trabalho aqui e trabalho no Ararigbóia. Tanto aqui quanto no Ararigbóia nós temos uma lista de espera e todas as vagas estão preenchidas para adulto e idoso. Me pergunta se os grupos para as crianças estão todos lotados? Não! Tem que estar correndo sempre atrás de criança e adolescente, porque não tem, é difícil. Por várias razões: segurança, *internet*, várias coisas, não é apenas um fator. Porque criança tem. A gente oferece um trabalho de qualidade, sistemático, com professor qualificado, com um espaço qualificado, como é o caso do Ararigbóia, que tem um ginásio e com material qualificado, e que não precisar pagar. Como assim que não tem? Tem que fazer um estudo interessante sobre isso. A gente sabe que alguns fatores inibem a participação das crianças, mas... Então por conta disso e também porque eu nunca trabalhei, nunca estudei com esse

segmento do idoso, eu optei, sempre que era demandada alguma formação para o PELC do Vida Saudável, eu sempre abria mão. Por outro lado alguns colegas gostam... Gostavam mais do idoso, como tem gente que gosta dos “Povos Tradicionais” não é? E, este, fui convidado pela Beleni¹⁶¹ que trabalha e pesquisa a comunidade indígena, na UFMT¹⁶². Me convidou para participar do Seminário o ano passado e criar toda a política de esportes para as comunidades indígenas. Quando a Beleni me convidou eu disse: “Bah! Beleni, eu te agradeço muito, seria muito interessante, mas, depois eu não vou trabalhar com esse segmento, então, deixa a vaga para outra pessoa”. Claro que seria interessante ir para o Mato Grosso ficar um tempo estudando, participar de seminários, mas vou tirar lugar de outra pessoa que talvez possa aprofundar e levar isso para frente, não achei justo e correto. Eu sou amigo dela no *Face*¹⁶³ volta e meia ela manda os materiais, disponibilizou vários materiais dos Povos Indígenas, dos estudos dela, mas estudar isso, não tenho interesse por essa razão, não que eu não ache interessante, vou fazer uma disciplina agora no PPG¹⁶⁴ da Educação, que trata dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais. Eu não tenho preconceito com isso, mas não vou focar nisso, neste momento não, até porque a minha carga de trabalho não permite isso.

P.J. - E como são desenvolvidas as atividades de formação junto com os núcleos?

G.T. - Não existe uma formação direta... Deixa eu entender direito. A formação dos convênios?

P.J. – Isso.

¹⁶¹ Beleni Salete Grando.

¹⁶² Universidade Federal de Mato Grosso.

¹⁶³ Facebook.

¹⁶⁴ Programa de Pós-Graduação.

G.T. - Fica melhor para eu entender, porque a gente não faz uma atuação direta no núcleo, com exceção das visitas técnicas que eu acho que já devo ter comentado alguma coisa. Hoje tem diferença visita técnica, visita pedagógica. Mas as formações elas acontecem da seguinte forma: quando o PELC iniciou, o convênio era de dez meses, depois ampliou para doze, depois para quatorze, depois para dezoito e hoje são vinte e quatro. As formações eram, uma de Módulo Introdutório e outra de Avaliação... Não sei se tu chegaste a fazer? Em Santa Maria eu fiz isso, trinta e duas horas de Módulo Inicial depois trinta e dois de Avaliação lá no final. Nesse meio do caminho a gente dividiu o Módulo Introdutório continuou ficando com trinta e duas, aí dividimos o Módulo de Avaliação: Avaliação I e Avaliação II. Avaliação I feita na metade do convênio, convênio de doze meses, e avaliação II no final do contrato, grosso modo, no final do convênio de dezesseis horas ou de doze meses. Foi mudando, mudando... Hoje como são as formações? Hoje os convênios do edital 2014 tem a duração de vinte e quatro meses. As formações têm o Módulo Introdutório I, Módulo Introdutório II, Avaliação I, Avaliação II. O Módulo Introdutório I são vinte e quatro horas, não mais trinta e duas, o Módulo Introdutório II são mais vinte e quatro horas e tem o Módulo de Avaliação com dezesseis horas e mais a visita técnica, que a gente tem que fazer um dia antes, e depois tem a Avaliação II. Quando nós somos solicitados... “Gilmar hoje tu está recebendo...” É sempre por e-mail. “Temos a formação no Município tal, dia tal, para...” Quando eu recebo esse comunicado... “O Módulo Introdutório I, para a cidade tal, do edital tal”. Então eu sei, eu vou seguir as diretrizes do edital correspondente, terei que ver o edital, se é 2019 eu sei que são trinta e duas horas, agora já não mais, então eu só vou receber convênios novos do edital de 2014 que vai ser Módulo Introdutório I de vinte e quatro horas. O edital é um e nós já estamos trabalhando no outro. Então o Módulo Introdutório I é de

trinta e duas horas o outro Módulo Introdutório I do novo é vinte e quatro. De posse dessas informações eu pego o edital, dou uma revisada aqui e, mais ou menos eu sei o que vai ser desenvolvido, procuro saber aquelas coisas básicas: quantos núcleos? Quantos formadores? Quantos agentes? Quantas pessoas além dos agentes participarão da formação? Se der, eu quero saber qual a origem? Quem são essas pessoas? É diferente tu trabalhar uma formação na UFSM que são todos acadêmicos e graduados e pós- graduados, do que trabalhar lá na cidade de Ponta Grossa que é o pessoal da comunidade que não tinha nem o primeiro grau completo. Eu tinha que pensar a linguagem sobre o mesmo tema, muito diferente. Não posso levar um texto acadêmico para discutir com o pessoal da comunidade agora se eu levo um texto mais simples para vocês lá da UFSM, vocês iam reclamar e também não ia atingir o objetivo. De posse desses dados organiza-se o programa da formação, se elabora a formação, cuidando das diretrizes e os conteúdos básicos que o Ministério, por exemplo, aponta que a gente deve seguir. Os formadores têm muita flexibilidade de usar as metodologias diferentes e readequar os conteúdos, para qualificar as formações. Para isso não existe um engessamento, mas tem uma diretriz, objetivos, diretrizes que nós temos que seguir e está correto.

P.J. - E a formação de maneira geral tem uma parte teórica, tem uma parte mais prática ou...

G.T. - Sempre, eu volto lá na origem de quando eu fui convidado e depois fui seguindo até ser formador. Eu, por origem e pelo meu cotidiano, não sou uma pessoa que trabalha dentro de uma sistematização do conhecimento acadêmico, eu trabalho com o público usuário/beneficiário, meu trabalho é mais executivo. Eu tenho que pensar que o público que vai participar das formações não

tem o hábito de ficarem sentados por muito tempo e discutir conceitos e teorias. Então eu sempre procuro interagir as trinta e duas horas, com atividades e metodologias que envolvem os agentes, desde dinâmicas pedagógicas, dinâmicas de integração, não necessariamente precisam ter uma ligação direta com tudo que eu vou trabalhar. Por exemplo, se eu vou trabalhar a avaliação eu trabalho com uma dinâmica específica para avaliação, mas não necessariamente eu trabalho dessa maneira com todos os conteúdos. Mas eu posso fazer uma brincadeirinha, por exemplo: a brincadeirinha da salada de frutas ou uma brincadeira e um jogo cooperativo, nó humano, sei lá, faço uma dança das cadeiras cooperativa. Estas dinâmicas servem para movimentar os agentes, para as pessoas também terem um repertório de atividades, que o PELC aponta como atividades lúdicas e que podem ser utilizadas dentro do cotidiano das aulas. Então funcionam como uma estratégia para movimentar e integrar as pessoas, mas também como uma forma de repertório e também para as pessoas não ficarem enfadadas nem ficarem o tempo todo sentadas. Esse é o princípio básico, sempre interagir conteúdos teóricos com atividades práticas e também com dinâmicas. Nem um conteúdo que eu for trabalhar, vai ser desvinculado de uma ação prática, não necessariamente uma prática de movimentar, mais uma prática de ler um texto, de ver um vídeo, depois debater sobre o vídeo, vinculado aquele conteúdo. Além disso, eu também faço no Módulo Introdutório I, no II e até na Avaliação I, um turno de atividades práticas ou aquela atividade prática que a gente socializa que cada um faça, dessa maneira tem uma forma de se conhecerem: tu vai ser monitora de trabalhos manuais, tu vai ser monitora de dança eu vou ser monitor de lutas. Bom, em que momento a gente vai conseguir fazer uma troca? Tu mostrares o que tu fazes para mim e eu mostrar o que eu faço para vocês é muito interessante. Assim, eu aproveito a formação, ou uma

parte da formação, para os agentes socializarem suas habilidades, esse momento da formação eu chamo de miniaula ou troca de experiências. Nos Módulo Introdutório I e Introdutório II, procuro fazer essas trocas, mas também, sempre procuro levar alguns elementos especialmente do esporte, que o esporte é uma dificuldade as pessoas pensarem, entenderem e trabalharem o esporte de uma forma não competitiva, não tecnicista. A maior dificuldade que os nossos colegas têm, especialmente os mais antigos e lá do interior mais ainda. Então eu tenho que levar, e tenho que mostrar para eles e não ficar só no discurso de como pode trabalhar o esporte, de uma outra forma com neutralidade e que isso não fique uma coisa chata. Eles dizem assim: “Ninguém vai querer praticar esporte que não seja para ganhar, ganhar... E disputa aquela coisa...”. Não, a gente não joga para perder, ninguém vai jogar para perder, mas tem outras formas de jogar e de trabalhar o esporte que não seja apenas a forma competitiva, de colocar uma fila de criança atrás da bola, um chuta, e os outros vinte e cinco esperando. Isso é algo que não se faz mais, isso já está passadíssimo. Então tem que mostrar para eles como pode fazer e trabalhar o esporte de forma diferente. Enfim, em síntese é isso. Muita movimentação na aula e também tu tem moral para dizer: “Gente, nós vamos precisar da atenção de vocês que agora esse conteúdo tem que ser estendido um pouquinho mais, porque quando a gente vai trabalhar o conteúdo ‘cultura’, que é mais difícil para as pessoas entenderem, ou quando vai teorizar sobre o lazer e seus diferentes conceitos: do Marcellino¹⁶⁵, do Dumazedier¹⁶⁶, do Mascarenhas¹⁶⁷, as diferenças que tem entre um e outro, de onde vem”. Historiar um pouco isso, saber o que é lazer. Enfim, não vou falar de toda a formação aqui, mas essa é uma parte que eu sempre digo para as pessoas que participam: “O que faz diferente entre o

¹⁶⁵ Nelson Carvalho Marcellino.

¹⁶⁶ Joffre Dumazedier.

¹⁶⁷ Fernando Mascarenhas.

educador e o bom educador, é que o bom educador é aquele que sabe o que faz e que tem fundamento no que está fazendo.” P se eu quiser fazer uma atividade... o que muda é a intencionalidade, a intenção que um educador dá para uma atividade pode ser diferente do outro. Eu acho que o que faz a diferença é se tu sabes o que está fazendo e o que é pretendido com aquilo que está fazendo, não só para ficar preenchendo horário vago. Então procuro puxar um pouco por isso e deixo sempre bastante referencial teórico e a bibliografia, levo alguns, deixo sempre aberto um canal de comunicação para perguntarem e dialogarem, o máximo que eu vou dizer é “eu não sei”, mas vou dizer onde talvez tu possas encontrar. E hoje com a tecnologia do mundo virtual de poder acessar tudo, fica muito fácil. Dicas de filmes, enfim. Às vezes levo textos, sempre projeto um pouco mais de textos, porque se eu não uso o texto durante a formação eu digo: “Olha, fica esse texto para vocês utilizarem nas formações em serviço.” Porque os coordenadores locais apresentam muita dificuldade em organizar as formações de serviço, que é de responsabilidade do Coordenador de Núcleo ou do Coordenador Geral do Convênio dar conta dessas formações, a tendência sempre é ficar restrito as questões do cotidiano e de assuntos administrativos, da falta, da chamada, do problema, nunca tentam... Não buscam fazer uma análise, uma reflexão, poucos fazem isso, uma análise uma reflexão, sobre o cotidiano, sobre outras questões que não aquelas administrativas e funcionais.

P.J. - E as visitas, Gilmar? Tu comentaste um pouco antes. Tu podes me falar como elas foram incluídas?

G.T. - As visitas elas têm um propósito que é, primeiro, mostrar para o conjunto dos agentes a comunidade que eles irão trabalhar, porque o PELC não é uma unidade básica. Deixa eu explicar melhor: O

PELC não tem uma estrutura igual em todos os lugares, por exemplo, se eu for para o Ceará não tem condições de fazer visita técnica no Ceará com cento e cinquenta pessoas. Ela fica extremamente prejudicada. Até fizemos visita em dois ou três núcleos, mas fizemos somente com os coordenadores que eram vinte e cinco. Imagina colocar cento e quarenta pessoas dentro de ônibus para visitar núcleos?! Isso não tem condições de fazer. Daria para fazer, mas levaria a formação toda para fazer isso, ainda mais que isso envolvia Municípios da grande Fortaleza. Lembra daquelas viagens que a gente fazia lá em Santa Maria? Eu estou falando de Santa Maria um Município que é de porte médio e que não eram tão distantes assim os núcleos, e a gente levava um dia, às vezes um turno e meio e chegava o dia cansado. Mas qual é o objetivo de visitar os núcleos? A primeira visita é socializar e mostrar aos diferentes monitores e pessoas envolvidas a realidade que eles irão vivenciar e de apontar, de pensar em alternativas e possibilidades de atuação naquele espaço, de indicar e identificar lideranças comunitárias naquele espaço. O PELC não deve e não pode funcionar somente com ofertas de atividades, mas também com uma interação e uma integração entre lideranças comunitárias que essa é, digamos, a parte que eu acho mais legal e a parte que dá mais sentido e que muda um pouco a lógica de ser simplesmente uma oferta de atividades físicas do Poder Público à população. Não, é também uma oferta, mas é uma lógica de trabalhar próximo, articulado e que as comunidades se sintam não somente recebendo um trabalho, mas que se sintam protagonistas na elaboração de projetos, no entendimento geral de todo o funcionamento, entender que aquilo é uma verba do Governo Federal, que vai ter prazo de validade, que eles têm que se mobilizar para pressionar e questionar junto ao Poder Público local para que ele financie e dê continuidade. Tem outras questões... Que eles podem trabalhar as relações entre as

comunidades e o PELC vai ser um órgão facilitador, o PELC tem que organizar um conselho gestor para que as pessoas possam conhecer participar e opinar sobre o programa. Então é isso que a gente procura fazer. A segunda visita dos núcleos, ela acontece em função do núcleo em funcionamento, aí nós formadores vamos até os locais para acompanhar as atividades, não fazer análise didática do que é trabalhado, nós não vamos lá fazer uma avaliação sobre a qualidade da aula. Não, nós vamos olhar como está se dando a relação das pessoas ali na comunidade, se tem lideranças comunitárias, não me interessa conversar só contigo, assistir e bater foto da tua aula. Me interessa conversar com os alunos, me interessa conversar com alguma liderança comunitária da volta.

P.J. - Esta é a visita técnica?

G.T. – Esta é a visita técnica, de acompanhar... Tem outra visita também que é acompanhar a parte administrativa, que é uma atribuição nova para nós, mas lá no núcleo é isso. Quando ele já está em funcionamento o objetivo é acompanhar e poder dar opiniões, pode dar uns “pitacos”, e de identificar problemas, identificar dificuldades a partir dos relatos das pessoas/beneficiários. Agora eu vou à cidade de Estrela e, a gente identificou uma série de dificuldades, obviamente pela experiência da gente vamos dar sugestões ou iremos provocar que eles pensem nas soluções que às vezes a solução está na frente e eles não conseguem identificar, não conseguem ver. Então a gente funciona como, digamos, um catalisador para que essas soluções possam vir a acontecer. Então, inicialmente, tem esse propósito, de mostrar as possibilidades que eles não identificaram ou não enxergaram no seu espaço. E a segunda, já com o núcleo em funcionamento, a gente poder

acompanhar e fazer o registro e depois poder dialogar sobre aquela atividade que está acontecendo.

P.J. – E esta visita nova que tu comentaste?

G.T. - Essa é uma visita nova de um dia inteiro, uma visita que está vinculada, associada à formação do AV 1, que é o momento em que a gente não somente faz uma análise pedagógica e política pedagógica da atividade de campo, mas também faz uma análise de outras informações, outros dados que tem a ver também com a parte administrativa. Quem fazia isso a tempos atrás eram os técnicos do Ministério, que agora, até fazem eventualmente, mas não tem condições de fazer visita cotidianamente em todos os núcleos, em todos os convênios.

P.J. - E quais os lugares que tu atua como formador?

G.T. - Que eu já atuei?

P.J. - Que tu já atuou, se tu tens uma noção mais ou menos de quantas tu já fez?

G.T. - Não, só se eu parasse para contar, mas muitas, deixa eu ver. Estrela, Feliz, Ivoti, Ponta Grossa, Jaguarão, Bagé, aqui em Santa Catarina, Dionísio Cerqueira, Estrela já falei, Curitiba, Natal, Fortaleza, Maracajá, Porto Alegre...

P.J. – Então ela não é regionalizada?

G.T. – Era para ser [risos]. Santa Maria. Em algumas dessas cidades eu fui mais uma vez, Santa Maria fiz formações em mais de do que

um convênio, Santa Maria como tiveram dois convênios acho que fui umas quatro, cinco vezes. Para Ponta Grossa, como eles fizeram dois ou três convênios se eu não me engano, fizeram em períodos diferentes, eu fui acho que umas seis vezes para Ponta Grossa. O que tu tinha me perguntado?

P.J. - Eu te perguntei se essas formações não eram regionalizadas?

G.T. - Quando nós fizemos o convênio com a UFMG o nosso contrato era atuar no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, esse era o limite. Mas bom, as coisas não andam exatamente como a gente programa inicialmente. O que aconteceu? O Ceará fez um convênio grande Ceará, o Rio de Janeiro também teve um convênio grande e eu fui convidado para fazer a formação do Rio, mas não fecharam as datas que eu tinha disponível. Quando têm esses convênios muito grandes como esse do Ceará com cem núcleos, não dá para se restringir apenas aos formadores da Região Norte ou Nordeste, então a galera do Sul... Sul e Sudeste vão ajudar. Ou então quando é muito regionalizado, atualmente não tem muitas formações no Sul, as formações são mais concentradas no Centro-Oeste, no Sudeste e no Nordeste. O que está acontecendo? Nós estamos subindo. A ida para Natal foi um pedido especial do coordenador de lá que era meu amigo, então ele gostaria muito que eu fosse dar a formação. Que para mim foi um problema, porque eu levei uma semana inteira entre o deslocamento e a formação. A formação foi terça, quarta, quinta e sexta. Imagina foi terça, quarta e quinta, nós passamos três dias lá, aí levei segunda para ida e sexta para a volta, ou seja, semana toda. Tem essa preocupação também de ser organizado para facilitar um pouco o deslocamento também e porque fica menos pesado o tempo de viagem. É muito diferente sair um formador de Minas para ir até Pernambuco do que sair um formador de Porto Alegre e de Caxias

para ir até Pernambuco, o custo de transporte é muito, muito diferente, então a ideia inicial é regionalizar, mas quando tem uma demanda, nós também como em alguns casos aconteceram, que os formadores do Nordeste vinham para o Sul em uma época que o Sul tinha muita formação, tanto que quem veio aqui trabalhar na formação do PELC na cidade de Santa Maria foi um colega de Vitória, que veio dar uma formação em Arroio do Sal, foi um colega de Brasília e um Paulista veio dar uma formação em Panambi, então essas coisas acontecem.

P.J. – E quais áreas vocês costumam abordar nas formações?

G.T. – Basicamente, o conceito de cultura, conceito de lazer e conceito de esporte, pela ordem. Esses são os conceitos básicos que tem que trabalhar. Qual é a concepção de cultura do PELC? Qual é a concepção de lazer? Quais os referenciais teóricos que a gente utiliza e que referenciais teóricos se pensa o esporte? Não é qualquer esporte que se pratica no PELC. Não é esporte de rendimento, não é esporte escolar, é o esporte de participação dentro daquela divisão da LDB¹⁶⁸ que é aceita e que hoje avançou felizmente. O conceito de esporte participação para esporte lazer, esporte recreativo, está bem ampliado o conselho está bem legal, além disso... Bom, só com isso dá conta de tudo? Não. A gente trabalha planejamento, planejamento pedagógico... Então é uma questão de entendimento. Bom, tu entendes estes conceitos, como é que tu vais trabalhar isso? O que tu precisa? A gente pensa assim, se eu for trabalhar e dialogar com pessoas que tem uma formação superior e essa formação superior está vinculada ao campo pedagógico, é tranquilo. Falar sobre os planejamentos, sobre a didática, sobre a metodologia é tranquilo. Agora, quando o agente é uma pessoa, mesmo com curso superior,

¹⁶⁸ Lei de Diretrizes e Bases.

que são enfermeiros, administradores, informática ou que estão dando uma oficina qualquer, porque dominam um determinado conteúdo...O PELC permite isso, porque dominam uma determinada técnica de capoeira, ou de artesanato, ou oficina de percussão. Quem é que da oficina de percussão? Pensa que é o músico da Universidade? Não, é o mestre da Escola de Samba, é o percussionista que não tem noção muitas vezes de um planeamento organizado e muito menos para organizar um evento, então o formador trabalha, além dos conteúdos teóricos, desenvolve e orienta a elaboração do planeamento pedagógico, trabalha planeamento de eventos e trabalha outros conteúdos que são coisas paralelas, como é integração social, enfim vários conteúdos paralelos.

P.J. - E tu destacaria alguma coisa das formações realizadas aqui na Região Sul? Tu trabalhaste aqui, trabalhou no Nordeste, enfim em outros lugares tu terias algum destaque nessas formações que realizou?

G.T. - Eu estou pensando, nunca me fiz essa pergunta [risos]. Mas é interessante, eu não diria assim Norte e Nordeste.

P.J. - Sim, nos lugares que tu atuaste Centro-Oeste...

G.T. - O que eu percebo no PELC e trocando isto com os formadores, muitos deles concordam comigo, com os que eu conversei. Normalmente o PELC do interior em Municípios menores ele dá mais resultado, as pessoas se integram mais, interagem mais, se dedicam mais ao programa. Acho que, por vários motivos, agora estou colocando as hipóteses que não chegam a ser medidas, mas que fazem sentido, por exemplo: Municípios menores, muitos deles nunca tiveram uma política pública de esporte e lazer, política pública

financiada pelo Estado, financiada pelo Poder Público de ofertar e de disponibilizar para as pessoas de todas as faixas etárias essas atividades gratuitas com um profissional qualificado. Isso faz muita diferença. Segundo as pessoas são mais dedicadas, tanto quem ministra a oficina quanto quem pratica, ou seja, os alunos. Não sei dá para afirmar isso, mas essa situação é o que muitos formadores comentam. Mas eu vou dar grande destaque que ao meu ver supera essa constatação, a meu ver é: naqueles convênios onde tem um Coordenador Pedagógico dedicado e sério e que atua como Coordenação Pedagógica, esse faz toda a diferença. Claro que no Município menor com poucos núcleos ele consegue dar uma qualidade melhor, nos Municípios maiores que tem esse trabalho também conseguem fazer um trabalho bom, não dá mesma qualidade porque tem uma rotatividade muito grande de monitores devido ao valor da bolsa. Em Municípios grandes a oferta de possibilidades, de bolsas e de outros bicos é maior do que em municípios menores. Mas um aspecto que me chama atenção, quando eu vou (eu não fui muitas vezes), mas quando eu saio da Região Sul, as pessoas gostam muito e querem saber muito... no Nordeste, querem saber muita coisa do Sul. Quando eu vou trabalhar as formações aqui e que eu trago algumas coisas de lá, ou vídeos, as pessoas ficam fascinadas com a ideia de poder conhecer o PELC do outro lado, depois do Mampituba¹⁶⁹. Olha é muito raro um convênio que não apareça nos instrumentos de avaliação “sugestões”, não somente às formações, mas sugestões ao PELC: intercâmbio, conhecer, interagir, integrar com outros convênios, outros Municípios, outros locais para poder fazer trocas. Antigamente já teve isso, não para todos agentes, mas no tempo da Rejane e da Andréa quando estavam no Ministério tinha o Encontro Nacional do PELC que participavam os coordenadores gerais e alguns Coordenadores de Núcleo, mas não todos os agentes

¹⁶⁹ Município do Estado do Rio Grande do Sul.

porque não tinha nem espaço para todos participarem, mas tinha esses Encontros Nacionais, eram bem interessantes e muito bons.

P.J. - E na tua opinião como essas formações elas impactam nos núcleos?

G.T. - Eu estudei isso na dissertação de mestrado. As formações, quando tem a formação com a presença do formador, ela não resolve tudo, ela funciona como, digamos uma mola propulsora, ela funciona como um estopim para desencadear outros momentos e sacudir as pessoas e também durante a formação é o momento que as pessoas focam e olham para o PELC naquele momento, ou seja, toda a concentração toda a atenção esta voltada para o PELC, então as pessoas conseguem fazer uma análise um pouco melhor, conseguem abstrair um pouco sobre as suas dificuldades, sobre as suas qualidades naquele momento quando esta ocorrendo a formação. Cria-se um clima, uma aura em que todos juntos procuram discutir, debater uma mesma temática. Elas ajudam e acho que elas estimulam. O fato de hoje ter quatro formações é muito bom porque os agentes não ficam um tempo muito longo sem um contato com os formadores, é uma avaliação minha. O fato de se ter mais avaliações faz também com que o coordenador fique ligado nisso, “teve o Módulo Introdutório I em seguida vai ter dois”, ela já vai ter que ficar pensando e não vai se desligar total da preocupação com a formação. Sobre a avaliação de formadores eu penso, ela é boa, ela estimula, ela instiga, mas ela não dá conta de tudo. Quem vai dar contar, vai complementar e vai dar qualidade a isso é o coordenador, e aí sim, ter um Coordenador Pedagógico faz a diferença, porque se não, a reunião pedagógica fica limitada somente a questões administrativas, ou nem sai, as pessoas vão passar a discutir ou refletir sobre o PELC só quando o formador voltar, então, ela ajuda muito, tanto que não é

uma visão minha sobre o meu trabalho como formador, esta é uma análise a partir das observações dos diálogos e mais: das leituras e dos registros dos instrumentos de avaliação das formações, tu conhece os instrumentos de avaliação do PELC?

L.M.- Alguma coisa.

G.T. – Eu não sei se eu tenho algum aqui, acho que não, eu estou com a pastinha de Estrela, mas eu tirei as avaliações. O instrumento de avaliação é um instrumento padrão, mas ele tem nuances um pouquinho diferente do I, II, III e IV. O Módulo Introdutório I e II, Avaliação I e II, e aí têm algumas questões fechadas e algumas questões abertas que o agente pode opinar: “Qual é a parte mais importante?”; “O que ficou para ti da formação?”; “O que tu sugere para a formação”; “Críticas sobre a formação”. Enfim, está aberto para poder abrir e criticar e os formadores fazem uma síntese disso. O que nós percebemos que muitas das temáticas do dia a dia, eles apontam como coisas positivas e boas e que fazem a diferença nas formações, por exemplo: avaliação. Nota-se que o tema avaliação, o agente não trabalha só a questão teórica da avaliação, mas trabalha o sentido e o significado que se dá para avaliação e quando pensa no momento de avaliar ele vai qualificar o seu trabalho e vai melhorar o trabalho. A partir deste exercício de avaliar o seu trabalho ele passa a enxergar diferente a avaliação, senão para que serve avaliar? Outros falam do planejamento, outros falam da elaboração de projetos, outros falam do modo diferente de como começou a enxergar o esporte, outros falam que nunca tinha pensado no tema cultura dessa forma. Esses conteúdos, a formação ajuda as pessoas a pensarem a refletirem sobre aqueles conteúdos naquele momento. É uma coisa que surge muito e aparece muito e é um dos itens mais citados: “Passou muito rápido a formação, precisamos ter mais

horas”. E olha, pensar que se faz uma formação em trinta e duas horas é bastante tempo, em quatro dias, oito horas por dia. E as pessoas dizem isso: “Alguns conteúdos foram rápidos”; “Precisamos ter mais aulas praticas.” Isso é a questão clássica das formações: “Precisaríamos ter mais aulas práticas, atividades práticas”. E não cabe, não tem como encaixar muitos momentos com atividades práticas. Tem formador que nem trabalha a atividade prática e ai vai um pouco de cada trabalhar as formações. Eu não gostaria de participar de um curso, de uma formação para trabalhar com um público de agentes sociais de esporte e lazer e ficar trinta e duas sentado ouvindo ou simplesmente trocando ideias, acho que em algum momento a gente tem que interagir tem que realizar atividades práticas. Eu não abro mão, pelo menos um turno das formações do Modulo Introdutório I, Introdutório II e quando solicitado Avaliação, porque O Ministério não aponta nas diretrizes das formações dos módulos de avaliação a realização de atividades práticas. Outros exemplos de diretrizes: as visitas técnicas tem que ser feita no AVI e no AVII não precisa. O Ministério não exige que eu coloque atividade prática, o Ministério não exige que eu coloque dinâmicas de integração, que eu inclua dinâmicas para eles, no entanto, quer que eu desenvolva o conteúdo com aquele referencial teórico e com aquela política pedagógica. É isso. Como eu vou recheiar isto, que estratégias serão utilizadas é responsabilidade de cada formador.

P.J. - E de uma forma geral o que tu destacarias do PELC? Do programa de maneira mais abrangente.

G.T. - O PELC é um programa social humanizante. Eu acho, eu acho não, eu penso do PELC um programa que qualifica a vida a relação das pessoas, é uma pena que poucos enxerguem isso, especialmente os Governos de maneira geral que não destinam muitos recursos

para isso, não vou entrar nem naquela discussão: “Olha, vamos investir um real”... Não é nem esse o papo: “Vamos investir um real no Esporte e no Lazer que ai é cinco reais a menos na saúde”. Não precisamos nem entrar nessa discussão, nem precisa entrar assim “é saúde”. Saúde vem à reboque, é condição inerente o praticante de atividade física não exagerada, porque é exatamente isto: tu fazer uma atividade física ou praticar qualquer atividade física moderada vai te trazer benefícios fisiológicos. Eu penso o PELC com outro olhar, que é uma maneira de as pessoas romperem um pouco aquela lógica que a gente vive hoje cada vez mais egoísta, cada vez menos olhando para os outros, olhando só prá si. Acho que o PELC ajuda um pouco a construir essas novas relações e eu digo para os agentes: “Olha, o PELC é uma oportunidade da gente mostrar para as pessoas que existe uma outra forma de se relacionar”. Especialmente quando trabalha com crianças e adolescentes que não é aquela forma agressiva, aqui no PELC todos tem lugar, todos tem vez, todos são bem vindos, isto não significa “oba, oba” no trabalho dos agentes. Eu penso isso do PELC, que o PELC é uma oportunidade boa de mostrarmos para as pessoas que existe uma forma diferente de se relacionar, mais humana, mais alegre e que bom que temos esse instrumento para poder trabalhar isso. Eu sempre digo que me sinto privilegiado de trabalhar eu um programa desses, porque, imagina quem trabalha de Assistente Social que drama deve ser, trabalhar com o dramalhão, com a doença, não só com a doença física, a doença emocional, a doença da violência. Nossa! Então eu acho que o PELC ajuda a minimizar um pouco as agruras da sociedade e das pessoas. Isso é o PELC, acho que é uma política que está muito longe de ser uma política universal, que deveria ser universal, mas está longe de ser por várias razões uma delas que eu vejo é que, normalmente, os gestores municipais não enxergam, não dão importância. Não vamos longe, olha o nosso Governador aqui no Rio

Grande do Sul, o primeiro ato dele: “Vamos enxugar a máquina administrativa”. Qual que ele enxugou? Enxugou a Secretaria de Esporte e a Secretaria de Políticas das Mulheres, e depois não enxugou mais nada, ele ia enxugar a Cultura, não enxugou. Ele vai reduzir a máquina. O que ele faz? Extingue a FUNDERGS¹⁷⁰, já demitiu todos os funcionários que eram contratados, tinha mais de quarenta, já demitiu, os que vão ficar são só os CCs¹⁷¹. Então, poxa vida, nós estamos falando de um momento em que o nosso país, ano passado teve a Copa do Mundo aqui em Porto Alegre, ano que vem temos Olimpíadas. Mas ao mesmo tempo temos Municípios no interior, municípios pequenos que conseguem perceber a importância do esporte e lazer e mesmo depois que o convênio com PELC termina, conseguem, não mantê-lo na sua estrutura e com todos os seus agentes, mas consegue manter essa política, então, temos um caminho longo pela frente.

P.J. - E no que diz respeito ao papel da inclusão social do PELC, tu acredita que ele vem cumprindo de uma forma mais positiva ou esta em processo ainda?

G.T. - Eu acho que a gente está avançando nisso, mas eu diria que nós estamos longe do razoável, até porque é um programa de abrangência nacional. O PELC, nossa, permite uma possibilidade de inclusão e eu vou transferir o que eu tenho ouvido muitas vezes, como eu falei para vocês, quando eu vou para as visitas eu não vou só para olhar e para falar com o professor, eu vou para olhar, falar com o professor na formação, mas para falar com as pessoas beneficiárias e lideranças comunitárias, também. Eu quero ouvir delas o que elas estão achando do PELC, como elas enxergam o PELC mesmo, se elas têm noção do que elas estão fazendo. E nós ouvimos

¹⁷⁰ Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul.

¹⁷¹ Cargos de Confiança.

muito, especialmente de adultos e idosos: “Nossa, a minha vida mudou completamente, passei a conhecer mais pessoas, passei a não tomar mais remédios para a minha depressão, eu era uma pessoa deprimida”. Isso eu ouço sempre em todas as formações, agora eu vou para Estrela e vou ouvir de novo isso. Eu fazer a seguinte pergunta aos beneficiários durante as visitas pedagógicas: “O que mudou na vida de vocês depois que vocês passaram a frequentar as aulas aqui?” Especialmente para os adultos. As crianças talvez não consigam abstrair isso, mas os adultos conseguem, e o idoso. “Mudou?” “Vocês estão se limitando a se encontrar com as pessoas só aqui ou em outros momentos também?”; “Aqui a gente vem, mas além daqui a gente está se encontrando fora, estamos nos encontrando em outros momentos, estamos fazendo laços de amizade”. E isso vai ficar, não é gente? Entendeu? Que é isso que fica. Se acabar o PELC esses laços de amizade vão continuar, então, acho que o PELC ajuda muito nisso. Ele como um Programa Federal, de abrangência nacional está muito longe.

L.M. – Gilmar, posso te fazer uma pergunta? Gostaria de saber. Tu és um formador? Dessas unidades todas que tu fez, vamos supor, em Santa Maria, Feliz, esses lugares todos que tu visitou e tu fez essa formação para esses agentes, tu tens notícia de que essa tua formação em algum momento, alguma deu errado? Que alguma não teve esse resultado efetivo que o PELC propõe? Que o Governo Federal com esse programa propõe para as pessoas? Em alguma dessas regiões que tu já visitou, que tu saiba ou que tu tenha notícia. Porque às vezes o programa nem sempre é perfeito, às vezes ele não consegue atingir e por uma questão política, uma questão de convênio, alguma uma questão de assim. E eu gostaria de saber se tu sabes disso e como o programa intervém diretamente quando há esta questão que não consegue atingir o objetivo?

G.T. – Eu sei... Bem prático, eu conheço dois municípios aqui da grande Porto Alegre inclusive, em que eu fui formador, tiveram problemas. Um deles o Ministério não renovou o convênio, porque percebeu que... E a gente percebia, nas formações quando se fazia as visitas pedagógicas que o trabalho não era articulado. Eu vou te dar um exemplo: Eu fui a um município que na época estava programada a visita do formador em uma associação comunitária para uma atividade. Cheguei lá neste local junto com o Coordenador Geral do Município, mais duas pessoas da Prefeitura. Chegamos naquele local, o espaço estava fechado e nem sequer o coordenador de núcleo estava presente, chegou muito depois sem a chave, ou seja, não acessamos o local, então eu te pergunto: “Não esta evidente que não havia trabalho ali? Não está evidente que não tem articulação nenhuma ali?” Bom, o resultado disso é que o Governo Federal... poderia renovar o convênio, não o fez, porque era um convênio do Pronasci e a possibilidade de uma renovação automática; renovação não é o termo correto, mas sim novo convênio, não ocorreu. Em um outro município também, e é um município que eu faço questão de dizer que era um município que o Prefeito era do mesmo partido do Presidente, ou seja, do PT, o convênio foi interrompido, tiveram que devolver o dinheiro, então existem essas coisas também. Esses exemplos são de município em que eu fui formador, mas tenho conhecimento de outros estados, do Rio especialmente, que as pessoas tiveram que devolver o dinheiro, e muito dinheiro, porque não deu certo, ou porque gerenciaram mal, ou não trataram com seriedade, várias razões. Problemas desde pegar dinheiro para contratar pessoas porque foram amigas de um político tal, então essas coisas acontecem, entre outros problemas.

P.J. – E na tua opinião o que poderia ser feito hoje no projeto para que ele pudesse se qualificar um pouco mais?

G.T. – Bom, o convênio tem alguns gargalos e que são complicados. Eu não sei se é possível dentro da legislação, se é possível fazer isso. Eu falei no termo renovação, não existe renovação. E eu percebo, noto e o Ministério também sabe disso, que em alguns municípios o PELC é muito bom, que eles mereceriam ter uma continuidade, um aporte financeiro para dar continuidade no programa, no novo convênio. Isso não ocorre, essa possibilidade não existe na velocidade que seria necessária para evitar interrupções entre um convênio e outro, no mesmo município. Deixa eu só voltar um pouquinho antes disso. O Ministério pensa, ele sabe que não tem recursos para todos os Municípios para desenvolver o PELC, então, o que tem como uma de suas premissas? É que com a implantação do PELC e o conveniamento do PELC a gente consiga mobilizar, eu digo a gente porque eu também sou parte disso, que a gente consiga mobilizar os gestores locais e as comunidades sobre a importância e a necessidade de assumir o PELC como política pública local, ou seja, que o prefeito consiga enxergar isso e consiga gradativamente colocar no seu orçamento e municipalizar o programa. Alguns Municípios conseguem. O Ministério está preocupado com essa realidade e percebe que precisa mais tempo de convênio e por conta disso passou de dez para doze, quatorze, vinte e quatro meses para dar mais tempo e mais recurso para que o município se organize e possa incluir no orçamento municipal os custos do programa. Em minha opinião e na opinião do Ministério, mesmo que tivesse um segundo conveniamento para dar continuidade, e isso não é fácil de resolver administrativamente, ou seja, ao concluir um convênio e retomar imediatamente um novo, demora muito tempo, as vezes demora quase um ano, então, ficar quase um ano parado, o trabalho fica

completamente desarticulado. E a gente sabe que trabalhar com comunidade, articular é difícil, desarticular é muito fácil, rearticular é mais difícil ainda. Esse é um dos gargalos dessa renovação, isso é um dos problemas. Bom, eu acho que o outro problema é essa a grande dificuldade financeira de poder expandir o PELC para vários locais. E o que mais eu acho que poderia ser? Bom, eu acho que esse é o maior problema do PELC: o excesso de burocracia. Burocracia para liberar o dinheiro, para liberar o recurso, por conta da legislação de aplicação de recursos. As Universidades Federais devem vivenciar isso e têm dificuldades, esse problema para os municípios fica ampliado para a terceira ou na quarta potência. E também, os municípios pequenos tem dificuldade de acessar o Ministério, é muito difícil. Tem município que acaba desistindo do recurso, não consegue captar o recurso porque não consegue entrar no SICONV, não consegue se apropriar do SICONV, não consegue dar conta da parte burocrática, enfim, esse mais dos problemas enfrentados no PELC.

P.J. – Gilmar, tem alguma coisa que a gente não perguntou e tu gostarias de comentar?

G.T. - Não, nós falamos bastante não é [risos]? Eu acho que o PELC é uma política pública que qualifica a relação das pessoas, hoje, é uma política pública muito séria, administrada e gerenciada por pessoas muito sérias, tanto do Ministério com a Ana Elenara¹⁷², não dá para falar de todo o Ministério porque eu conheço pouco as pessoas que, atualmente, estão gerenciando o Ministério, muitas pessoas mudaram, quanto da UFMG que tem uma equipe muito séria e qualificada. Quando uma política pública é tratada com seriedade, como ela vem acontecendo, a chance de ela dar certo é maior. Mesmo entendendo que ela perdeu espaço, e quando eu digo que ela perdeu

¹⁷² Ana Elenara da Silvas Pintos.

espaço é porque ela perdeu espaço de poder dentro do Ministério, mas perdeu também espaço financeiro e política pública não se faz sem recurso, aliás, não é que não se faz sem recurso, não se faz. Porque para desenvolver uma política pública, precisamos de três alicerces, três pilares: o recurso financeiro, humano e infraestrutura. Então, se tu não tens um dos três, não vai implementar uma política pública. Não adianta ter o recurso humano e não ter a infraestrutura, ou não ter o recurso financeiro. E hoje o PELC está, digamos, ele está magrinho perto do que ele já esteve. Tomara que esse novo Ministro... Ele apontou e o novo secretário apontou, também, que estão muito impressionados com a abrangência do PELC. E eu acho... Não acho, tenho certeza disso: o PELC é um Programa de abrangência social inigualável, especialmente o PELC Urbano. Ele atinge a criança, o adolescente, o adulto, o idoso e procura atender também as pessoas com necessidades especiais. Esse é um gargalinho que a gente também não consegue dar conta. Tem o PELC para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, tem também o Vida Saudável que abrange só idoso acima de cinquenta anos. Outros programas do Ministério, como por exemplo, o Programa Segundo Tempo é legal, mas trabalha com uma camada da população. O Programa Segundo Tempo Universitário, também, atua com uma camada da população. Esse programa, o PELC, a meu ver atinge todos, é um programa universal, e eu não conheço mas, pode ser que tenha um programa tão abrangente e tão universal quanto o PELC. Ele abre várias possibilidades, não é só esporte, não é só trabalho manual, não é só música.

P.J. – Era isso Gilmar. Em nome do Centro de Memória do Esporte quero agradecer tua disponibilidade para conceder essa entrevista.

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Joanna Lessa Fontes Silva

Entrevistado: Joanna Lessa Fontes Silva

Entrevistadora: Jamile Mezzomo Klanovicz

Data da entrevista: 20 de novembro de 2015

J.K. – Bom dia Joana!

J.S. – Bom dia Jamile!

J.K. – Agradeço a tua disponibilidade por conceder esta entrevista. E gostaria que tu iniciasse contanto um pouco da tua formação.

J.S. – Eu sou licenciada plena em Educação Física pela Universidade de Pernambuco, uma Universidade Estadual; sou mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e sou Doutora em Sociologia pela mesma Universidade, a Federal de Pernambuco.

J.K. – E como que a temática do lazer apareceu na tua trajetória?

J.S. – Na verdade o lazer, ele vem *lá* desde a graduação, porque eu participei do movimento estudantil, na Escola Superior de Educação Física de Pernambuco e naquele momento, era um momento muito efervescente de discussão das políticas públicas. Tinha um grupo muito atuante discutindo o direito ao esporte e lazer e como ele deveria ser materializado enquanto política pública. Como parte do movimento estudantil, nós fomos chamados naquele momento a contribuir com os companheiros que estavam discutindo sobre isso em Recife. Era um grupo muito atuante que também já tinha vindo do movimento estudantil de Pernambuco, da Educação Física. A partir da entrada do

PT¹⁷³ no governo municipal e na prefeitura eles tiveram um espaço que era a diretoria geral do esporte, para levar projetos, levar uma proposta de um projeto específico que se chamasse Círculos Populares de Esporte e de Lazer do Recife. Nós do movimento estudantil fomos chamados a contribuir desde o início, nós fomos fazer arrastão do lazer em uma comunidade de assentamento, de movimento sem teto, depois participamos dialogando com o pessoal na proposição, antes mesmo de já estar no governo, e nesse âmbito, de estagiária mesmo, é que eu participei de um projeto piloto em Brasília Teimosa com um grupo de idosos em que era exatamente esse estudo. Vamos dizer assim, como é que a gente deveria trabalhar com esse direito do esporte e lazer na prática, o que é que isso significava, e a gente já trazia algumas experiências que os colegas tinham acumulado junto a esses espaços que estavam muito efervescentes. Tinha o seminário de políticas públicas, esporte e lazer que estava acontecendo muito naquele momento, tinham experiências municipais que já estavam em curso. Eu não sei se precisar bem, porque naquele momento eu não tinha a consciência que eu tenho hoje. Eu consigo olhar para trás e me localizar, mas naquele momento eu ainda não estava tão atenta a essas coisas. Eu não sei precisar algumas coisas com muito detalhamento, mas eu lembro que o grupo foi para o seminário de Caxias do Sul¹⁷⁴, o seminário de Políticas Públicas era um momento muito efervescente. A partir desses movimentos nos Círculos Populares é que daí em diante o lazer foi continuando a me... [risos].

J.K. – E como que tu iniciou o teu envolvimento com o PELC?

J.S. – Tem uma forma direta e uma forma indireta [risos]. Do ponto de vista mais direto, eu iniciei meu vínculo com o PELC, acredito que em 2008. Foi quando eu assumi como formadora a partir de um chamado,

¹⁷³ Partido dos Trabalhadores.

¹⁷⁴ Município do estado do Rio Grande do Sul.

eu não lembro ao certo se foi um chamado ou um edital, meio que uma convocatória. Eu não vou lembrar ao certo o que é que foi, mas foi quando juntou o que a gente chama de o Grupo dos setenta e sete. Eu participei como formadora do PELC e fui me engajando, acho que eu fiquei 2007, 2008, e como eu tinha bolsa de mestrado na época, eu me desliguei, porque começou a funcionar como bolsa e depois fiz uma seleção para consultora regional e passei no Nordeste. Agora estou como articuladora regional. E de forma indireta, porque o PELC ele emerge, na verdade, dessas experiências anteriores que eu já tinha tido, a gente sempre fala: “Belém, Recife e Porto Alegre são as cidades que inspiram o PELC”. E a gente em Recife fazia convênios com o Ministério do Esporte através do PELC para colocar os Círculos Populares em ação, porque na verdade a diferença entre os dois projetos estava muito mais ligada às especificidades locais do que propriamente uma diferença de projeto. Os Círculos Populares, mesmo os círculos tendo surgido antes do PELC, eles eram o *nosso* PELC de Recife, vamos dizer assim. E tinha esse vínculo institucional com o Ministério do Esporte.

J.K. – Certo! E tu poderias falar um pouco mais sobre o que seriam esses Círculos Populares?

J.S. – Sim, os Círculos Populares do Esporte e Lazer foi um projeto municipal, na verdade, foi um grande projeto que se tornou programa e voltou projeto, que orientou as políticas públicas de Recife. Como projeto, ele estava muito pautado nos Círculos de Convivência, semelhante ao PELC. Nós difundimos, nós íamos para as comunidades criar núcleos de esporte e lazer e levando atividades variadas, discutindo com a comunidade, apresentado o projeto, implantando, uma série de coisas. A experiência de Brasília Teimosa¹⁷⁵ foi muito

¹⁷⁵ Bairro de Recife.

interessante, inclusive, porque nós chegamos lá a partir de uma demanda que estava colocada, ao mesmo tempo, no orçamento participativo que tinha indicado aquela área como uma área de intervenção, que estava solicitando, e, a partir das lideranças políticas, naquele momento, que colocavam que queriam uma atividade da prefeitura lá. A gente vai, então, conhecer Brasília Teimosa, fazer porta a porta, a gente vai apresentar no Conselho de Moradores o projeto e discutir se aquele projeto efetivamente iria para lá. Fizemos reunião com as lideranças comunitárias, eu lembro muito claramente, uma reunião com a liderança comunitária em um teatro que nós temos lá, o Teatro Barreto Júnior e quem estava à frente naquele momento era Jamerson Almeida¹⁷⁶, que é um dos... Digamos que é um dos pioneiros em Recife, que estava à frente deste processo. A partir disso eles topam o projeto e a gente começa a ter oficinas de cultura corporal, ou seja, vários conteúdos para os idosos, e um trabalho muito bacana, porque era ao mesmo tempo, lidar com as expectativas que estavam sempre colocadas para o idoso, que é de fazer algum tipo de exercício físico com a possibilidade de efetivamente conhecer a cultura. Era muito gostoso, porque a ginástica, por exemplo, ela não se limitava a ginástica localizada; a gente foi levar a ginástica olímpica, a ginástica artística, e todo mundo: “Mas, como é que os idosos vão fazer Ginástica Artística?” Elas faziam, velinhas, coisas bem elementares, mas que traziam para esse grupo, além do exercício físico, como conhecimento real, delas dizerem: “Viu, tá vendo, eu já fiz Ginástica Artística!” Não é no nível do rendimento, mas tem toda uma apropriação. Depois, além disso, na verdade paralelamente, as coisas não são muito sequenciadas; iam se estruturando ações para as diversas problemáticas que estavam lançadas, teve a criação do Esporte do Mangue e era voltada para a juventude, principalmente, a juventude radical que tinha uma demanda muito forte na cidade,

¹⁷⁶ Jamerson Antônio de Almeida.

porque *sofria* muito com a repreensão policial, com os estigmas. Tinha outro projeto que era sobre o futebol de várzea, que era outro grupo muito ativo que, de forma geral, era recebido nas políticas públicas a partir de moeda de troca. E eles mesmos só sabiam fazer isso, eles só sabiam ir para a prefeitura pedir medalha, material e dinheiro, e a gente conseguiu construir com eles outra relação. A gente construiu um campeonato que era todo discutido e, lógico, com todas as resistências, todas as dificuldades. Mas era exatamente esse processo de construir uma *cultura* nova, uma cultura de participação, que era diferente para os projetos e ia se criando outros elementos. A formação que era muito importante para a gente nos círculos, na verdade era isso que estruturava a possibilidade da gente efetivamente conseguir dar conta desse desafio e as pessoas terem muito claro o que era criar essa cultura diferente, cultura de participação, cultura lúdica, o que era pensar o esporte e lazer de uma forma diferente.

J.K. – E como que ocorreu a tua preparação para se tornar formadora do PELC?

J.S. – Eu me torno formadora exatamente por essas experiências dos Círculos Populares, então, por causa dessa experiência, a gente vai para a formação do PELC com muita tranquilidade, com muito conforto, que era expandir a experiência que a gente já tinha vivido localmente para ir para o PELC. Eu lembro que as nossas formações, eram formações bem pancada, era Gramsci¹⁷⁷, Paulo Freire, Pistrak¹⁷⁸, eram formações que a gente tinha que ler os autores, a gente tinha que discutir, a gente tinha que refletir sobre isso, e tentar fazer as relações. O Coletivo de Autores¹⁷⁹ estava muito na base das nossas reflexões e era muito isso, ter contato com as experiências que estavam

¹⁷⁷ Antonio Gramsci.

¹⁷⁸ Moisey Pistrak.

¹⁷⁹ Referência ao livro “Metodologia do Ensino da Educação Física”, do Coletivo de Autores publicado pela Editora Cortez em 1992.

colocadas, como mais avançadas, como por exemplo, o Teatro do Oprimido. A gente fez oficinas, a gente trouxe vários colegas da Educação Física para dialogar com a gente sobre o que estava sendo proposto naquele momento sobre esporte, sobre dança, sobre lazer, então, era um processo de reflexão bem pancada [risos].

J.K. – E hoje, quais seriam as tuas atribuições como articuladora?

J.S. – Como articuladora... Eu preciso dizer que eu morro de saudades de ser formadora, porque formadora tem uma relação, com a prática, com os convênios, com as cidades, que é muito diferente e é muito gostosa. Eu lembro com muito carinho das várias formações que eu fiz dentro do PELC e, inclusive, nesse desafio de criar estratégias para colocar a perspectiva de construir junto, em prática. Como articuladora hoje, a gente fica mais nesse papel de tentar aprimorar, não sei se é aprimorar, mas de dialogar, de orientar essas questões pedagógicas que hoje estão sob o comando da UFMG¹⁸⁰ em parceria com o Ministério do Esporte, então, a partir dessa construção que é feita dentro do grupo que está lotado aqui na UFMG buscando contribuir. A gente se volta para orientar os programas, para discutir o embasamento que está sendo dado pedagogicamente para as ações. Aqui nesse encontro, por exemplo, a gente está com uma reflexão muito grande sobre a questão da Educação Popular, como é que essa discussão da Educação Popular foi se perdendo, um pouco, ao longo do tempo pelas demandas mesmo que estão colocadas pelo projeto, demandas técnicas, demandas políticas, e etc. A gente hoje está fazendo uma retomada, uma volta, *opa*, o que é que ficou, o que é que precisa se reatualizar, e a gente vai construindo um pouco junto na verdade, essa articulação, temos um grupo de articuladores muito experiente. O articulador, ele não tem, ainda que não tenha, como não

¹⁸⁰ Universidade Federal de Minas Gerais.

ter um processo hierárquico, por causa do nível de responsabilidade, mas ele se coloca mais em um papel colaborativo, de orientação, de organização das atividades do PELC, e de tentar olhar para os documentos que a gente está criando, e extrair algumas informações que nos ajudem a avançar.

J.K. – E como que as tuas experiências como formadora contribuíram para essa tua função atual?

J.S. – Decisivamente, ser formadora foi poder conhecer a minha própria realidade. Eu tive a alegria tanto como formadora como consultora, no primeiro momento, de estar lotada no Nordeste que é a minha região, e de com isso conhecer a realidade *mais...* Vamos dizer assim, porque precária não é um nome que engloba o todo, porque tem a precariedade, mas tem as singularidades das questões nordestinas, e o interior do Piauí, o Maranhão, o interior do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Aracajú, acho que o único estado que eu não fui, foi a Bahia. Não fui para nenhuma cidade, mas os outros estados, eu fui para algumas cidades e pude ter esse contato com a realidade local. O que as pessoas efetivamente pensam, querem, estão vivenciando para o bem e para o mal. Para o bem, no sentido que tem os seus modos de vida que são muito próprios, e para o mal que a “TV” consegue chegar onde Deus não chega [risos], para ser pouco radical. A construção de uma cultura hegemônica e homogênea, ela está muito forte, ela choca com a construção do PELC, e esse para mim é um grande desafio. Eu lembro que eu fui para Assu no Rio Grande do Norte, estava como consultora nesse momento. Eu fazia uma reflexão com um grupo lá, um grupo de futebol que tem em todos os PELC, eu acredito, acho que não no Vida Saudável, mas o PELC sempre vai ter uma turminha de futebol, e eu dizia: “Que legal, vocês estão vivenciando futebol, futebol não, futsal, porque era em uma quadra... Vocês estão vivenciando

futsal, mas vocês tem um desafio que é criar o futsal de Assu, então, vocês precisam conhecer tudo do futsal, como ele está sendo trazido para vocês. O desafio é a partir desse conhecimento criar o futsal de Assu, porque tem o futsal que vai ser de Assu e de nenhum outro lugar”. *Essa precisava ser a diferença, e falando sobre isso eu lembrei da minha primeira formação que foi muito marcante. Foi em Campina Grande*¹⁸¹ com o SESI¹⁸², e assim o sistema “S”. Ele tem uma grande contribuição no lazer, mas do ponto de vista da forma como ele se estrutura na sociedade, a gente fica, digamos, sem imaginar como vai ser o processo. O PELC de Campina Grande era uma parceria do SESI com o Ministério do Esporte, que naquele momento ainda fazia convênios com outras instituições que não fossem, necessariamente, prefeitura e governo do estado. O que infelizmente isso não pode mais ser feito. E eles solicitaram o PELC, mas eles entraram com um primeiro desafio, que era: as atividades do SESI são só para o pessoal que tem relação com a indústria, relações familiares e tal, e são *pagas*, uma taxa menor, mas são pagas. E eu chegava lá para dizer: “Não, o PELC não pode ser pago, e o PELC não pode restringir só as famílias dos industriários”. Eles *deitaram*. “E agora?” [risos], “O que a gente faz, onde fomos nos meter?” [risos] Mas foi muito gostoso, porque o grupo que foi colocado naquele momento, era um grupo *muito disposto*, e disposto inclusive a refletir. E eu lembro que quem ganhou o apelido da época, que eu não sabia se era ótimo ou se era péssimo. Eram as duas coisas, porque se é as duas coisas você anula. Era de uma coordenadora fantástica lá da Bahia, que dizia: “Joana, você é uma palavra cruzada nível difícil”. [risos] “Você está trazendo muita coisa nova para a gente, e a gente está tentando entender e estabelecer essa relação”. Só que acho que o trabalho... Eu acho que o ótimo está apontado no final, porque eu tive... Eu acompanhei os três módulos, aliás, eram dois módulos na época, que era módulo introdutório e

¹⁸¹ Município do estado brasileiro da Paraíba.

¹⁸² Serviço Social da Indústria.

avaliação. O módulo de avaliação nesse desafio de construir junto, eu queria que eles participassem mais, eu enviei uma carta para os coordenadores, dizendo que a gente iria começar a construir o processo e que queria muito a participação deles e queria que eles respondessem algumas perguntas. Eu perguntava quais eram as expectativas em relação à formação? O que é que eles gostariam que tivesse contemplado? E eles responderam e, a partir das respostas deles, eu construí a programação. Quando eu construo a programação que mandam, eles: “Joana, fizemos algumas modificações, considerando algumas reflexões, inclusive, que você fez com a gente. No segundo dia da formação, nós estamos garantindo a ida a uma fazenda que vamos ter banho de piscina, vamos ter diversas atividades, já que você nos falou que o esporte e lazer são um direito e não são um direito só da comunidade, são um direito também dos agentes sociais”. [risos] Era um argumento, né? [risos]. Isso significa que o meu trabalho tinha dado certo até o ponto que a argumentação para se fazer todo um processo de lazer com os próprios agentes estava dada, passava pelo direito e foi muito bacana. A gente fazia as oficinas nessa fazenda, a gente dormiu na rede embaixo da árvore, e por ser a formadora todo mundo tira foto: “Olha a Formadora dormindo embaixo da árvore!”[riso] E foi muito gostoso a formação com eles, e das próprias alternativas e perspectivas que eles criaram para lidar com essa outra realidade, que era a realidade deles, que era a realidade de SESI, não era uma realidade de ONG¹⁸³, não era realidade de prefeitura e foi muito bacana. Essas vivências é que me possibilitaram acessar ao PELC de outro olhar. Eu acho que se eu não tivesse tido essas vivências, esse contato com a realidade, seria mais difícil para mim, me manter em uma perspectiva de tentar garantir que a realidade local seja, efetivamente, a prioridade, seja efetivamente, este elemento que precisa flexibilizar, do técnico ao

¹⁸³ Organização Não Governamental.

político e ao pedagógico. É algo que eu tenho uma... Tem uma poesia do Drummond¹⁸⁴ que todas as formações eu levei, inclusive com a voz dele que é linda, que é “Mãos dadas” e que ele fala bem isso: “O meu tempo é o tempo presente, ainda que eu considere o futuro e o passado, o meu tempo é o tempo presente”. Então é muito isso, como é que a gente lida com o hoje, mas também nesse diálogo com as coisas que estão se perdendo a partir das contradições desse hoje, a partir das contradições que estão sendo colocadas nesse presente.

J.K. – E quais seriam as diferenças nos planejamentos das formações entre o PELC Todas as Idades, o PELC Povos e Comunidades Tradicionais e o Vida Saudável?

J.S. – Do ponto de vista ideal ou do ponto de vista real? [risos]. Do ponto de vista real, eu acho que a gente está em um processo de construção dessas diferenças, porque o PELC surge em uma perspectiva de todas as idades, exatamente, tentando abarcar essa dimensão mesmo universalizadora, que é uma das diretrizes do PELC. Ele abrange o Vida Saudável por uma demanda que vai sendo posta naquele momento que é esse trabalho com a pessoa idosa. Quando vem os Povos e Comunidades Tradicionais vem por uma demanda de articulação política mesmo. Os Povos e Comunidades Tradicionais estão em pauta política do governo no momento e entram na agenda do PELC. Só que você conseguir fazer as devidas transposições para a realidade tanto dos próprios... Cidades que devem receber os convênios, como de nós da equipe formadora... Não é algo simples, porque, por exemplo, os Povos e Comunidades Tradicionais, eles sempre nos colocam em cheque. E é uma reflexão que a gente fez aqui e que a gente tenta lidar ao máximo, por exemplo, os Povos e Comunidades Tradicionais tem uma dificuldade de relação histórica

¹⁸⁴ Carlos Drummond de Andrade.

com as prefeituras, porque as prefeituras tenderam historicamente a invisibilizar esses povos as prefeituras encaravam esses povos como problemas e como atraso, só que hoje o PELC só pode fazer convênio com *instituição pública*. Quando você faz um Povo e Comunidade Tradicional com a prefeitura, você tem que ralar para chegar efetivamente [risos] no Povo e Comunidade Tradicional porque a prefeitura tende a trazer ao seu centro. A mesma coisa, quando a gente vai estar o contrário. Você faz um convênio... Agora as meninas estavam relatando, Campinas do Piauí, não Campinas do Piauí é PST¹⁸⁵, mas tem outros convênios... Deixa eu ver se eu lembro um exemplo concreto, que é mais tranquilo. É, não estou lembrando um exemplo concreto, mas a gente tem muitos convênios com cidades pequenas do interior dos estados, e que muitas vezes tem esses Povos e Comunidades Tradicionais, mas eles próprios não têm esse conhecimento e a gente tem que estar preparado para *cavar* um pouco da realidade. E para ver isso nos programas, termina muitas vezes vindo a realidade que a equipe, digamos assim, que está colocada lá, os coordenadores de forma geral, que a gente para fazer a programação tem mais contato, os formadores diretamente e a compreensão que o formador teve a partir da pesquisa que ele fez em relação aos locais, tem a questão do acúmulo, as questões das diretrizes. Os programas, eles terminam dialogando muito com as questões dessa realidade. O Vida Saudável que agora se emancipou, mas que para mim ainda é muito PELC, é quem eu poderia dizer que traz diferenciais nos seus programas, pela questão do envelhecimento mesmo. O tema do envelhecimento que não tem como fugir, é independente e que é algo que as nossas diretrizes já apontam como uma necessidade de aprofundamento, mas a gente está fazendo um esforço de tentar garantir, por exemplo, nos programas dos Povos e Comunidades Tradicionais a própria discussão, pelo menos do marco

¹⁸⁵ Programa Segundo Tempo.

legal dos Povos e Comunidades Tradicionais, da questão de identidade e território, com elementos que precisam estar colocados lá efetivamente.

J.K. – Hoje tu realiza alguma visita nesses núcleos?

J.S. – Não necessariamente, na verdade a visita é uma indicação minha. Se tem algum convênio que identifico que tem alguma problemática, eu vou fazer essa visita, como consultora regional. Eu tinha mais esse papel de visitar, hoje é menos.

J.K. – E na época que tu era formadora, como que tu planejava e organizava as formações?

J.S. – Era uma delícia! Como eu falei o exemplo de Campina Grande tinha um primeiro momento de pesquisa muito grande sobre a cidade, e a pesquisa ia desde os pontos de vista das questões mais de informação, de conhecimento geral, quanto à população do município, como eles se configuravam economicamente, se ele era mais rural ou mais urbano, essas coisas. Eu acho que principalmente, por uma questão específica minha, as questões culturais e locais e uma orientação que o PELC também trazem para essa questão da valorização da cultura local. Eu sempre procurava poesias que são de pessoas de lá, músicas de artistas de lá, coisas que pudessem fazer, trazer esse debate... E paralelamente, um contato com o convênio, que ia depender do próprio convênio se ele já estava mais estruturado tinha um contato com o coordenador, com a pessoa responsável no Módulo Introdutório. Naquele momento, a gente tinha uma facilidade, comparando hoje com a realidade que os formadores têm, porque como era uma relação muito de fazer *aquela* formação, então a gente tinha toda uma disponibilidade colocada, a gente conseguia mergulhar

mais nessa coisa. Ia dialogando com os responsáveis pelo convênio, no sentido de estruturar, algumas vezes conseguia que ele trouxesse sugestões, outras vezes não. Já no Módulo de Avaliação, a coisa já toma um pouco de forma porque era quando conseguia, efetivamente, que as pessoas participassem, elas já tinham feito, as coisas estavam em andamento. Era dialogar sobre a programação, sobre o que deveria ter, como foi o caso de Campina Grande, que eles estruturaram muita coisa, era orientá-los sobre a questão dos relatos de experiência, que coisas eles precisavam pontuar para estar presente, e a partir disso, construir junto, essa programação e também sempre fiz questão. Eu fazia meio que uma apostila, então, eu pegava textos que eu achava interessantes relacionados a cada diretriz, relacionado aos temas principais, um pedaço do manual de implementação, e colocava. Fazia um caderninho mesmo e levava, pedia para eles tirarem xerox, e aquilo também era uma forma da gente se basear e eles terem um referencial para acessarem sempre sobre o programa.

J.K. – E quais estratégias metodológicas tu costumava utilizar?

J.S. – Tudo que tu imaginar, assim, eu lembro que eu usava desenho, colagem, dinâmicas variadas, pintura a dedo, teatro, música, as próprias oficinas esportivas, dança. E aí estava muito ligado também ao que tinha no local. Caça ao tesouro, adoro fazer caça ao tesouro ou caminhada orientada, dependendo do lugar, se dá tempo de fazer uma examinação, dá tempo de colocar os prismas, trabalho muito com “slides”, principalmente, com foto, tentando trazer a questão dá... Porque eu gosto muito da reflexão que o Victor Melo¹⁸⁶ faz sobre animação cultural, sobre a educação de sensibilidade, e as minhas escolhas metodológicas sempre passavam por isso. Não bastava para mim, falar, eu precisava fazê-los sentir, então, essa era uma demanda

¹⁸⁶ Victor Andrade de Melo.

muito forte para mim, precisa fazê-los *sentir no corpo*, vamos dizer assim, alguns elementos e esses elementos iam desde a desigualdade social, eu lembro que eu usava muito o Ilha das Flores¹⁸⁷, que era uma forma de colocar como ponto de partida, corporalmente, essa desigualdade social. Tinha outro que eu achei também, que era um grupo sobre os direitos humanos, Direitos Humanos, a exceção e a regra, que também é muito bom, na verdade é um curtazinho feito todo com fotos, que era a divulgação que eles construíram para uma série de curtas sobre direitos humanos que foi realizado, e era muito bacana. participei do PELC PRONASCI¹⁸⁸, tinha discussão de juventude, e era fazer roda, era discutir com o que existia naquele momento na cidade e os próprios conhecimentos dos agentes, o que eles traziam de conhecimento para a gente refletir junto. Teve várias coisas, depois eu mando os programas para vocês, eu tenho tudo guardado, eu tirava foto dos cartazes, fazia um relatório final bem contextualizado para mandar para o próprio convênio, tinha tudo, poesia, música, todas as estratégias que fizessem isso, que fizessem as pessoas sentirem, como o PELC deveria fazer sentir, acho que era um isso.

J.K. – E que resultados, tu consegue observar nos agentes e nos núcleos a partir dessas formações?

J.S. – Era muito variado, porque é essa coisa. Eu assisti a uma palestra agora a pouco do falando da pesquisa ação, e era a primeira coisa que ele dizia: “Participar é uma relação de escolha também do sujeito”. Quando os sujeitos se engajavam eles tendiam a ter uma relação de emoção com o PELC, e aí os Módulos de Avaliação tendiam a ser muito emocionantes por isso. Por que a gente fazia todo um esforço do sentir e o sentir trazia muita emoção, e os resultados no

¹⁸⁷ Referência ao curta-metragem Ilha das Flores, dirigido por Jorge Furtado (1989).

¹⁸⁸ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

mínimo eram mais assistencialistas, vamos dizer assim, porque acho que o primeiro ponto, a gente se sensibiliza e a gente se toca no sentido de dizer: “Eu preciso ajudar, preciso fazer algo para ajudar!” Até uma reflexão mais aprimorada de construção do direito social coletivamente, então, a gente ia de uma coisa até a outra, vamos dizer assim... Então, a gente percebia que alguns agentes pelo menos tinham essa sensibilização quanto à desigualdade social que estava instalada, e que o esporte e lazer estavam fazendo parte daquilo, não era algo que estava desconectado disso, *até* uma reflexão maior sobre a necessidade de políticas públicas, de se estruturar o esporte e lazer dentro da cidade, de se buscar maiores ações dentro das próprias instituições governamentais. Então tinha... Tiveram várias, Maceió foi um exemplo belíssimo, uma ONG, era uma ideia. Sabe aquela coisa, a semente que já está colocada? Aí você joga a semente, e a semente irriga, assim, faz uma árvore linda, foi muito... A minha visão de Maceió, eu tenho um videozinho para passar para vocês, foi muito disso, eles efetivamente criaram o PELC de Maceió, eles efetivamente deram a cara de *cada* bairro e de suas contradições, desde os bairros mais engajados até os que tinham uma dificuldade maior de politizar as reflexões, e aí eles fizeram banda de latinha. Eles conseguiram estruturar vídeo, oficina de vídeo, se articular com um ponto de cultura que já existia na região, fortalecer, criar, eles criaram um festival lindo, integrando diferentes núcleos, e aí tinha essa coisa do núcleo menos politizado, mas participava junto com o mais politizado e as coisas iam formando relações que a gente nunca sabe onde vai dar, e aí foi um trabalho muito bonito deles saberem e deles questionarem o poder público. E aí eu lembro que tinha Jaraguá, que eles conseguiram a partir do PELC fortalecer uma liderança para ocupar a associação dos moradores, garantirem um ponto de cultura para lá, e brigar por um território pesqueiro que estava sendo disputado para a instalação de um shopping empresarial, alguma

coisa assim. E aí por muito tempo ainda a coordenadora me mandava: “Olha Joana, a gente está fazendo isso, as meninas estão engajadas”. E aí fizeram uma exposição linda na nossa formação de avaliação, era eu e Diná¹⁸⁹ na época, então, uma rede de pesca com as fotos... Então se apropriava dessa construção, mas a partir muito disso, se era uma população que estava solicitando este direito, eles *agarravam* o direito com todas as suas forças, outras populações que já não precisavam, era algo a mais. Não necessariamente, por vezes, era vivenciar com muita alegria, mas não passava do vivenciar, muito dinâmico essa questão dos resultados, mas acho que a gente tem resultados muito bonitos, muito bonitos. Acho que essa coisa do engajamento, do envolvimento elas também cativam, por isso que para mim é muito forte essa coisa do sentir. O outro ele também sente o teu compromisso, e a tua disposição e ele se permite ou não se engajar nisso, e não necessariamente passa por um processo de reflexão racional, que precisa vir junto, mas que não necessariamente passa. Então é muito legal!

J.K. – E tem algum acompanhamento dos núcleos após o fim do convênio deles?

J.S. – Não!

J.K. – Não.

J.S. – Não tem, na verdade os PELC's que conseguiram ter continuidade, algum tipo de renovação, alguma coisa, é que são experiências acompanhadas, porque vieram renovando. Nem tem renovação né, mas vieram conseguindo junto ao Ministério ter outra parceria... Tanto que outra coisa que mudou no PELC foi essa questão

¹⁸⁹ Diná Teresa Ramos de Oliveira.

da duração, que era só um ano e virou dois anos, pelo reconhecimento disso, tu não tinha como que o direito arraigasse a cidade com *um ano*, com um ano as pessoas estão começando perceber que aquilo parece ser importante para a sua cidade [riso], então, quando a gente fala de sociedade, os processos... O tempo ele é diferente, acho que era legal a gente criar um relógio social, assim, para perceber que, a nível de sociedade, o *tempo*, ele é muito diferenciado, muito diminuído, então, não, a gente não tem acompanhamento, no máximo quem manteve algum tipo de relação com os convênios pode ter um diálogo, mas não.

J.K. – Não tem.

J.S. – Não, terminou com o PELC.

J.K. – Tu percebe que os núcleos tem obtido êxito no processo de municipalização?

J.S. – “Es la question?” [risos]. Eu acho que do ponto de vista institucional o esporte e lazer ganhou visibilidade, mas é complicado você dizer que não avançado com a quantidade de secretaria, de diretoria que se criou no Brasil inteiro. Então, do ponto de vista da institucionalização, eu acho que no *mínimo* a gente gerou inquietação. E gerou inquietação que essas políticas podem ser melhores e maiores do que eram, a maioria, geralmente, inexistente. E aí, quando a gente vai para município pequeno isso é muito forte, isso é muito forte. Por outro lado, acho que as *questões políticas*, e aí, a situação que a gente viveu hoje no Ministério do Esporte, é um retrato disso, ainda fazem com que o esporte seja a necessidade *não básica*, vamos dizer assim, a necessidade não básica que no final pode ficar para depois, pode ser rifada de alguma forma por interesses políticos, então, isso faz perder muito. Em Recife a gente teve esse processo muito forte,

principalmente, quando você tem um embate político *forte*, a tendência é do grupo que vem, de querer te fazer desaparecer, mas você não consegue fazer desaparecer quando arraigou na cidade. Então, por exemplo, uma grande sacada do CPEL¹⁹⁰ foi ter conseguido se espriar, assim, na cidade e formar pessoas, os agentes sociais eles são fundamentais. Na verdade se o PELC consegue deixar alguma coisa, é pelas pessoas que ele forma, e aí é muito legal quando a gente volta para algum convênio, ou conversa com algum gestor e aí você vê que os agentes formados pelo PELC, estão no Segundo Tempo, estão no Projeto Cultura, estão em tudo que é canto. Por que é isso, quando você forma as pessoas, as pessoas vão dar continuidade aos processos, mas de um ponto de vista mais institucionalizado ainda é uma moeda de troca o esporte e lazer. A gente ainda não tem uma pesquisa sobre isso, que seria legal a gente ter esse retorno, mas do ponto de vista da minha percepção é isso, a gente tem um impacto, acho que até indo um pouco com o que eu trabalhei na minha tese, acho que a gente criou uma figuração social mínima, que as prefeituras requerem, então, é muito difícil você ver uma prefeitura que passa por um PELC ou outros projetos, que conseguem não fazer mais algum tipo de projeto para o município. Isso não quer dizer, porém, que ele vai estar sendo realizado do ponto de vista da sua politização, de não ser algo só assistencial, só da atividade pela atividade, mas eu acho que esse primeiro passo da estrutura do projeto, a necessidade de olhar para o esporte e lazer, nesses... Acho que a gente está há doze anos com o PELC, e essas políticas todas devem ter uma margem de quinze anos, e nesses quinze anos acho que é o que a gente consegue fazer avançar, e aí dependendo das questões políticas, alguns municípios conseguiram, efetivamente, institucionalizar o PELC, com alguma experiência similar e outros não.

¹⁹⁰ Círculos Populares de Esporte e Lazer do Recife.

J.K. – E há algum núcleo que tu tenha acompanhado mais próximo, e que esta experiência tenha te marcado?

J.S. – Pois é eu acho que Campinas Grande foi uma experiência marcante, essa experiência no SESI; Maceió foi uma experiência muito marcante, devido a esse elemento. Tive a oportunidade de acompanhar na minha própria cidade, o governo de Pernambuco e a Universidade Federal fizeram um convênio na época e eu fui formadora. O governo de Pernambuco, *nossa* foi uma oportunidade fantástica de relação com o meu próprio estado, e suas contradições, por outro lado, infelizmente, foi o convênio que... Por essas questões políticas, *nossa*, *sofrido* [risos], *difícil, difícil*, e você via, claramente, as dificuldades que eram colocadas, mas agora assim, de lembrança e acho que são as que ficaram marcantes mesmo, é lá de Maceió e Campina Grande, acho que são os dois. O Lauro de Freitas também, apesar que foi o PELC/PRONASCI que eu não lembro se eu fiz todos os módulos, acredito que não, mas também foi tudo muito marcante pela diferença da própria constituição da cidade. Era uma cidade muito negra, e eu cheguei a ter sido... Do preconceito às avessas, a agente social, eu discutindo preconceito, foi dizer: “O professora...”. Todo mundo refletiu, concordando e tal: “Professora, mas tem o contrário também, minha vó que me criou que era negra, ela me colocava em cima do telhado para pegar sol para eu ficar com cor de gente”. [risos] E é claro que a gente sabe que é exceção, não é regra e a gente faz toda uma discussão, mas eu lembro que isso me marcou muito forte, das contradições que estão colocadas no próprio espaço e eu lembro que foi um “uá”, todo mundo espantado e ao mesmo tempo rindo e eu tentei exatamente mostrar para ela, que esse processo também é um processo de resistência, é um processo de exclusão social que estão impostos para aquele grupo, mas foi algo incrível. Eu acho que esses três são os que me veem mais forte a memória agora. Tem Várzea da

Paraíba também, mas que depois eu não pude continuar. Eles fizeram avaliação em um momento que eu não tinha como estar perto, infelizmente, uma cidade de dois mil habitantes que jurava que não tinha desigualdade social. A desigualdade social mais invisível, porque ela está nas ruas, e foi muito legal a gestora dizendo: “Joana, você nos alerta para uma coisa que a gente não tinha pensado, as pessoas tem vergonha”. Por ser uma cidade muito pequena as pessoas tem vergonha de passar necessidade, elas passam necessidade dentro de casa, não quer dizer que necessidade não existe, mas é uma outra forma de desigualdade social que está colocada e foi uma reflexão muito bacana, muito bacana, mas aí vinha também os mitos e tabus que são criados nos interiores do nordeste brasileiro: “Joana, você é muito inteligente você tem que ir para São Paulo”; “Menina você está se perdendo, você tem que ir para São Paulo”. E aí era isso, o ideal que era criado para essas cidades é São Paulo, não era a sua própria cidade, não é nem João Pessoa [risos], é São Paulo. Então eu tenho lembranças muito legais desses processos de reflexão, foi um processo. Eu aprendi mais, eu aprendi muito, foi um aprendizado na veia, sobre o que é efetivamente tudo isso que a gente se propunha no PELC.

J.K. – E dentro do PELC tu consegue identificar alguma coisa que deveria haver alguma melhora?

J.S. – Eu acho que nós temos muitos desafios, e o desafio maior é que a gente está em uma conjuntura muito difícil, então, eu lembro... Eu estou escrevendo um artigo sobre educação Popular agora para a revista e fazendo essa reflexão, e aí uma das coisas que o Gadotti¹⁹¹ fala no livrinho dele “O que é Educação Popular”, é toda aquela movimentação da educação de adultos, todos os movimentos de educação e cultura popular que foram criadas surgiram, a partir de

¹⁹¹ Moacir Gadotti.

uma conjuntura e de um contexto social muito favorável, muito disponível a resolver os problemas sociais que estavam colocados. E quando a gente começa o PELC, a gente está nesse sentimento, a gente está em governos democráticos populares que estão na esperança da população, que estão efetivamente a disposição da população para *mudança*, para resolver os seus problemas sociais, para modificar as estruturas desiguais que estão colocadas. É um momento de muita esperança, de muita criatividade, de muita disposição, de muito engajamento e hoje a gente está exatamente no revês, exatamente de desencanto, de desesperança, de achar que aqueles que a gente colocou no poder, se engajaram na estrutura burocrática de tal forma que não conseguiram romper com algumas coisas importantes; que a esperança pudesse dar continuidade, mas tenho dúvidas também se diante do processo social mais amplo se essa esperança tem como durar muito mais tempo, mas é uma coisa histórica, que faz parte do nosso contexto social de disputa mesmo, de disputa política, acho que o PELC eu acho que hoje ele tem um primeiro desafio que é o de sobreviver. [risos] O primeiro desafio hoje do PELC é de sobreviver mantendo princípios dentro de uma conjuntura política que é de desesperança, que é de negação de toda uma contribuição histórica e política que foi dada pela esquerda no Brasil, e que hoje a mídia faz questão de colocar como se fosse só balela, como se, efetivamente, isso não tivesse acontecido na prática. Eu acho fantástico os relatos quando a gente vai para as comunidades mesmo, a gente fez uma atividade lá na rural, e chamou os agricultores, eu estou muito envolvida na questão da extensão rural hoje, que é onde eu trabalho, e aí um colega que é muito esquerdista foi fazer uma discussão sobre as políticas de governo, muito assistencialistas, e que o PT e que a esquerda fez, aquele discurso bonito de que a esquerda se perdeu, o PT não fez nada. E um agricultor com muita propriedade disse:

“Amigo, só quem pode saber a importância do Bolsa Família¹⁹², é quem viveu, mais ninguém, então, não venha dizer que Bolsa Família não presta, porque você não foi lá saber a diferença que isso fez na vida da gente”. A mesma coisa um colega da Federal do Piauí¹⁹³, por exemplo, que diz: “Joana, a energia elétrica chegou agora no interior do Piauí, uma coisa que é tão tradicional para a gente, mas que chegou agora, trator, carro pipa, só puderam ser acessadas na maioria das cidades, por causa desse governo”. Uma coisa que as pessoas às vezes não olham, é a própria interiorização das universidades, a possibilidade foi dada por este governo porque os outros precisam que os interiores fossem sempre dependentes, porque para os outros o campo, por exemplo, não é espaço de vida, é um espaço de mercadoria para a cidade. Então, assim, essas coisas que estão arraigadas de contribuição vem sendo distorcida pela mídia e o PELC vai junto, mas é o PELC que conseguiu chegar em interiores que jamais se imaginava falar em lazer, em esporte, em direito social, então, ele é uma das políticas públicas que consegue lançar isso, mas ele normalmente vive um desafio de sobreviver, de sobreviver enquanto PELC. Eu lembro com muito pesar quando os Círculos Populares terminaram, um gestor virou para um coordenador amigo nosso, um gestor novo que assumiu lá o local e disse: “Que nós tínhamos um convênio com o PELC”. Aí ele disse: “Você quer que a gente nas comunidades chame de Círculos Populares ou você quer que a gente chame de Esporte e Lazer da Cidade?” Aí ele disse: “Quando você vai na feira, e você quer um refrigerante, importa se Coca ou Fanta?” E aí o meu colega parou e relatou isso para a gente, então, esse é o desafio do PELC, não se tornar mais um refrigerante, porque é a tendência, é a tendência da conjuntura política que está colocada hoje no nosso país, então, acho que de todas as contradições que podem haver, esse é o desafio maior dele; é sobreviver diante da conjuntura que está colocada hoje,

¹⁹² Programa do Ministério de Desenvolvimento Social.

¹⁹³ Universidade Federal do Piauí.

sobreviver com princípios, sobreviver voltado para as classes populares, como foi a sua ordem de existência, digamos assim. Então eu acho que esse [risos]... Todos os outros ficam no chinelo diante desse.

J.K. – Teria alguma coisa que eu não te perguntei que tu gostaria de colocar? Que ficou faltado talvez.

J.S. – Não, acho que não, tenho muitas memórias, eu vou enviar muitos materiais para vocês e a partir disso, eu acho que vou rememorando também as coisas. Mas acho que era isso, as deliciosas memórias puderem ser revisitadas.

J.K. – Eu agradeço em nome do Centro de Memória do Esporte. Muito obrigada!

[FINAL DA ENTREVISTA]

Depoimento de Joelma Cristina Gomes

Entrevistada: Joelma Cristina Gomes

Entrevistadora: Christiane Garcia Macedo

Data da entrevista: 27 de abril de 2017

C.M. – Então vamos começar. Primeiro, muitíssimo obrigada por se dispor, depois de um dia tão exaustivo de trabalho, de conversar com a gente e eu queria que você começasse contando qual a sua formação?

J.G. – Primeiro queria colocar o reconhecimento da importância do trabalho de vocês. A memória realmente é um dos aspectos que a gente precisa garantir dentro de toda ação, não só governamental e de políticas públicas, mas realmente todas as iniciativas, porque é através da memória que a gente pode ressignificar o nosso presente. A gente pode ter as nossas referências e saber que nós viemos de algum lugar e a partir disso, a gente poder ter mais claro para onde partiremos e com quem partiremos e de que forma faremos isso. Bem, a minha formação é em Educação Física. A minha Licenciatura é a Licenciatura Plena. Me formei na universidade pública estadual na minha cidade, na ESEFFEGO¹⁹⁴ no ano de 1999. Essa foi a minha graduação. As minhas pós-graduações: a primeira, na verdade foi concomitante, eu fiz duas formações de pós-graduação. Após a minha formação acadêmica, uma foi na área da terapia, eu sou arte-terapeuta, e o outro foi na área de Ciências Sociais, na Antropologia Social, na verdade. Meu mestrado é na Ciências da Religião, onde eu analisei o corpo dentro dos rituais do candomblé, que é uma das nossas... É a única religião tradicionalmente brasileira e eu estava em busca dessa identidade, desse corpo dentro dessa visão do sagrado. Depois eu fiz uma formação de Gestão em Relações Humanas e agora eu estou

¹⁹⁴ Escola Superior de Educação Física e Fisioterapia do Estado de Goiás.

começando uma Especialização na área da Gerontologia que, atualmente, eu atuo mais na área de envelhecimento.

C.M – Seu trabalho é em Goiânia, né?

J.G – Isso. Eu tenho em Goiânia dois trabalhos, na verdade são três. Dois na área de lazer e da educação. Eu sou funcionária pública, sou servidora pública no município de Goiânia, na agência de turismo, eventos e lazer. Eu coordeno e sou a pessoa que desenvolve as atividades dentro de um núcleo em um bairro específico da cidade. Eu faço parte de um grupo de professores que atua na cidade toda em núcleos específicos, em bairros específicos. Hoje nós desenvolvemos dois grandes programas: o Vida Ativa e o Caminhando com Saúde. Eu também sou professora, continuo professora na escola e no ensino médio. Hoje eu também ministro aula de yoga para alunos de quatorze a dezesseis anos que estão se preparando para entrar na vida da graduação, então, um período da vida muito conturbado e eu trabalho dentro dessa lógica da saúde, da saúde integral, dentro da escola essa é a minha abordagem.

C.M – E como que você se envolveu com a temática do lazer?

J.G – A temática do lazer veio para mim quando eu entrei dentro... Fiz essa seleção lá em Goiânia que, na verdade, era para a área da saúde, não era especificamente para o lazer. E depois desse concurso nós fomos absorvidos por essa, até então... Dentro dessa perspectiva do lazer, eu sempre trabalhei, sempre gostei muito de trabalhar com comunidades, dentro de todos os meus estudos eu sempre trabalhei com política pública. Desde a universidade eu trabalhava nas ruas de lazer do município, viajava para o interior ministrando as ruas de lazer

nas comunidades e depois eu fui para essa agência e estou dentro do PELC¹⁹⁵ desde 2006.

C.M – E como que você se envolveu com o PELC?

J.G – Eu tenho uma amiga que faz parte do Programa e eu conheci o Programa por meio dela, quando ela era formadora. Aí teve uma seleção, eu entrei nessa seleção. Nós éramos um grupo de oitenta e oito formadores, isso em 2006, 2007, 2008. Não me lembro, não consigo me lembrar efetivamente a data e fiquei até 2010, quando houve uma mudança dentro da lógica do PELC que seria gestada agora pela universidade, que daria essas diretrizes pedagógicas, coordenaria. Daria uma nova cara para esse Programa, sistematizaria esses conhecimentos e toda forma, tanto metodológica, didática e também dos trâmites burocráticos em parceria com o Ministério¹⁹⁶. Nessa seleção eu não pude participar porque eu estava com uma viagem já programada para o exterior onde eu ia apresentar um trabalho, uma pesquisa de campo que eu fiz dentro da universidade. Dei aula treze anos na universidade, na ESEFFEGO, e o meu trabalho foi aprovado no congresso internacional e aí eu não podia deixar de ir nessa viagem. Então eu não fiz essa seleção de 2010 e depois houve uma nova seleção em 2012 e foi quando eu regressei para o programa.

C.M – E quais atividades e funções você tem exercido no PELC?

J.G – A minha atividade desde o início, desde quando eu integrei a equipe do Programa, foi como formadora. Em nenhum momento eu assumi outra atividade dentro do Programa.

¹⁹⁵ Programa Esporte e Lazer na Cidade

¹⁹⁶ Ministério do Esporte.

C.M – E, bom, enquanto formadora, qual é a sua função? Em suas palavras. [riso]

J.G – A nossa função é bastante complexa, porque quando a gente sai das nossas realidades específicas e viajamos, entramos na realidade de um município que, muitas das vezes... Inclusive uma característica do Programa é que a gente alcance comunidades que não tem, que foram negados ou negligenciados o direito ao esporte e ao lazer. A gente realmente conhece realidades muito diferentes das nossas não é só a Joelma pesquisadora, não é só a Joelma intelectual, não é só a Joelma que faz parte de um grupo de pensadores do programa que está lá naquele momento. Eu acho que é uma fusão, é um espectro, de Joelmas que estão lá porque a gente precisa estar atento para o verbal, para o não verbal, para a cultura local, para a forma de ser daquela comunidade, de como eles funcionam, o que está por trás dos discursos. Eu acho que quando a gente vai para as formações, além de disponibilizar todo o nosso conteúdo teórico que dá suporte ao Programa, a gente precisa também ver com um olhar acessível para as realidades locais. Porque a nossa presença lá, dentro dos quatro módulos que são as quatro visitas institucionais que nós fazemos nas comunidades, se a gente não consegue fazer um vínculo de confiança, de entrega, de acolhimento, de dizer: “Olha, nós somos parceiros, cada um aqui tem uma função específica que é intransferível”. Dentro dessa lógica desse resgate, desse direito social ao acesso ao lazer, se a gente não colocar o melhor de nós, a nossa qualificação tanto quanto profissionais, cada um com seus saberes. Eu gosto de utilizar saberes, porque nós temos pessoas que não tem formações acadêmicas dentro dos grupos, de agentes sociais, e isso enriquece bastante o trabalho porque essa diversidade também dá uma cara diferente até para toda a prática, e a prática e a funcionalidade do Programa, a própria forma de eles poderem desenvolver a proposta pensada por uma academia,

pensada por uma instituição. Essa transposição de linguagens, você aproximar eles dessas realidades, você trazer exemplos, trazer o conhecimento, o saber que eles têm acumulado, esse respeito por esse saber local, eu acho que isso é fundamental para o sucesso do que a gente deseja, o que a gente espera, o que a gente planeja como sendo esse programa de esporte e lazer nas cidades. Eu acho que, quando a gente vai para essas comunidades, é necessário a gente trabalhar esse olhar sensível, essa nossa humildade de perceber que o nosso saber não sobrepõe ao saber deles, na verdade, eles são complementares. É necessário, muitas vezes fazer essa transposição de linguagens e considerar esse saber popular. Isso eu acho que são características que são extremamente importantes, que estão dentro da lógica do respeito para que nós possamos dar alteridade dos grupos que é uma coisa que a gente tenta preservar dentro das nossas formações.

C.M – E quais as mudanças você percebeu da formação lá de antes de vir para a UFMG¹⁹⁷? E agora? Você percebeu alguma mudança e quais mudanças você destacaria?

J.G – Primeiro queria ressaltar que as mudanças, elas acontecem para todo o sempre, elas nunca pararam. Isso é uma característica desse processo de construção de uma política pública, mas o que eu percebo de mudança é uma mudança qualitativa. Não só na formulação do Programa, da sistematização dos conteúdos, mas conforme a gente foi capilarizando todas as brechas que nós encontrávamos para que esse Programa fosse estruturado para que ele tivesse essas raízes profundas dentro desta permanência, nós estamos fazendo agora quatorze anos de Programa em território nacional. Eu acredito que ele só tem essa durabilidade porque nós conseguimos ressignificar, organizar, sistematizar por meio dessa parceria com a UFMG. Eu acho

¹⁹⁷ Universidade Federal de Minas Gerais.

que isso foi um grande salto para o PELC. Talvez se nós não tivéssemos feito isso, eu tenho minhas dúvidas que, hoje, nós estaríamos ainda disponibilizando para a sociedade essa política pública. E hoje, a gente pode perceber que o Programa, antes ele era só as formações, o Programa se definia em três formações: o Módulo Introdutório, AV1 e AV2. Depois, com todas as demandas e os encontros de formadores, nós fomos percebendo que era necessário dissolver essa carga horária para que nós pudéssemos ter intervalos menores para acompanhar esses convênios. Passamos para Módulo Introdutório I e II, depois AV1 e AV2, mais a visita pedagógica no intervalo desses Módulos Introdutório II para o AV1. E agora a gente está conseguindo, cada vez mais olhar para nós mesmos para ver onde a gente ainda está falhando, aonde que o programa ainda pode melhorar e nós entramos com EAD. Agora a gente, dentro do Ministério, esse diálogo que a gente começou a estabelecer junto com a coordenação pedagógica, coordenação técnica antes da gente ir para o módulo. Esses processos dos tutores, agora a gente está com essa sugestão dos tutores acompanharem a gente dentro dos processos de formação para a gente realmente alinhar essas discussões conceituais do programa. A gente também conseguiu esse grupo de formadores junto com os tutores alinhar alguns conceitos que norteiam o Programa, a gente conseguiu esclarecer as diretrizes, e com isso fomos vendo algumas outras demandas e aí entra o centro de memória. Nós estamos produzindo muita coisa, nós precisamos resguardar isso, nós temos já uma trajetória, porque quando a gente faz história, a gente precisa garantir que essa história seja contada depois, porque a gente não tem que ficar inventando a roda, a gente tem que se preocupar muito com esse legado que nós estamos traçando para esse país. A formação de formadores, o Centro de Memória¹⁹⁸, tem outras coisas também que eu não estou me lembrando no momento, mas a gente

¹⁹⁸ Centro de Memória do Esporte.

tem construído, dentro de uma perspectiva de rede, a gente construiu uma rede para que nós possamos dar esse suporte necessário para que a política possa, cada vez mais, estar alinhada para conseguir garantir, que é o nosso grande desafio, que é a municipalização desse Programa. Por onde ele passar, ele ficar, e a gente ainda não tem alcançado isso por outras questões que transcendem a nossa de formadores. Nossa função de formadores, são as questões políticas, questões do estado financeiro dos municípios, às vezes, a própria mudança de gestão que não se interessa mais pelo o que foi feito na outra gestão: “Vamos desconstruir isso, vamos construir algo com a nossa cara”. Enfim, toda essa cultura da política brasileira também influencia. Claro, nada está desvinculado de tudo. Então eu percebo que tudo isso, a gente tem conseguido caminhar bastante, essa contribuição da UFMG, com esse grupo de professores-doutores que estudam essa temática do lazer, do esporte, da cultura, do envelhecimento, autogestão, tudo isso tem qualificado muito o programa.

C.M – Você trabalhou no PELC Urbano Todas as Idades, e trabalhou também no Vida Saudável, polos tradicionais?

J.G – Sim, eu já desenvolvi formações nas três modalidades do PELC.

C.M – E quais as diferenças básicas que você abordou nessas três dimensões?

J.G – Quando a gente vai falar... Na verdade, quando nós começamos a trabalhar como formadores em 2006, ele era o PELC, PELC Todas as Idades, esse era o nosso Programa. E depois nós começamos a perceber que existiam grupos sociais que precisavam de conteúdos específicos, porque aquilo dava harmonia para o grupo, esse grupo

tinha um status quo que era diferente. A gente precisava perceber isso e eram programas que precisavam ter diretrizes diferentes. Desde então a gente começou a pensar nisso, amadurecer essa ideia porque toda mudança gera muito transtorno, inclusive para nós formadores, porque também mexe com todos os nossos conteúdos. Nem todo mundo tem habilidades para trabalhar com essas especificidades dos três Programas. Nós permanecemos com o PELC Todas as Idades e depois PELC Comunidades Tradicionais. E o PELC Vida Saudável que é específico para pessoas em envelhecimento, pessoas envelhecidas dentro da constituição brasileira que determina a idade de sessenta anos e ele ficavam dentro, o PELC Todas as Idades, eram todas idades *mesmo*! Houve uma necessidade de a gente começar a discutir o envelhecimento, que não dava pra ser esse conteúdo, precisava ser um pouco melhor trabalhado, nós temos os três Programas. Quando nós vamos programar os nossos conteúdos, na verdade, a gente conseguiu um avanço grande e eu acho isso maravilhoso porque facilitou o nosso trabalho, a sistematização dos conteúdos de cada módulo e de cada Programa, a gente tem isso hoje nas nossas diretrizes então facilita bastante. Tem algumas coisas que são comuns, que são alguns temas geradores e característicos do Programa e tem outros que são bastante específicos, como por exemplo, juventude e violência. A gente trabalha muito isso dentro do PELC, hoje que é o PELC Urbano. Ele não tem mais o mesmo nome, ele teve uma mudança devido ao Vida Saudável, então, juventudes e violência a gente trabalha muito no PELC Urbano. Quando a gente vai para o envelhecimento, a gente trabalha especificamente conteúdos que abordam essa questão, as questões gerontológicas, prevenção de quedas, esse empoderamento do idoso. Quais são os conteúdos que são necessários que sejam trabalhados para manter essa qualidade de vida desse idoso? O resgate desse conceito do lazer para ele que, muitas vezes, foi negligenciado durante toda a trajetória dele, então a gente foca basicamente nisso,

basicamente não, a gente foca nisso. E o programa Comunidades Tradicionais, a gente trabalha com identidade cultural, daí não tem como a fugir do tema *cultura*. A gente poder trabalhar essas questões da memória, do legado, das tradições, das suas práticas corporais identitárias, enfim, cada Programa tem alguns conteúdos que são específicos e têm conteúdos que fazem parte, eles são transversais nas três modalidades do Programa.

C.M – Eu pulei uma pergunta, eu vou voltar nela. Você teve alguma preparação para ser formadora?

J.G – Em preparação no sentido da instituição Ministério?

C.M – Isso, do Ministério e depois, no caso, da UFMG.

J.G – Mas desde quando?

C.M – Desde quando você entrou. [risos]

J.G – Desde quando entrei [risos]. A gente tem constantemente os nossos processos de aprendizagem que eles são pelas formações de formadores uma vez por semestre, são dois encontros anuais, já tivemos também alguns encontros regionais, hoje nós somos divididos nas cinco regiões, não que nós fiquemos apenas atendendo as demandas das regiões na qual estamos divididos, mas a gente procurou se organizar dessa forma até para ficar mais fácil. Foi-se criado a figura do articulador, que esse articulador é como se fosse um aglutinador desses formadores. Ele que nos auxilia, que na verdade são formadores também, a gente faz o rodízio desses formadores como articuladores e temos também o EAD que também é um processo formativo. Eu estou na minha segunda disciplina de EAD, que eu senti

uma necessidade de me aproximar desses conteúdos do EAD porque quando eu vou para as minhas formações eu sempre falo: “Vamos fazer o EAD, vamos né?” E eu nunca nem tinha entrado na plataforma. Eu gosto muito de falar daquilo que eu faço, então ficava um pouco distante para mim? Hoje esse é outro processo formativo que eu busquei fazer e que são as nossas vídeoconferências. De tempos em tempos, a gente tem as vídeoconferências, às vezes, por regionais, às vezes o grupo todo, para poder dar conta de alguma demanda. Faz alguma vídeoconferência com algum autor sobre algum tema, geralmente isso é uma demanda que sai dos nossos processos de formação para que a gente... A gente sai daqui com a cabeça quente, cheio de ideias, desafios, interrogações, aí nós vamos para casa, esfriamos a cabeça, escutamos um teórico que vai trazer uma experiência para a gente, e aí vai clareando. Foi assim durante todo o processo de formulação do Programa que a gente tem hoje. Sempre começou por esses processos formativos, isso a gente teve desde o começo do Programa. Para você ser formador, você precisa necessariamente participar desses processos de formação que o Ministério oferece.

C.M – Agora eu queria que você falasse sobre o seu processo, quando você vai para o núcleo fazer a formação. O que você tem trabalhado lá no núcleo? Como que é a formação? Como que você ministra essa formação? Que cada formador também acaba dando seu toque.

J.G – Ai meu Deus! Essa pergunta é difícil, porque é tão difícil falar da gente?

C.M – É!

J.G – Do que a gente faz cotidianamente. Eu trabalho muito dentro da lógica de que eu vou falar de algo que é desafiador para aquele grupo porque geralmente é uma comunidade, são pessoas da comunidade e que por trás daquilo pode ter um jogo político. E que pode ser positivo ou negativo ao longo do processo. Essa é uma parte que como professora e formadora, que mais me incomoda dentro desse processo do PELC, porque a gente vai qualificando... Quando a gente chega no Módulo Introdutório I que a gente vê as pessoas, começamos a estabelecer um vínculo porque aquelas pessoas, muitas das vezes, podem cair de paraquedas, mas ao longo do processo de formação elas vão se integrando, elas vão sendo contagiadas pela lógica do direito social, pelo pertencimento. Dessa coisa do lazer, da alegria, da vivacidade da comunidade, de trazer esse resgate, de todas essas práticas. E elas vão sendo contagiadas sobre isso que a gente vai falando. Elas mesmas tiveram suas práticas de lazer. Acaba sendo uma novidade, ou ela não teve acesso a um conhecimento sistematizado. É uma pessoa da comunidade, é um artesão da comunidade, é o técnico do time de futebol da cidade que desde criança ele foi o líder da cidade e depois virou o técnico, ele é um líder comunitário. Lidar com essas diferentes personalidades é o que torna o Programa muito rico e exige de você, formador, que você saia desse lugar do detentor de saber. Eu vou com uma missão, uma tarefa, de passar esse recado institucional, mas a formação transcende isso, a formação é muito mais que isso. Primeiro que a gente está lidando com pessoas de diferentes realidades, diferentes trajetórias, e dali em diante a gente tem uma diretriz, tem um princípio que nos une, que deve nos unir, porque é um programa que tem isso. E nós vamos colocando, dentro dessa roda, os nossos saberes, os nossos conhecimentos acumulados? Meu jeito de atuar dentro das comunidades é bem dentro dessa lógica de reconhecer os saberes locais, promover essa troca de conhecimento, esse respeito mútuo, a

garantia que todos possam falar, a garantia que todos possam colocar as suas ideias. Eu gosto de deixá-los muito à vontade dentro do processo de formação porque o programa quem vai realizar é realmente a comunidade. A minha contribuição de três dias não vai definir o que vai acontecer. Eu posso ajudá-los a delinear, mas a trajetória deles até chegarem nesse momento da gente ter esse encontro na formação é muito forte, eu preciso trabalhar dentro de uma realidade local e dentro dessa realidade local, eu ir dialogando com eles, mostrando a importância, mostrando que é possível, colocando possibilidades, dando ferramentas, para que eles possam, por meio dos módulos de formação, introjetar, perceber que é possível eles absorverem aquilo e fazerem com a comunidade. Essa tem sido a minha estratégia porque, eu acho, que chegar em uma linguagem acadêmica, fazer uma discussão muito intelectual, isso não chega muito, isso não transforma. Primeiro a valorização do que eles têm, a valorização do que eles me apresentam e a partir daí a gente construir. O que a gente chama de prática social? A gente vai construindo isso, vai dando segurança, isso proporciona uma entrega. E eles passam a colocar à disposição melhor do que eles podem fazer, tem sido essa a minha estratégia para que o comprometimento, compromisso, ele possa estabelecer de uma forma que não seja só apenas, institucional, mas que seja da pessoa porque é possível que a gente consiga alcançar o sucesso do que a gente precisa, que é importante, que é o acesso ao direito, ao lazer e ao esporte na comunidade.

C.M – Quais regiões você tem atuado?

J.G – Eu não fui ao sul, eu não fiz nenhuma formação no sul e nem no norte. No norte eu também não fui. Minha região é centro-oeste, nordeste principalmente, vários núcleos no nordeste e sudeste.

C.M – Bom, nas suas formações, você tem alguma prática ou alguma temática que seja, assim, sua... Que você tenha algum carinho maior, ou seja, sua preferida ou você faça questão de sempre levar para os núcleos?

J.G – Tenho três que acho que são muito característicos da minha formação, da minha trajetória. Uma são as danças circulares, que são as danças de todos os povos, que eu acho que trabalhar com a cultura por meio da dança. Eu gosto muito, isso une o grupo porque é possível ser realizada, então eu parto dessa lógica para eles. Falo que a gente tem muito poucas novidades no planeta, que na verdade nós somos seres humanos, isso nos une. Eu gosto de trabalhar com a dança porque são danças simples e tratam da cultura, conta história daquela dança, a importância dela. A outra dança sênior é um conteúdo recente que eu tenho me apropriado devido ao meu estudo na área da gerontologia. Eu tive esse conhecimento, fiz a primeira formação que foi o curso Básico I e hoje eu posso ser condutora de grupos de dança sênior, aplico essas danças sênior. Existem danças sentadas, danças em pé, então isso me dá um repertório bom, bacana, para poder trabalhar. E o outro são os jogos cooperativos que eu trabalho muito como exercício de convivência para trabalhar justamente esse lado RH¹⁹⁹ do grupo. Quando a gente vai abordar o planejamento participativo, para eles entenderem que a liderança é circular, de que a gente precisa ter uma escuta inclusiva, para que eles possam ser trabalhados, né, como uma equipe, para que eles possam se ver como um time, cada um ter suas responsabilidades, que ela é intransferível e que é importante ter esse diálogo, mas é um diálogo que ultrapassa só o falar e o ouvir; é uma escuta inclusiva, eu entender realmente o que o outro fala, prestar atenção e daí em diante partir para esse diálogo que possa integrar e sair dali umas proposições. Isso tudo, eu

¹⁹⁹ Recursos Humanos.

acho, que são características específicas da Joelma, devido as minhas formações, devido a minha formação em Arte-Terapia, em Gestão de Relações Humanas. Então eu gosto sempre de ver o trabalho de formação não só como a capacitação técnica ou conceitual, mas também trabalhar a gestão do grupo, né? Dos coordenadores, junto com o controle social, junto com os agentes sociais para que eles possam perceber que, na verdade, o programa só vai rodar redondinho se cada uma dessas esferas representativas elas funcionarem. Então acho que essa é a característica primordial, assim, da Joelma.

C.M – E, bom, agora mais uma parte assim das suas percepções e opiniões sobre o Programa. Como que você acha que essas formações têm impactado nos núcleos e para o programa geral? Se tem impactado...

J.G – Peraí, faz a pergunta de novo, achei tão complexa essa pergunta. Meu Deus, não sei nem se eu sei responder.

C.M – Como que você percebe o impacto da formação?

J.G – Os módulos de formação ou a formação dos formadores?

C.M – A formação lá no núcleo tem impactado no Programa e na atuação dos agentes, nas discussões mais gerais...

J.G – Ah não, é fator, eu acho que uma das... Esse é o pilar principal do Programa segundo formar gestores locais de esporte e lazer, mas o principal é esse processo formativo sistematizado que nós temos no Programa e isso, inclusive, é um reconhecimento de outras políticas públicas. Essa é uma característica muito forte do PELC e a gente tem buscado cada vez mais qualificá-la e isso dá um suporte para que

durante todo o processo de conveniamento do convênio, ele possa estar suportado por uma equipe, não só o formador, mas equipe técnica do Ministério, a equipe pedagógica, a própria equipe do EAD. Então eu entendo o processo formativo, não só como o processo de formação do formador nos módulos, porque a gente tenta manter esse diálogo de todos esses setores que atuam nesse Programa, porque nós não detemos todas as informações. Nós cuidamos da parte pedagógica do Programa, só que quando a gente está lá no processo de formação e nós somos a cara do Programa. Os formadores são o Ministério, a personificação do Ministério, e na verdade nós não somos o Ministério. Então, quando esse processo de formação em que nós vamos lá quatro vezes, estamos junto com a comunidade... Quatro vezes, momentos diferentes no andar do conveniamento, do convênio, e a gente vê, percebe que eles vão superando as dificuldades, vão progredindo. Uma das alegrias é a gente perceber, por exemplo, que os agentes sociais buscam esses cursos superiores de Educação Física. Em três localidades, pessoas da comunidade que tinham, foram para o Programa mas eram de outra área, pelo fato de estar atuando no Programa sentiram a necessidade de se qualificar e buscaram curso superior. Então isso a gente vai: “Fiz a tarefa né? Cumpri a tarefa que a gente precisava”. Quer dizer, nós estamos fazendo com que essa comunidade, ela se aproprie desse conhecimento, essas pessoas possam qualificar, não só o atendimento dentro do Programa, mas para a cidade porque esse bem vai ficar lá na cidade. O Programa vai passar e essas pessoas vão permanecer com esse conhecimento adquirido por meio do Programa. Então, para mim, os processos de formação dentro da comunidade dos formadores extremamente... É o pilar, assim eu acho do Programa e juntamente nós conseguimos avançar com essa parceria com a UFMG. A gente conseguiu olhar para nós mesmos e avançar dentro dessas outras estruturas que a gente está conversando aqui que é o EAD, é o Centro De Memória, é a Rede

Cedes²⁰⁰ que também tem... Cresceu apoiando, eu tenho as publicações, publicações dos próprios formadores, de outros teóricos que também falam sobre as temáticas e isso vai nos dando suporte para a gente qualificar cada vez mais as nossas discussões dentro dos grupos. Então, para mim, esse é o fator que diferencia o Programa dos outros.

C.M – Joelma, tem mais alguma coisa que você gostaria de registrar ou de dizer sobre o programa, sobre essa sua experiência?

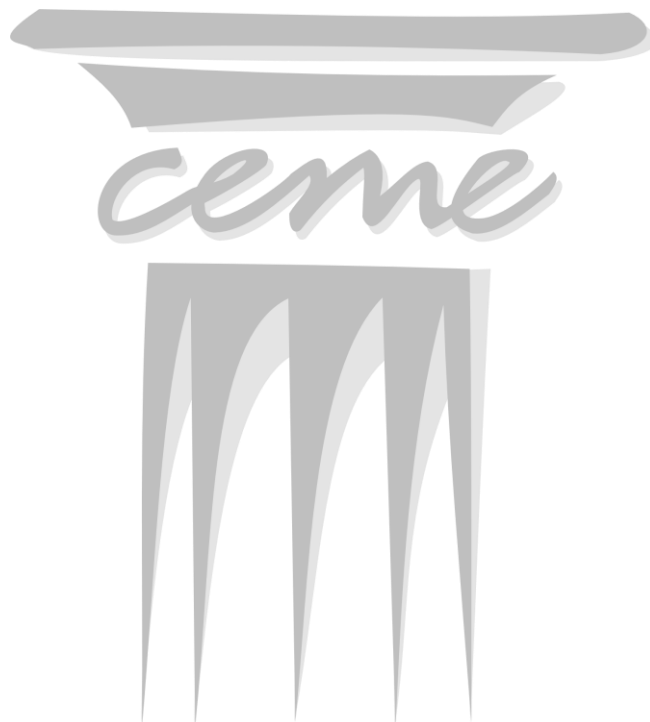
J.G – Então, eu acho que ser formadora do Programa PELC, Vida Saudável e Povos e Comunidades Tradicionais é, assim, um privilégio. Eu tenho isso como um grande presente porque nem todas as pessoas tem a possibilidade de conhecer diferentes realidades que estão aí colocadas dentro do nosso próprio território nacional. A gente não precisa nem ir para outra nacionalidade, tem tantos “Brasis” dentro do Brasil que a gente nem consegue, assim, numerar. E o fantástico de tudo isso que, apesar de todos nós sermos brasileiros, a gente tem particularidades, peculiaridades, costumes, comidas, estilos, formas de organização social, geometria da cidade, danças, enfim, são tantas as características específicas da população brasileira que é sempre uma troca rica e isso eu acho que é um trabalho antropológico, etnográfico. Então nesse ponto, eu acho que a gente transcende os nossos conteúdos que é o esporte e o lazer. Que quando a gente vai para essas comunidades, a gente tem esse privilégio de lidar com isso e se aproximar dessas pessoas que estão lá nessas comunidades e que geralmente são pessoas que já trabalham com as comunidades, são pessoas que já tem essa trajetória dentro da educação popular, da gestão participativa. Então é uma via de mão dupla, a gente acaba aprendendo muito, por isso que hoje dentro das nossas formações,

²⁰⁰ Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer.

nossos doutorados, mestrados, do grupo de formadores, a grande maioria está linkado com o nosso trabalho no PELC porque são tantas as nossas inquietações e são tantos os presentes que a gente recebe... Como os conteúdos das nossas presenças nessas comunidades que a gente: “Poxa é isso? E como que é isso? E como que se dá isso?” E aí acaba virando um objeto de pesquisa. Então deixar isso bastante explícito que essa gratidão por ser formador. E o próprio grupo de formadores reflete o que é o Programa, porque nós somos, cada um, de uma realidade diferente; cada um é de um lugar do país com características próprias, com trajetórias específicas, com buscas diferentes e isso também dá uma diversidade para os próprios processos de formação. E a gente vive nos perguntando: “A gente tem que padronizar? A gente não tem? A gente vai respeitar as nossas diversidades?” Enfim, então é isso que eu queria dizer, dessa especificidade desse programa de ter a diversidade na sua característica primordial dentro da formação da sua equipe até as realidades locais e isso nos engrandece como seres humanos, em primeiro lugar, depois como pesquisadores, como formadores.

C.M – Então muitíssima obrigada, eu acho que foi uma entrevista super rica. Obrigada.

[FINAL DA ENTREVISTA]



CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança
Rua Felizardo, 750
Fone: (51) 3308 5879
E-mail: ceme@ufrgs.br
Visite nosso site: www.ufrgs.br/ceme
